

ANTONIO BENEDITO DE SIQUEIRA

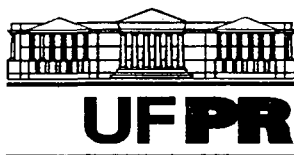
ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DE PROJETO FLORESTAL ASSOCIATIVO

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em CIÊNCIAS FLORESTAIS, na área de Economia e Política Florestal.

Orientador: Prof. Dr. Vítor Afonso Hoeflich

CURITIBA

2003



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias – Centro de Ciências Florestais e da Madeira
Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal
Av. Lothário Meissner, 3400 – Jardim Botânico – CAMPUS III
80210-170 - CURITIBA - Paraná
Tel. (41) 360.4212 - Fax (41) 360.4211 – <http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao>
e-mail: pinheiro@floresta.ufpr.br

PARECER

Defesa nº 501

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o doutorando *ANTONIO BENEDITO DE SIQUEIRA* em relação ao seu trabalho de tese intitulado “ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DE PROJETO FLORESTAL ASSOCIATIVO”, é de parecer favorável à **APROVAÇÃO** do acadêmico, habilitando-o ao título de *Doutor* no Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, área de concentração em *Economia e Política Florestal*.

Dr. Vitor Afonso Hoefflich

Departamento de Economia Rural e Extensão da UFPR

Orientador e presidente da banca examinadora

Dr. Hermes Yukio Higachi

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Primeiro examinador

Dr. Fábio Dória Scatolin

Departamento de Economia - UFPR

Segundo examinador

Dr. Honorino Roque Rodighieri

EMBRAPA/CNP-Florestas

Terceiro examinador

Dr. Ricardo Berger

Departamento de Economia Rural e Extensão da UFPR

Quarto examinador

Curitiba, 31 de janeiro de 2003.

Nivaldo Eduardo Rizzi

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal

Franklin Galvão

Vice-coordenador

Dedico este trabalho ao gênio do bem e
sábio de todas as ciências, Rudolf Steiner.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Vitor Afonso Hoeflich, que com notável competência e dedicação orientou esta tese de doutorado. O tema da tese, que aborda uma alternativa econômica ainda pouco difundida e conhecida, encontrou pronta e total receptividade do professor Vitor, o que confirma ser ele uma pessoa aberta a novos desafios intelectuais e desprovida de preconceitos de qualquer tipo e natureza.

Ao professor Dr. Fábio Dória Scatolin, orientador adjunto deste estudo, devo importantes indicações do caminho que o trabalho deveria seguir para que pudesse atingir os objetivos almejados. No convívio necessário ao trabalho de orientação, mais uma vez confirmou-me ser ele uma excelente pessoa. Indispensáveis e pertinentes as questões por ele colocadas na defesa da tese.

Ao professor Dr. Ricardo Berger, orientador adjunto deste estudo, devo a solução de questões relacionadas à efetiva natureza do negócio empresarial. Além da orientação tive o privilégio de cursar duas disciplinas ministradas pelo professor, que se mostrou conhecedor profundo da economia florestal. Além do convívio amistoso nas aulas e nas orientações, foram importantes as suas considerações feitas na defesa da tese.

Ao professor Dr. Hermes Yukio Higachi, um brilhante economista e ótimo professor, sou devedor pelas corretas indicações no momento da defesa da tese, o que procurei incorporar na versão final deste estudo.

Ao professor Dr. Honorino Roque Rodigheri não poderia deixar de registrar as oportunas recomendações feitas na defesa da tese, o que procurei atender na versão final deste trabalho.

Ao professor Dr. Luiz Carlos Ayres G. Zagatto pela sua imediata disposição de compor a banca de defesa de tese.

Ao professor Dr. Ademir Clemente por concordar em fazer parte da banca de examinadores.

À Universidade Estadual de Ponta Grossa que, mesmo não me liberando para cursar o doutorado, não impediu que a sua estrutura material e profissional ficasse à

disposição para execução da tese. A não liberação indiretamente acabou em benefício, pois o trabalho nas aulas contribuiu para que a intuição e o ‘terceiro mundo’ pudessem se manifestar do mundo das idéias.

Ao Deputado e ‘operário do rádio’ Luiz Carlos Martins tenho uma enorme gratidão por ter proporcionado-me o tempo indispensável para que pudesse cursar o doutorado e elaborar esta tese.

À competente amiga Jane Mari Rigo Uhlik pelo seu empenho e dedicação em ajudar-me nos meandros da burocracia e pela longa e sincera amizade.

À Márcia que há anos proporciona-me a alegria de amar.

Ao Frederico, Anna, Samuel, Humberto e Luísa, cada um ao seu jeito e pelas circunstâncias do amor, filhos queridos do sangue, do coração e do espírito, companheiros nas várias dimensões da vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	9
UMA CARACTERIZAÇÃO DO HOMEM.....	9
CAPÍTULO II.....	20
O CONHECIMENTO DO MUNDO.....	20
CAPÍTULO III.....	28
O AGIR MORAL LIVRE	28
CAPÍTULO IV.....	40
A TRIMEMBRANÇA SOCIAL E A ECONOMIA COMUNITÁRIA.....	40
4.1 VALOR, PREÇO E LUCRO	48
4.2 TRABALHO E CAPITAL.....	54
4.3 DINHEIRO DE EMPRÉSTIMO E DE DOAÇÃO	55
CAPÍTULO V.....	58
INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO NA TEORIA ECONÔMICA	58
5.1 A ORIGEM DO FINANCIAMENTO.....	70
CAPÍTULO VI.....	75
A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ECONOMIA.....	75
CAPÍTULO VII.....	83
O NEGÓCIO FLORESTAL.....	83
7.1 O IMPACTO DOS JUROS NO RESULTADO DO PROJETO.....	88
CAPÍTULO VIII.....	100
O JURO E O CAPITAL NA TEORIA ECONÔMICA.....	100
8.1 A PERSPECTIVA CLASSICA	101
8.2 A TESE KEYNESIANA.....	103
8.3 A ABORDAGEM KALECKIANA.....	106
CAPÍTULO IX.....	113
A ECONOMIA COMUNITÁRIA.....	113
9.1 O EMPREENDIMENTO ASSOCIATIVO	120
9.2 AS RECEITAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES.....	123
9.3 A VIABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES.....	126
CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - COMPUTAÇÃO DA PRODUÇÃO EM VALORES BRUTOS.....	65
TABELA I - INVESTIMENTO, CUSTO DE PRODUÇÃO, RECEITAS E RESULTADOS PREVISTOS.....	87
TABELA II – RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 6% AO ANO.....	90
TABELA III – RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 10% AO ANO.....	91
TABELA IV - RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 11% AO ANO.....	92
TABELA V - RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 12% AO ANO.....	93
TABELA VI - CAPITAL IMOBILIZADO PREVISTO QUANDO SE REMUNERA OS RECURSOS INVESTIDOS.....	97

RESUMO

Este trabalho investiga a aplicação prática dos princípios da economia comunitária na implantação de projetos florestais organizados por associações de produtores. Assim, o estudo examina as teorias econômicas clássica, keynesiana e kaleckiana quanto aos determinantes do investimento e às fontes de financiamento disponíveis para as empresas em uma economia de mercado. O maior obstáculo para as inversões das firmas reside na sua própria poupança e na aplicação de capital dos seus controladores. Então, a propriedade do capital é condição essencial para que as empresas possam conseguir financiamento nos mercados de capitais e obter crédito bancário. Satisfeita essa condição, o investimento depende da expectativa dos empresários quanto à eficiência marginal do capital. As expectativas de lucros futuros e a propriedade do capital determinam o investimento. Essa racionalidade é a expressão do egoísmo ético smithiano.

Ainda que a atividade econômica deva trazer resultados positivos, a decisão de investir dos membros de uma associação de produtores orienta-se pelo altruísmo, que significa sempre trabalhar pensando nos demais membros da sociedade. Ao inverter o propósito da produção, as pessoas vêm-se na condição de atender suas necessidades na medida em que buscam atender aos interesses dos demais membros da comunidade. A decisão de investir, portanto, não está condicionada pela expectativa de lucro. Para financiar o investimento, a associação de produtores conta com a poupança dos seus membros e a complementa por meio do dinheiro de empréstimo e de doação. A coerência dos argumentos lógicos desenvolvidos em todo este trabalho sustenta que associações de produtores constituídas em conformidade com a fraternidade econômica estão apoiadas em alicerces firmes para a obtenção de sucesso econômico e social.

Palavras-chave: dinheiro de empréstimo e doação, fraternidade e egoísmo ético.

ABSTRACT

This work investigates the practical application of community economy principles in the implantation of forest projects organized by producer's associations. Thus, the study exams the Classical Economic Theory and, also, the theories of Keynes and Kalecki about the determinants of investments and sources of financing available to companies in a market economy. The major obstacle for the companies to invest is their own savings and the use of the capital of their controllers. Then, the property of capital is an essential condition to companies to get financing in the stock market and to get commercial credit in banks. Fulfilled such requirement, the investment depends on expectations of entrepreneurs about the marginal efficiency of capital. Expectation of future profits of capital defines investments. This rationality follows the ethical selfishness formulated by Adam Smith.

Although the economic activity ought to bring positive results, the decision of members of a producer's association to invest is altruism guided. That means, work keeping in mind other members of society. If people invert the aim of production, they find themselves in condition to attend their own necessities, while they also look for other people's benefit. The decision to invest is not conditioned to profit expectation. To finance investments, the producer's association counts on the savings of the members and complement them whit money of loans and donations. The consistency of the logical argument developed in this study sustain that producer's association constituted in accordance to economic fraternity rests in strong foundations to obtain economic and social success.

Key Words: Money of loan and donations, fraternity and ethical selfishness.

INTRODUÇÃO

A madeira usada como insumo e produto final pelas indústrias e por outros consumidores pode ser fornecida pela extração de matas nativas e plantadas. Esta investigação analisa exclusivamente a viabilidade da produção de madeira a partir de florestas plantadas. A produção florestal inicia-se com o plantio de árvores para que elas produzam matéria-prima para os seus mais diferentes usos, em vez de simplesmente colhê-las da natureza. Assim, o plantio de árvores passa a ser o primeiro elo da cadeia produtiva da madeira. Não se trata mais de simplesmente encontrar uma área virgem e extrair a matéria-prima da floresta; é preciso plantar o recurso florestal que produzirá a madeira a ser futuramente utilizada. Os plantios florestais passam, então, a fazer parte da atividade econômica de base florestal. A racionalidade econômica precisa ser levada em conta, pois sendo um negócio como outro qualquer, a atividade de silvicultura precisa proporcionar retorno ao negócio: uma associação de produtor e uma empresa.

A formação de associações de produtores de plantios florestais, tema deste estudo, necessita que pessoas reünam-se e decidam participar de uma iniciativa que exige uma mudança qualitativa na forma de sentir e pensar a vida social. A preocupação com o outro é condição para que o capital seja reunido para financiar as despesas de implantação e custeio do projeto. O investidor precisa também ter a segurança de que o produto da floresta será capaz de cobrir os custos e ainda deixar um excedente para os produtores, para que possam ampliar a produção ou investir em outra atividade. Na modalidade associativa de produção, o critério para o investimento não passa em primeiro lugar pela análise da rentabilidade do negócio, da eficiência marginal do capital comparada a uma determinada taxa de juros. A síntese dessa maneira associativa de produzir traduz-se na fraternidade econômica, que pode ser resumida na seguinte premissa: quando o homem trata dos interesses dos demais membros da comunidade ele beneficia-se a si mesmo.

O plantio de espécies florestais na perspectiva da empresas está centrado no egoísmo ético de Smith, que postula que quando o homem trata dos seus interesses pessoais acaba por promover o bem comum. Por isso, o capital só entra em uma atividade que seja lucrativa e, sendo assim, os critérios de seleção de negócios aplicam-se com toda a sua força e coerência também no cálculo dos plantadores de espécies comerciais.

O empresário plantador de espécies florestais, porém, não pode ignorar características específicas do empreendimento florestal: a maturação e o retorno do investimento se dão em espaço de tempo muito longo, no caso, vinte e dois anos até o corte final da madeira produzida. Durante o ciclo de crescimento da árvore, do nascimento ao ápice da produção econômica das árvores, do plantio à colheita da madeira, o capital e a terra ficam imobilizados, sem gerar praticamente nenhuma receita líquida, pois os valores obtidos com os desbastes não repõem o capital imobilizado no negócio.

O prazo dilatado de maturação econômica do projeto implica em riscos consideráveis aos investidores, estejam eles utilizando capital próprio ou de empréstimo. O risco também se estende aos agentes financeiros que emprestam o dinheiro que será investido na atividade florestal.

Apesar disso, dada a insuficiência de madeira em florestas nativas na quantidade e qualidade exigida pelas indústrias do setor madeireiro, não existe alternativa que não seja o plantio de espécies florestais adequadas aos fins industriais. Não se trata de plantar ou não plantar árvores como fonte de matéria-prima. Trata-se apenas de decidir quais são as melhores condições de investimento e quem irá investir em plantações florestais.

Os recursos requeridos à produção florestal são a terra, com a qualidade e as condições ambientais adequadas, capital, conhecimento técnico-científico e mão-de-obra. Tomada a decisão de investir, esses recursos serão reunidos, dentro das condições da época do início do projeto.

Este trabalho objetiva analisar a possibilidade de investimento e as fontes de financiamentos para projetos florestais administrados por associações de produtores, em conformidade com os princípios da economia comunitária, um dos três alicerces da em que se fundamenta a idéia da sociedade trimembrada. Para isso foi necessário: a) analisar e descrever os instrumentos que viabilizam os projetos florestais baseados nas idéias da economia comunitária, b) indicar as fontes de financiamentos e as razões que justificam o investimento florestal por meio de associações de produtores e c) demonstrar a importância da propriedade do capital e do juro para a decisão de investir no negócio empresarial e associativo.

Este estudo centrou-se em duas preocupações básicas: a) apresentar a viabilidade econômica e ética de projetos florestais conduzidos de acordo com os princípios da economia associativa, um dos pilares da sociedade trimembrada e b) investigar a importância do capital e da taxa de juros na determinação do investimento na produção de florestas plantadas, levando em conta os instrumentos teóricos da teoria econômica ricardiana, keynesiana e kaleckiana.

Paralela à atividade florestal subordinada à racionalidade da empresa capitalista que atua cadeia produtiva da madeira, há espaço para que a produção de madeira possa ser implementada de forma associativa. A idéia da formação de associações de produtores de madeira está alicerçada no fato de que as pessoas podem construir novas relações econômicas e sociais, desde que para isso estejam dispostas.

A forma associativa de produção é o instrumento para concretizar as bases da economia comunitária. A economia comunitária parte do princípio de que a vida econômica não deve ser livre, no sentido liberal, nem tutelada pelo Estado, em conformidade com o pensamento marxista e corporativista.

A base da economia comunitária é a fraternidade. Essa fundamentação parte de uma visão básica dos seres humanos desta época cultural: ninguém está preparado para a igualdade na vida econômica, mas todos têm disposição de exercer a fraternidade. Em todo o mundo empresas e pessoas fazem regularmente doações para

entidades mantenedoras de instituições voltadas a atender aos mais diversos tipos de finalidades.

A tese liberal é de difícil defesa porque está assentada no egoísmo econômico, no pensar em si mesmo, mal que tomou conta do pensamento do homem moderno, desde o capitalista até o trabalhador. Esse tipo de economia é eficiente para produzir, mas não tem a menor capacidade de resolver os problemas básicos de todas as pessoas. Surge, então, a desigualdade econômica e, em parte por causa disso, a chamada questão social.

A economia organizada em moldes marxistas – socialista, comunista e social-democrata – e corporativista está em maior ou menor grau sob a tutela do Estado, o que mata a iniciativa das pessoas. A tendência é que esse tipo de economia acabe por gerar insatisfação entre as pessoas, pois elas desejam viver em liberdade.

Então, em lugar da economia livre e da economia planejada, os homens podem escolher um modo de relacionar-se na produção da vida material de forma que cada membro da comunidade esteja preocupado com o destino dos demais. Essa visão da economia complementa-se pela idéia da igualdade no campo dos direitos – o que as pessoas desta época cultural estão propensas a aceitar – e a liberdade no campo da expressão da individualidade, anseio e luta permanente dos homens da atualidade. Assim a liberdade, na vida espiritual, a igualdade, no plano dos direitos e a fraternidade, na vida econômica, constituem os fundamentos da sociedade trimembrada.

O projeto florestal de tipo associativo, do ponto de vista material, não difere do empreendimento em molde empresarial. Ele necessita dos assim chamados fatores de produção: terra, trabalho e capital. Ele necessita também de fundos e fontes de financiamento e precisa ter viabilidade econômica, que ao final do processo produtivo reste um excedente para que possa ser novamente reinvestido.

Os fundos de financiamento apontados para sustentar os investimentos em projetos florestais na modalidade associativa são os seguintes: a) dinheiro de

empréstimo, b) dinheiro de doação e c) dinheiro compulsório.

Projetos associativos financiados com fundos formados por dinheiro de empréstimo precisam tomar recursos a uma determinada taxa de juros. Quer dizer, o agente de empréstimo concede dinheiro ao tomador em troca de uma determinada remuneração pelo capital, mesmo que o preço desse recurso seja inferior às demais taxas disponibilizadas para projetos da mesma natureza. O que distingue esse recurso, daquele que viesse de uma instituição financeira capitalista, é que quem empresta tem um compromisso ético, fraternal, com outras pessoas e não meramente com o lucro que pudesse obter.

Empreendimentos associativos financiados por fundos constituídos por dinheiro de doação estão diretamente relacionados com a fraternidade e preocupam-se com o destino dos demais membros da comunidade. O doador concede o recurso porque espera que o empreendimento torne a vida social mais humana, que esteja contribuindo para um mundo melhor de se viver. A idéia da doação não é estranha no universo florestal, pois há prefeituras que doam mudas para que os proprietários fundiários plantem variedades de madeiras comerciais e para plantios florestais que restituam as variedades nativas que foram cortadas.

Florestas plantadas por associações de produtores, mas financiadas por recursos compulsórios depende da decisão democrática – da política – de aplicar tributos à sociedade e destiná-los aos empreendedores florestais. Esse tipo de financiamento foge totalmente do princípio da idéia da sociedade trimembrada, pois nesse caso tem-se a invasão da área da política no campo da economia. Esse tipo de financiamento das associações é indesejável, e apenas se justificaria caso essa receita tributária – doação compulsória – corresse o risco de ser apropriada de forma gratuita ou subsidiada pelas empresas capitalistas.

A viabilidade dos projetos florestais associativos é perfeitamente possível, ao menos na mesma proporção que os empreendimentos empresariais. Não existe razão objetiva para que as associações sejam menos eficientes do que as empresas, já que as

pessoas que vão tocar esses projetos podem ser tão ou mais capazes do que aquelas que trabalham sob a ótica do capital. Mantendo coerência com os princípios da sociedade trimembrada, os projetos associativos podem dispor de fontes de financiamento em fundos constituídos pela poupança das pessoas e empresas, de doadores livres e da doação compulsória, daquela originada na tributação.

Os projetos de natureza associativa têm importância estratégica para demonstrar-se que se pode trabalhar e produzir fora dos modelos de economia até hoje postos em prática, sem que outras formas de empreendimentos florestais sejam preteridas. As florestas plantadas na forma associativas teriam uma amplitude modesta na oferta de madeira para fins industriais, na medida em que as firmas tendem a produzir a própria matéria-prima de que necessita.

A sua importância seria ampliada caso se passasse a plantar florestas com fins ambientais, podendo ser um modelo para recompor a base florestal das áreas das propriedades fundiárias de preservação permanente e reserva legal. O financiamento seria feito sob a forma de doação de pessoas e empresas interessadas na questão ambiental e por recursos originados na tributação. Esse parece ser um caminho bastante seguro para partir-se da teoria para o campo da prática, para a formação de associações e conseguir os recursos necessários à concretização dos empreendimentos florestais.

Quanto à teoria convencional, uma exposição crítica dos determinantes dos investimentos na visão de Ricardo, Keynes e Kalecki, bem como as teorias de formação dos fundos destinados a financiamentos nas quais filiam-se esses autores permite mostrar a coerência lógica dessas hipóteses científicas quando explicam os motivos que levam os empresários a investir na atividade florestal.

Nessa perspectiva, os fundos e a taxa de juros cobrada daqueles que tomam dinheiro emprestado são decisivos para que possa existir investimento e que tornem viável o negócio florestal. Essas seriam as duas variáveis mais importantes para a decisão de investimento, haja vista que elas são conhecidas, ao menos em termos

nominais. A variável problemática é a taxa de retorno do investimento, na medida em que não é conhecida, sendo apenas uma expectativa de longo prazo formada a partir de uma situação conjuntural e de acontecimentos passados. O longo prazo de retorno do capital investido torna difícil a obtenção de financiamentos e quando algum agente financeiro dispõe-se a financiá-lo está atrelado, mesmo que indiretamente, ao Estado, porque cabe ao Governo a condução da política monetária e por conta disso a definição da taxa de juros praticadas no mercado financeiro. Quando as taxas de juros sobem a um patamar muito elevado, exige que o projeto florestal tenha uma alta eficiência marginal do capital, ou do contrário que os empresários florestais estejam dispostos a investir a uma baixa taxa de atratividade.

Se as autoridades monetárias decidem subir a taxa de juros e reduzir a oferta de fundos pelo sistema financeiro, a tendência seria que os projetos florestais ficassem limitados aos empreendimentos das indústrias da cadeia produtiva da madeira, de estrutura oligopolista. Eventualmente, novas firmas que entram em algum dos mercados dessas indústrias poderão sentir-se atraídas a fazer investimentos, mas o mais provável é que ao menos inicialmente adotem uma política de compra de matéria-prima das plantações florestais já existentes. A madeira então tende a ser um insumo escasso para as firmas que não possuem madeira própria e nem dispõem de condições de investir em plantações florestais.

Caso esse cenário se confirmasse e tivesse longa duração, a produção de madeira pelas associações de produtores poderia atender as necessidades de matéria-prima dessas firmas, bem como criar as condições para que fábricas constituídas de forma associativa também tivessem acesso à madeira e seus insumos e ocupem espaço no atendimento de consumidores que hoje são satisfeitos pelo mercado.

O conteúdo do trabalho está distribuído em nove capítulos. No capítulo I, o homem é caracterizado como um ser no topo da vida terrena, onde o que mostra a superioridade humana em relação às demais formas de vida é a capacidade de pensar racionalmente e intuir maneiras mais adequadas de organizar a vida social. No II,

demonstra-se o caminho que o homem percorre para a produção do conhecimento de si mesmo e do mundo. No III, discute-se a possibilidade do agir moral livre do homem. No IV, é apresentada a idéia da trimembração social. No V, discute-se os conceitos da teoria econômica convencional e da economia comunitária para se chegar ao entendimento da formação dos fundos que financiam uma iniciativa e o determinante do investimento. No VI, está explanado o método que permite mostrar a viabilidade do empreendimento associativo, que consiste em ver se a teoria clássica, keynesiana e kaleckiana falseiam os princípios da economia associativa e a possibilidade econômica e ética da produção de florestas por meio de associações de produtores. No VII, demonstra-se a importância dos juros na determinação da quantidade de capital a ser investido em um projeto florestal. No VIII, a teoria clássica, keynesiana e kaleckiana são discutidas em profundidade no que se refere à formação de fundos para financiar o investimento. No IX, a importância de projetos florestais associativos é destacada, além de demonstrar-se a viabilidade e a necessidade de empreendimentos dessa natureza. Por fim, o estudo acaba recomendando que projetos associativos são necessários para a produção de florestas, que venham a ofertar madeira para projetos industriais de fábricas associativas e atender parte do mercado.

CAPÍTULO I

UMA CARACTERIZAÇÃO DO HOMEM

A atividade econômica é uma iniciativa exclusivamente humana. Não se conhece nenhuma espécie de animal superior que tenha a capacidade de prever as suas necessidades materiais e a capacidade de supri-las a partir do próprio trabalho e capacidade cognitiva, mesmo que remotamente. Apenas os homens têm a capacidade de transformar o mundo natural de acordo com os seus propósitos.

Essa transformação do mundo, porém, não decorre somente da sua capacidade abstrata de pensar, mas também à cognição soma-se uma forma diferenciada, em relação a todos os seres do reino animal, de sentir e querer. O sentimento, a vontade e o pensar humanos colocam o homem em seu verdadeiro lugar, na posição de ser mais evoluído na escala da vida terrena.

Kant há muito tempo já ensina esse atributo exclusivamente humano: “Podemos reconduzir todas as faculdades da mente humana, sem exceção, a estas três: faculdade de conhecimento, o sentimento de prazer ou desprazer e a faculdade de desejar”(KANT, 1980, p.173). Os argumentos discutidos neste capítulo, porém, não se fundamentam em Kant, mas em Goethe e Steiner (STEINER, 1984, pp. 84-122,1998-b, pp. 07-121).

O homem não é um todo único, ainda que sua existência deva ser vista e analisada de forma unitária. À simples percepção, o homem aparece ao observador como um ser dotado de uma constituição física. As substâncias inorgânicas são retiradas da natureza para dar formação ao corpo físico, aquele que permite ao homem atuar no plano material da existência. Essa materialidade o homem compartilha com o reino mineral, vegetal e animal. Em estado mineral puro, o homem só pode ser observado após a sua morte. O cadáver humano nada mais é que matéria em estado de decomposição, de volta à materialidade, à substância sem vida. Esse mesmo processo

pode ser igualmente percebido na árvore seca e no animal morto. Nesse âmbito da existência, o homem, o vegetal e o animal têm uma constituição semelhante ao reino mineral. Nesse ambiente da existência impera a morte, a mais absoluta ausência de vida.

Dirigindo o olhar e o juízo humano acima do mundo inorgânico, a vida aparece em toda a sua exuberância no plano da existência material. Ali, o homem, o animal e o vegetal compartilham de uma característica especial que se pode chamar de vitalidade, uma das expressões da vida na face da terra. Essa vitalidade não pode ser negada nem mesmo pela mais radical mente materialista. Basta a simples observação do ser humano, do animal e do vegetal para se constatar que neles existe uma força, uma vitalidade, que lhes conferem aquilo que se denomina de vida. Esse estado especial da existência é que os primeiramente distinguem do mero mundo material. Esse plano da existência é classificado pela ciência como o mundo orgânico. Nesse nível da existência, homem, animal e vegetal compartilham de uma característica semelhante: a vitalidade, uma força que faz a matéria assumir uma qualidade especial, apresentar-se de forma viva.

A manifestação da vida permite à experiência e ao pensar humano identificar uma qualidade inexistente tanto no reino mineral, quanto no reino vegetal. Essa qualidade pode-se conceituá-la como emoção, com o intuito de designar um sentimento. Assim como não se consegue encontrar a vitalidade no ser mineral, também se desconhece a manifestação da emoção, de qualquer tipo de sentimento, no universo da vida vegetal. O medo, a dor, a tristeza são qualidades que por mais que se busque nunca poderão ser encontradas na pedra e na árvore. Os sentimentos só podem ser encontrados no reino animal e no reino humano.

Quem tem uma relação mais íntima com a existência animal pode identificar no berro da cabra se ela chama a cria para perto de si para amamentá-la ou protegê-la do risco que o predador representa, quando aparece no ângulo de sua visão. Não resta dúvida, ao observador experiente, se o berro da cabra expressa satisfação ao ter a cria

em segurança; ou tristeza, se o predador teve sucesso em seu intento de arrumar comida.

Na esfera do sentir humano pode-se observar o encanto da mãe que amamenta o filho, a expressão de preocupação em relação ao filho doente e o seu desespero ao entregar à terra o corpo da criança querida que pelo golpe do destino e pelas leis da existência tenha transposto o portal da morte. Pode ser objetado que tal comparação não procede. É verdade. Ninguém pode querer igualar a emoção humana ao sentir do animal. Apenas aqui se pretende mostrar que os seres humanos ainda participam de alguma forma de aspectos da existência em comum com os animais, principalmente os animais superiores.

A ferocidade do lobo e de todos os carnívoros contrasta com a relativa docilidade de animais herbívoros, quando vistos em suas vidas instintivas, na natureza. Evidentemente, essas qualidades se modificam de alguma forma quando esses animais são em maior ou menor graus domesticados. Pela presença e ação humanas, o animal domesticado já adquiriu muitas qualidades inculcadas pelo homem.

Ainda que seja diferente e tenha um espectro de muito maior amplitude, o homem compartilha desse universo das emoções com o animal. Há, porém, diferenças na esfera sentimental entre esses dois reinos da existência: o animal e o humano. Os sentimentos humanos podem ser mais refinados ou degradados. O sentir humano não está ligado apenas à sua expressão instintiva. O animal conduz a sua vida de sentimento apenas no âmbito dos instintos, enquanto homem tem a possibilidade de alterar os sentimentos de acordo com a sua vontade.

O homem só compartilha com os animais uma qualidade comum: a de ter uma vida matizada pela emoção. Há uma diferença fundamental entre os animais e os homens. Os seres humanos podem pela força do 'eu' modificar a sua vida sentimental e do querer. Os animais carecem dessa qualidade, não podem pela decisão do pensar – obviamente porque não pensam – alterar o seu estado de ânimo.

Até esse ponto de sua existência na terra, o homem não tem reconhecido toda

a sua dignidade, a sua grandeza, a indicação de sua posição frente aos demais seres da criação. O pensador materialista diria que isso seria na verdade o ápice da evolução, ao menos da teoria evolucionista derivada de Darwin, Lamarck e Haeckel. A evolução vista na perspectiva de Goethe e Steiner é um fato da espiritualidade.

Para o que se pretende caracterizar não implica prejuízo se é adepto da visão espiritualista ou materialista, se o mundo é a consequência da vontade do criador ou é decorrência do acaso fortuito do universo material. Importa apenas reconhecer que o homem ocupa o lugar mais destacado na existência terrena.

Esse lugar de destaque não poderia ser com certeza indicado pelo fato dele ter um mundo afetivo mais complexo e abrangente do que o dos animais. O sentimento ainda não é suficiente para que se possa posicionar o homem no topo do pódio. Nessa esfera, os animais poderiam reivindicar, se tivessem essa capacidade, a mesma posição, mesmo que isso seja duvidoso.

A característica que coloca o homem no topo da vida é a sua capacidade de pensar. Ainda que generosamente se atribuísse alguma capacidade cognitiva aos seres do reino animal, não se encontraria nenhuma realização deles que se pudesse comparar com aquelas criadas pelo agir humano. Mesmo que as moradas construídas pela abelha e o castor sejam em si mesmas maravilhosas, essas construções nada têm em comum com a mais tosca habitação produzida pelo homem culturalmente o mais primitivo que a antropologia possa identificar.

Enquanto a construção da abelha e do castor tem a mesma forma em todo o tempo da existência dessas espécies animais, as habitações humanas são no tempo e no espaço ricamente variadas e revelam aspectos que dão a elas a expressão do talento individual de quem a produziu, guardando relação com a cultura a que pertença a pessoa. A construção do animal segue o instinto da espécie e exprime o agir de toda a comunidade a que pertence. Não se conhece nenhum castor que possa ser classificado como arquiteto.

Da mesma forma, os animais não organizam uma economia, uma cultura e

uma filosofia. Os animais repetem no tempo e no espaço sempre o mesmo padrão. A formiga continua instintivamente no tempo cortando e carregando folhas, sem que tenha qualquer tipo de preocupação com a preservação das matas, ou se dedique à atividade florestal que lembre remotamente a atividade humana nesse mesmo setor. Nenhuma formiga aspira chegar um dia à condição de um engenheiro florestal.

A cigarra continua no tempo e no espaço a cantar monotonamente a mesma canção, sem que haja uma variação nas notas musicais que se poderiam identificar na sua partitura. Dessa forma, as cigarras embora cantem não dispõem de uma cultura e de uma teoria musical. Os indivíduos da espécie cantam, mas nenhum deles pode ser reputado como um músico, mesmo que medíocre. Aliás, o cantar da cigarra não é medíocre e nem sublime, pois a espécie carece da capacidade de criar e de avaliar a sua criação musical. Destituída da capacidade de pensar e da faculdade da razão não pode fazer uma avaliação crítica do seu cantar.

Quando se dirige o olhar para a espécie humana, a questão muda de figura e importância. Entre os homens facilmente se identifica, com absoluta certeza na obra construída, a criação de um espírito apenas talentoso daquela criada pelo indivíduo genial. A rica variedade das construções pode ser facilmente observada no tempo e no espaço. Na mesma avenida observa-se a rica variedade exprimindo o talento individual humano. Mesmo dentro da mesma cultura, do mesmo padrão estético, é possível identificar a obra criada e construída pelo espírito superior daquele apenas talentoso. Cada azulejo afixado na parede tem a marca, as digitais do espírito que realizou o trabalho.

No campo da música, dispõe-se de obras voltadas à livre expressão da sensualidade até a mais sublime tentativa de alcançar a espiritualidade. Basta ouvir um pagode e um concerto religioso para se evidenciar essa diferença. O talento dos artistas pode ser comparado dentro da sua própria modalidade musical. Toda vez que criam e executam a sua música, cada um dos indivíduos dessa categoria de artistas, os adeptos do pagode, exprimem a sua individualidade. Cada canção tem a marca do indivíduo

que a criou ou a executa. Aqui, entre os homens, atua o espírito e não a espécie. A espécie apenas fornece as condições essenciais para que o ser espiritual possa apresentar a sua competência musical.

Na música sacra, cada artista busca de forma única atingir a divindade. Quem houve a execução da partitura musical sabe que a plasticidade musical surgiu de indivíduos, de artistas particulares. Nos animais vê-se a expressão da espécie, entre os seres humanos evidencia-se a personalidade e talento de cada indivíduo. A genialidade e a mediocridade são prerrogativas exclusivamente humanas.

Neste ponto fica caracterizada a superioridade do homem em relação ao restante dos seres naturais. O eu humano, então, é o atributo que coloca o homem no ápice da vida terrena. Nenhuma pessoa normal desconhece que ela é um ser entre outros seres, que possui um estado de consciência individual, o que lhe permite saber que ela é um sujeito entre outras pessoas humanas e diferencia-se da infinita variedade de objetos do mundo. Porque pensa pode aspirar a conhecer e a conquistar a sabedoria. Querer e sentir são essenciais, mas pensar é o principal atributo humano, aquela qualidade que distingue os homens do resto dos seres do mundo.

As qualidades do pensar, do querer e do sentir dão ao homem a possibilidade de conhecer o mundo e nele atuar produzindo ciência, criando obras de arte, filosofia, literatura, arquitetura, religiões e outras atividades que possam interessar ao espírito humano. Pela faculdade do pensar, o homem descobre e estabelece as relações matemáticas do universo, constrói obras de engenharia, modifica a natureza formando uma floresta no mesmo local em que se encontrava uma terra desértica e infértil. No âmbito da vida social, estabelece relações humanas que possibilitam o surgimento da cultura, da religião, da filosofia, da economia, do direito, da educação.

Essas produções do espírito humano manifestam-se de forma externa e podem ser objeto da experiência e do pensar humano. O homem constrói o mundo externo, atribuindo-lhe novas qualidades que vêm se somar àquelas dadas pelo Criador. O homem, contudo, pode também atuar na sua individualidade, modificando a

sua natureza, acrescentando novos atributos à sua constituição anímica e física. Ele pode modificar o mundo, dando-lhe novas qualidades, bem como conferir novos atributos a si mesmo. Diante de uma situação concreta da vida, o homem tem a possibilidade de comportar-se de forma inteiramente distinta do simples animal.

Frente a uma araucária centenária que arde pela ação do fogo, a reação do homem é diferente do comportamento do animal. O animal e o homem têm em relação a esse fato uma percepção. Ambos recebem a manifestação de calor e sabem, pela experiência ou mero instinto, que o fogo queima e procuram manter-se a uma distância que os proteja do perigo das chamas expelidas pela madeira em combustão. Até esse momento, o homem e o animal podem ter um comportamento semelhante. A onça e o caçador mantêm a adequada distância para que o fogo não coloque em risco a integridade física de seus corpos. A semelhança, contudo, termina aí.

O caçador tem a capacidade de produzir uma representação desse fato que acontece no ambiente externo ao seu ser. A representação decorre da capacidade que possui de trazer para o interior da sua alma o que está acontecendo no mundo externo. Enquanto na percepção da araucária que queima o calor tem uma força concreta - se o caçador for aproximando-se das chamas sentirá o rosto se aquecendo - na representação ele traz para o seu interior todo o acontecimento, sem que isso possa lhe causar qualquer tipo de dano. A representação, portanto, é uma qualidade exclusivamente humana.

O homem diante dos fatos do mundo reage pela sensação e entra em contato com o acontecimento externo - percebe que o fogo da araucária em combustão pode queimá-lo - ao mesmo tempo em que de maneira sensível leva para o seu interior tudo aquilo que percebeu. Assim, no interior do ser humano onde residem apetites, desejos, paixões, simpatias, antipatias, sentimentos de agrado e desagrado vêm somar-se as representações das sensações estabelecidas ao contatar-se com os acontecimentos do mundo. O homem, porém, não é um mero ser dotado de sensibilidade. Se assim o fosse ele apenas refletiria o mundo. Nada mais seria do que um espelho, ainda que o mais

perfeito dos espelhos.

A onça apenas busca distanciar-se das chamas. O homem não apenas afasta-se da zona de calor, de perigo, mas interioriza todo esse acontecimento. A onça pode dar-se por satisfeita ao distanciar-se do perigo. O homem não. Ele coloca em ação o pensar e procura as razões que levaram aquela árvore a pegar fogo. Pode conjecturar se teria sido a ação de um raio. Olhando para céu verifica que não existe nenhuma nuvem e imediatamente procura outra explicação. Ocorre-lhe que a árvore pode estar queimando há muito tempo e, portanto, a hipótese do raio permanece válida.

Observa atentamente a situação do sítio em que se efetua a combustão da madeira e conclui que faz muitos dias que não chove. Novamente, exclui a possibilidade do fogo ter começado por um acidente natural. Muda o foco da sua investigação, pois formulou mentalmente a hipótese de que o fogo foi ateado por algum processo artificial.

Observando mais atentamente descobre detalhes que podem solucionar o enigma da araucária que queima. Logo abaixo, à beira do rio encontra palitos de fósforos riscados e tocos de cigarros. Pode concluir, provisoriamente, que possivelmente o fumante teria voluntária ou involuntariamente posto fogo na madeira. Persistindo na sua investigação, construindo hipóteses no seu universo mental, quase que com certeza chegará a causa do fogo. Descobrirá a verdade.

Internamente ao seu ser, a representação do acontecimento ao tornar-se objeto da reflexão leva à aparição de pensamentos estruturados, a juízos, formando um conteúdo racional para a alma do ser pensante. Quando os conceitos, juízos e idéias transformam-se em uma vivência interna, então, ele adquire um saber, um conhecimento dos fatos e do mundo. O homem nesse instante é um ser que conhece. O homem, porém, não é um ser meramente cognitivo, com a capacidade de adquirir conhecimentos formais a respeito das coisas e do mundo externo. As faculdades do querer e do sentir têm uma decisiva importância no atuar do homem.

A onça pela sua condição de ser que apenas tem sensação, do calor que

emana da madeira em chamas, não pode chegar a conhecer os motivos desse acontecimento. O homem, na condição de ser pensante, produz um conhecimento do fato e pode tomar uma atitude. A onça simplesmente vai embora e depende inteiramente que a natureza se encarregue de repor o exemplar da araucária consumida pelo fogo.

A atitude do homem decorre do fato do seu pensar colocar em funcionamento a força da sua vontade e do seu querer. A atitude, porém, a ser tomada depende das características internas da personalidade do caçador. Diante do acontecimento seus sentimentos são acionados. Poderá ser de agrado: a árvore ao ser queimada limpou o solo e deixou resíduo, tornando mais fácil o plantio de uma espécie vegetal do seu interesse, além de fornecer nutrientes à sua lavoura. Pode ocorrer exatamente o contrário. A árvore estava sendo reservada para a construção de uma nova mesa de jantar. Então, o fato que acaba de acontecer inflama o seu ser e ele, talvez, procure encontrar o autor do sinistro para exigir o pagamento do prejuízo que o evento causou. Pode também ficar conformado com a situação e procurar outra árvore que sirva para atender a finalidade a que estava destinada a araucária.

Ainda, poderia estar guardando a madeira para a construção do altar da capela que está construindo nas imediações de sua residência. O seu espírito será atingindo de maneira assaz diferente diante do acontecimento. O que realmente importa, aqui, é que o acontecimento não é apenas um fato que pode ser objeto do pensar, mas implica também em mudanças nos sentimentos e na vontade do caçador.

Esse caçador ainda que compartilhe a capacidade de sentir com a onça, já que o pensar é uma qualidade de sua exclusividade, não tem em face do acontecimento a mesma reação. Primeiro, pelo pensar ele busca entender o acontecimento, investiga e chega à verdade. O fogo foi ateado por um estranho que esqueceu um cigarro aceso ao pé da árvore. Segundo, ele não fica satisfeito apenas com essa explicação do ocorrido. Somente o conhecimento do fato não o satisfaz. Todo o seu ser é influenciado pelo incêndio. Sua alma queima. Reagirá de modo diferente dependendo da expectativa que

tinha para essa árvore e buscará ou não uma reparação. Aqui, trata-se da busca de justiça. Justiça significa nada mais do que direito, do que ética. Nos dois próximos capítulos conhecimento e ética serão mais extensivamente desenvolvidos.

Antes de aprofundar-se nesses dois assuntos, a teoria do conhecimento e a liberdade, é necessário caracterizar ainda melhor a distinção entre a onça e o caçador. Coloque-se uma nova situação hipotética, mas nem por isso menos real. A onça estava nas imediações da árvore que pegou fogo procurando uma presa. Tão logo a presa seja abatida aparecem as regras do grupo. O instinto da espécie determina quem na hierarquia do grupo comerá primeiro. O que sobra da caça será devorado pelos demais membros do grupo em escala decrescente na posição de dominância. Após terem se alimentado, o grupo deixará a carcaça para que sirva de comida a outros carniceiros. Ao fim, nada sobrar da presa, uma variedade de espécie de seres vivos pôde satisfazer as suas necessidades de comida. A lei natural encarregou-se de distribuir a caça entre os seus apreciadores.

O caçador seguramente não terá o mesmo procedimento. Novamente, várias atitudes podem ser esperadas como normais na sua vida social. Poderá colocar a caça nos ombros e levar para a família banquetear-se. Poderá retalhar a caça e doar uma parte para que seja leiloadada em benefício da construção da igreja e de algum equipamento social da sua comunidade. Poderá ainda destinar um pedaço do animal abatido ao velho caçador já impossibilitado de exercer o seu ofício. Poderá ter um procedimento inteiramente diferente, levando a caça para presentear a amante, esquecendo dos filhos, da igreja e do velho caçador. Ainda, pode destinar a caça ao congelador enquanto os filhos, a amante, o velho caçador e a comunidade passam fome.

Nessa situação hipotética, tanto a onça quanto o homem são caçadores. Da onça se espera sempre um comportamento compatível com o da espécie. A onça não fugirá desse padrão. O comportamento é da espécie, e não do indivíduo. A onça segue fielmente a lei natural. Ela está subordinada ao instinto e não tem como decidir de

acordo com uma ética desenvolvida por ela ou pela espécie. Agir dessa maneira é a verdade da onça, caso se pudesse atribuir ao animal a capacidade de descobrir ou criar um conceito de tal significado e importância para os homens.

No caso do caçador, pode-se julgar o seu procedimento. Ele mesmo pode fazer uma autocrítica do seu proceder e mudar a sua maneira de distribuir a caça. O homem tem essa possibilidade porque carrega internamente valores éticos. O proceder pode ser modificado porque o valor ético não é uma verdade para todo o sempre, não é um conceito absoluto, válido para qualquer situação no tempo e no espaço, como por exemplo, o conceito de triângulo.

Seu proceder guarda relação com a sua ética. O proceder humano em nossa sociedade não se distancia muito daquele que o caçador imaginário poderia assumir. O comportamento moral mais evidente e socialmente aceito é aquele em que o caçador leva comida para os filhos ou estoca caça, enquanto o resto carece de um naco de carne. Não será motivo de escândalo e de pejo fazer tal assertiva. É um fato que revela o homem deste tempo em uma sociedade concreta. A sociedade que, livre ou constrangida pelo dever, a humanidade pôde edificar. Aqui, está-se diante de um homem real. Melhor dizendo, a cada situação hipotética no proceder moral do caçador tem-se um homem concreto em ação.

Diferentemente da onça, no entanto, o homem pode mudar. Para mudar basta pensar diferente, porque uma nova maneira de pensar altera sentimentos e desenvolve a vontade necessária para vencer o egoísmo, o interesse próprio. Pensar, querer e sentir de forma diferente, porém, implicam no conhecimento de valores mais elevados para os seres humanos no transcorrer da existência terrena, o que será delineado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

O CONHECIMENTO DO MUNDO

O homem tem a singularidade de produzir um conhecimento do mundo. Essa faculdade exclusivamente humana, o conhecer, é que o coloca no topo da criação entre os seres que vivem na terra. Nada, no entanto, é tão controverso quanto o conhecimento na sociedade moderna. Até Kant, os homens que estiveram ligados, de uma maneira ou outra, às questões do espírito não tinham dúvida da capacidade de conhecer. A grande divergência entre os homens de ciência e estudiosos do conhecer teológico estava centrada na maneira de conhecer. Nenhuma dúvida existia e persistia quanto à capacidade de conhecer.

Kant coloca um novo problema de profunda e permanente repercussão para as ciências ao indagar criticamente sobre a capacidade humana de conhecer. No seu entendimento, o conhecimento tem um limite do qual a capacidade humana não pode transpor. A mente humana apenas é capaz de conhecer os fenômenos do mundo, permanecendo a essência, a coisa em si, inacessível à mente do homem (CHAUÍ, 1994, pp. 75-93, 103-105, STEINER, 1998, pp. 93-97; 1995, pp. 131-169). Para os seres humanos, as verdades do mundo e os desígnios da criação permanecem em eterno segredo. Uma sucinta descrição feita por Ramos da divergência entre o realismo e o idealismo ilustra a questão (RAMOS, 1993, pp. 42-46).

A estranheza que talvez possa suscitar a discussão de tema ligado à teoria do conhecimento é respondida pelo mesmo autor em sua tese de doutorado centrado no pensamento de Lionel Robbins, no tópico em que discute a crise da ciência econômica.

Kristol assinala três ângulos a partir dos quais os economistas analisam a crise. A escola neoclássica considera que a crise não é nada mais que uma espécie de confusão em mergulham intermitentemente as disciplinas científicas. Uma segunda interpretação corresponde à idéia de que nada seria concluído da macroeconomia ou da microeconomia enquanto os economistas não voltassem à concepção fundamental da economia que se encontra na

escola marginalista ou nos escritos de Karl Marx, Ricardo ou Adam Smith. O terceiro enfoque é o daqueles “que (e são cada dia mais numerosos) recuam mais no tempo para restabelecer a economia como setor subordinado à filosofia política” (Idem, p. 115).

Indicada a legitimidade da filosofia da ciência enquanto preocupação da economia, a breve menção ao pensar kantiano visa somente demarcar que este estudo parte de visão oposta: não há limite ao conhecer. Registre-se para que não paire dúvida que a filosofia de Steiner e Goethe é inteiramente voltada contra o pensar kantiano e a todas as formas de expressão do materialismo.

A tarefa inicial é, então, apresentar os instrumentos dos quais se vale o pensador, o cientista, o artista e o religioso para penetrar nos segredos da criação e entender os fatos produzidos pelos próprios homens e compreender a obra da divindade. Pode parecer ocioso preocupar-se com problemas de tão difícil entendimento e controversa utilidade. Quanto às dificuldades, não se espera resolver ou facilitar o seu entendimento no transcorrer desta discussão. Nem mesmo os filósofos mais geniais puderam brindar a humanidade com essa dádiva. Ao se tratar, porém, da sua utilidade é preciso que se registre a sua importância fundamental, desde o início, para que as idéias que são defendidas ao longo deste trabalho pudessem ser apresentadas de forma coerente e que o seu conteúdo seja devidamente captado.

Registrada a assertiva de que o conhecimento é não só possível, mas principalmente não está limitado a nenhuma barreira que não seja a do sujeito que conhece ou pretende conhecer, resta então demonstrar a tese oposta ao pensar da humanidade atual. A possível objeção de que as restrições kantianas ao conhecimento não se aplicam ao positivismo e ao materialismo histórico, por exemplo, não devem ser consideradas porque essas correntes de pensamento restringem o homem a sua dimensão material, e aqui se pretende abordar o homem na sua totalidade, na sua dignidade de corpo, alma e espírito.

Para apresentar o assunto em toda a sua extensão e significado, discute-se a questão a partir do sujeito do conhecimento, daquele ser único sobre a terra que tem a

faculdade de conhecer: o homem. Dessa forma, o homem é o centro da preocupação deste estudo e a avaliação da sua criação – aquilo que a cultura humana produziu e produzirá na terra – é abordado na perspectiva de que o ser humano é ao menos potencialmente senhor do seu próprio destino. No transcorrer do trabalho, verifica-se a correção dessa abordagem, ainda que se saiba que permaneça para sempre em aberto a oportunidade dessa escolha em se tratando de um assunto aparentemente tão rés ao chão como a economia.

O assunto a ser tratado neste capítulo e no seguinte pode ser resumido nas palavras do próprio Steiner: “O nosso [de Steiner] ponto de vista é idealismo porque vê na idéia o fundamento do universo; é realismo porque vê na idéia algo real; e também é positivismo ou empirismo, porque pretende chegar ao conteúdo da idéia como algo dado, e não através de uma construção apriorística. O nosso método é empírico; ele penetra no real e encontra a sua última satisfação na idéia como resultado de sua pesquisa” (STEINER, 1984, p. 107).

Embora fique evidente que para o autor a idéia é uma realidade e objeto da experiência, não há na sua declaração qualquer metafísica, pois como ele mesmo adverte no parágrafo seguinte: “Temos, portanto, de rechaçar a metafísica” (Idem, p. 107). A visão de mundo a partir de Steiner não corrobora a afirmativa de Ramos, que diz:

A metafísica considera toda a realidade. A metafísica considera toda a realidade (todos os entes) enquanto ser. A metafísica não é a somatória das ciências, mas uma ciência especial que trata da realidade enquanto tem ser. Como nenhuma ciência pode prescindir do ser – nem a matemática, uma vez que a quantidade é um acidente do ser –, nenhuma ciência prescindir da metafísica. Isto não significa que as ciências particulares não tenham autonomia própria ou se subordinem formalmente à metafísica. Esta circula dentro das ciências na medida em que tratam do ser. A metafísica é saber mais, em profundidade e não em extensão, e, por tratar do ser enquanto ser, nenhuma ciência é independente dela (RAMOS, 1993, p.63).

Enfatizado a declaração que nenhuma metafísica deva ser procurada e encontrada neste estudo, para iniciar as considerações sobre o conhecimento e o modo

de conhecer não parece haver dúvida de que homem tem algumas características das quais todos estão, ao menos provisoriamente, de acordo. O homem pensa, tem vontade e sentimento. Para ser senhor dessas faculdades, não se põe em dúvida a necessidade de que homem precisa dispor de uma organização corpórea que o habilite a pensar, querer e sentir. A ninguém ocorre a idéia de que o homem pudesse formular uma equação matemática, desenvolver uma filosofia e plantar uma floresta se não possuísse internamente a capacidade da razão e do seu respectivo uso.

Da mesma forma, toda pessoa normal em algum momento da vida já passou pelo constrangimento da ira, da paixão e, quiçá, do amor. Essa experiência seria impossível se os seres humanos apenas fossem dotados da faculdade de pensar. O existir humano seria um profundo vazio, uma mera forma, se tudo apenas fosse pensado, mas nunca sentido. A existência humana ainda estaria incompleta se o homem apenas pensasse e sentisse. Nessa condição o homem estaria separado da existência universal. A apatia tomaria conta da sua existência e a sua participação na criação seria nula. O que move a criação da cultura, da arte, da ciência é a vontade humana, o querer dos homens.

Em qualquer circunstância da vida, o homem não pode estar separado dessa sua condição: um ser dotado da capacidade de pensar, sentir e querer. O enigma da existência humana, em toda grandeza e miséria, é solucionado se um esforço vigoroso – a vontade – for desenvolvido para que o pensar e o sentir humano entrem em ação.

Nessa condição de ser que pensa, quer e sente, o homem em sua existência normal está em permanente relação com o mundo externo ao seu ser. Ele reconhece de imediato que a árvore à sua frente tem uma existência externa ao seu ser. Homem e árvore têm existências separadas. Apenas o homem, porém, tem essa consciência. Ao homem a árvore tem muitas qualidades – permanecendo em pé ou sofrendo as consequências do machado, entre tantas outras possibilidades -, enquanto para a árvore ele é um ser absolutamente indiferente.

Essa simples constatação mostra a enorme diferença que existe entre o reino

humano – em que pese a ciência convencional localizar o homem no reino animal - e o reino vegetal, ainda que ambos sejam corretamente classificados como seres vivos, assunto já delineado no capítulo anterior.

Voltando ao problema do conhecimento. Para que o conhecimento possa ser produzido é preciso que, antes de tudo, entre o sujeito que conhece, o homem, e o objeto do conhecer, a árvore, haja uma experiência. Ninguém pode esperar que a árvore tenha algum tipo de experiência. A experiência é um contato puro, uma relação imediata, que se estabelece entre o sujeito e o objeto, a árvore. A experiência pura o homem a realiza pelas suas faculdades tácteis, visuais, olfativas, auditivas entre outras. Se ficasse restrito à experiência, a perspectiva da árvore, não se poderia chegar a nenhum conhecimento, nem sequer chegaria à formulação do conceito ‘árvore’.

Pela experiência toma-se contato com a rica variedade de fenômenos do mundo. O trem que passa e apita, a criança que brinca e chora e ri; a folha que se desprende do galho, balança e cai; o vento que assobia os fios da rede elétrica; o porteiro que entrega a conta do condomínio; o aluno insatisfeito com a nota; a torcida que explode com o gol ou a sua falta no estádio são fenômenos da experiência que todo ser humano pode obter em algum momento da vida.

Assim, a percepção desse mundo exterior ricamente variado e as vivências de um mundo interior – o conteúdo da alma – mais ou menos desenvolvidos é que causam a primeira espécie de experiência pura. Os seres humanos são afetados por sentimentos - de ira, de ódio, de amor, de tristeza, de coragem, de covardia -, da mesma forma que pela impressão luminosa do raio e pelo estrondo do trovão. Até esse momento, porém, nada se acrescentaria aos objetos da experiência. Apenas se teria uma experiência. “Experiência pura é a forma em que nos aparece a realidade quando com ela nos defrontamos com completa renúncia de nós mesmos” (STEINER, 1986-A, p. 22).

Às vivências internas e aos estímulos externos que constituem a primeira forma de experiência pura acrescenta-se aquilo que se experimenta pelo pensar. O produto do pensar é os pensamentos. Assim como se observa a árvore à frente e tem-se

a vivência de um sentimento, pode-se contemplar o próprio pensamento. A ninguém ocorre negar que a árvore e o sentimento são objetos da observação, da experiência. Da mesma forma, aos pensamentos se aplica o mesmo princípio. Não existisse a árvore à frente, dela não se poderia ter uma experiência. Não existisse na alma um sentimento, dele não se poderia ter uma vivência, uma experiência. Não fosse também o pensamento uma realidade, o ser pensante contemplaria o nada, o seu olhar se dirigiria ao vazio, se aquilo que se pensa não estivesse de alguma forma colocado à frente do ser que pensa. Quer dizer, o pensar também precisa tornar-se experiência para que se possa penetrar mais profundamente no mundo. O pensar é, portanto um dos fatos da experiência.

Assim, pretende-se ter demonstrado que o pensar, o querer e o sentir são inicialmente apenas uma experiência. Esse esforço se fez necessário porque todo o conhecimento começa com a experiência. Sem a experiência nenhum conhecimento é possível. A pura experiência nada significa se a ela não se acrescentar o pensar. O conhecimento, portanto, é a junção da experiência e do pensar na mente humana. O conhecimento assim é um produto da mente humana. Na terra, só o homem tem a particularidade de conhecer, porque é o único ser pensante a atuar na face do globo.

Conhecer, no entanto, é avançar além do mero pensar, significa dar um passo a mais, dar um ordenamento no caos aparente do mundo circundante, nas vivências internas e na atividade do pensamento. Para conhecer, à experiência é preciso acrescentar, produzindo, conceitos indispensáveis à compreensão dos acontecimentos do mundo. A experiência pura, uma percepção, e o conceito é que permitem a produção do conhecimento.

“A percepção não é, pois, algo acabado, mas apenas um lado da realidade total. O conceito constitui o outro lado. O ato de conhecer é a síntese de percepção e conceito. Apenas o conjunto formado pela percepção e o conceito de uma coisa é que a constitui na sua totalidade” (STEINER, 1988- A, p. 48).

A experiência e a representação fornecem ao ser humano o material ao qual

ele pode transformar em conhecimento. A produção do conhecimento, contudo, não está realizada até essa fase do processo do conhecer. O homem precisa dispor de conceitos para que articule uma linguagem capaz de fornecer-lhe o conhecimento. O conceito, porém, só pode ser produzido pela atividade do pensar humano. Assim, é necessária a resolução do problema de como o homem cria ou descobre os conceitos das coisas e fatos do mundo. Esse é um dos problemas mais cruciais da teoria do conhecimento. Não se faz a discussão dessa problemática que tem sido objeto de tantas controversas na história da ciência e da filosofia. Este estudo não fica comprometido ao omitir-se as várias versões sobre a origem dos conceitos que os homens se valem para fazer ciência e relacionar-se na vida cotidiana.

Apesar da menção acima, faz-se uma relativamente longa citação de Lanz, haja vista que esse autor consegue sintetizar com clareza o pensamento de Steiner a respeito desse assunto. As obras de Steiner (1986-A e 1988-A) são o fundamento para o texto de Lanz citado na sequência:

O mundo se nos manifesta por meio de percepções sensoriais. Captamos seus atributos através dos sentidos que produzem em nós imagens (visuais, auditivas, tácteis, e outras da realidade exterior, da qual também faz parte nosso próprio organismo). Porém, a soma dessas percepções ainda não satisfaz nossa curiosidade cognitiva. Devemos acrescentar-lhe o conceito ou a idéia do objeto ou fenômeno observado. A congruência de ambos, da percepção sensorial e do conceito correspondente, deixa nossa curiosidade satisfeita, por chegarmos à compreensão ou cognição que estávamos procurando.

O conceito é algo imaterial, mas existe objetivamente como realidade espiritual. Para captarmos e ligarmos entre si os diversos conceitos usamos o nosso pensar. Esta é uma atividade subjetiva que tem por objeto uma realidade objetiva. Aliás, o próprio pensar é uma atividade mental (espiritual) pela qual o homem participa da realidade imaterial do mundo dos conceitos. Mas não é ele [o homem] que os produz: encontra-os de certa forma prontos.

Todo esse processo permaneceria escondido e misterioso para nós eternamente, se não tivéssemos a capacidade introspectiva da percepção do próprio pensar. Ela faz parte da realidade que percebemos, sendo ao mesmo tempo uma atividade exercida e algo percebido por nós. Para ser conhecido, qualquer outro objeto precisa da percepção e da captação do conceito correspondente. O pensar dispensa a captação de um conceito, pois já trás em

si seu próprio conteúdo espiritual.

Observando o pensar e desenvolvendo em amplidão a atividade pensante, penetramos no interior de um mundo de pensamentos idêntico ao mundo dos conceitos ou idéias. Podemos elevar-nos a uma contemplação cada vez mais consciente e abrangente dessa realidade espiritual. Tal atividade mental pode ser chamada de intuição. Intuir uma idéia significa compreendê-la diretamente. Ora o que atua em nossa atividade pensante é o mesmo espírito que atua na natureza (LANZ, 1985, 40-41).

As considerações de Lanz são uma síntese da filosofia de Rudolf Steiner e indicam que o homem tem condições de conhecer não apenas o mundo sensível, mas também a realidade supra-sensível. O pensar é a faculdade que permite esse conhecimento. Assim, está fundamentada a idéia da liberdade potencial da ação humana.

CAPÍTULO III

O AGIR MORAL LIVRE

Quando se descreveu as possíveis atitudes do caçador hipotético quanto ao que fazer com a caça abatida e especulou-se a respeito dos procedimentos que ele poderia ter face ao fato da árvore haver sido destruída pelo fogo, a imagem que se fez foi de um homem normal, um ser de carne e osso da cultura moderna. Quer dizer, não se pensa em um super-homem moral e intelectual. Esse realismo do exemplo está assentado na convicção de que não se pode esperar atitudes heróicas do homem como se ele fosse um deus. Neste estudo, trabalha-se, inclusive no plano teórico, com homens reais, seres concretos desta época cultural.

O caçador poderia ter levado a caça para a família, doado uma parte para a festa da Igreja e repartido com o velho caçador já impossibilitado de caçar. Havia ainda a alternativa de destinar toda a carne da caça à amante, esquecendo a família, a Igreja e o velho caçador, e guardá-la na geladeira, enquanto a família e a comunidade necessitavam da carne para matar a fome. Qualquer uma das atitudes que o caçador tomasse mereceria da sociedade em que ele vive um julgamento moral.

Provavelmente, ao destinar toda a carne à família ele receberia a aprovação social em razão do padrão ético que prevalece na sociedade a respeito da obrigação do pai proporcionar os bens necessários à sobrevivência dos filhos e da esposa. Se destinasse uma parte da caça à Igreja e ao velho caçador receberia a mesma aprovação, embora acrescida de um sentimento de que esse não é um procedimento corriqueiro das pessoas no convívio social.

Pensar na Igreja e no velho caçador é uma atitude moral que tem pouca efetividade na vida cotidiana, embora se espere que ela seja concretizada, principalmente pelos outros. A forma mais consensual de transferir essa responsabilidade – atender as necessidades de outras pessoas – é atribuí-la ao Estado.

A convicção de que o governo deve fazer isto e aquilo é um poderoso dogma moral que encanta as pessoas de todos os estratos sociais. Vê-se esse agir com aprovação, mas se têm pouca disposição de efetivá-lo na vida comunitária. Aprova-se nos outros e exige-se da comunidade – no caso, o governo – aquilo que no fundo não se quer praticar, ainda que se admire esse agir moral. Manter a carne no congelador é ainda uma atitude moral que merece aprovação, mesmo que constrangida.

Há uma semelhança entre o modo como a riqueza social é apropriada e distribuída e a atitude do caçador. Pode ser racional o agir do caçador. Ele espera dificuldades no futuro no campo de caça. A sua experiência indica-lhe que a disponibilidade de animais para abate deverá reduzir significativamente. No último verão ele observou que o acasalamento das espécies que são objeto de caça foi reduzido. Assim, o número de fêmeas prenhes lhe parece também bastante menor em relação ao que está acostumado a observar em anos de prática da caça.

Estocar a carne da caça ao invés de distribuí-la com a comunidade volta novamente para o foco da preocupação com a segurança alimentar de sua família. Visto o acontecimento desse novo ponto de vista, uma possível condenação a esse proceder do caçador perde sua força inicial.

Na vida social, essa situação hipotética pode ser observada e criticada, no sentido de exame racional desse proceder. Quer dizer, o caçador ao acumular caça, que atenderia as necessidades de carne de outras pessoas além dos membros de sua família, assume a condição de pai providente e prestimoso. Ele faz uma escolha: deixa de atender às necessidades de carne de outras pessoas no presente, porque isso significaria a seu juízo comprometer o abastecimento ao seu grupo familiar no futuro, quando haverá escassez de animais nos campos de caça. O caçador ainda poderia encontrar aprovação ao seu agir estocando carne em função da avaliação que as pessoas fazem uma das outras.

Alguém poderá objetar a favor do caçador de que a atual situação de penúria do velho caçador deve-se a sua imprevidência em relação ao futuro, quando tinha a

aptidão, a habilidade e a condição física para caçar. Avaliando ingênua ou irresponsavelmente que o futuro nunca chegaria, ele simplesmente nada reservou para manter-se no ocaso da vida, na fase de sua inatividade profissional. A sua situação é a decorrência natural de quem só viveu o presente. As atitudes do passado o conduziram a essa condição precária. Logicamente, ele nada tem a reclamar. A carne que não guardou no passado lhe faz falta no presente. O caçador previdente que enche o congelador de carne não quer para si e sua família o mesmo destino.

Uma possível explicação pela atitude do caçador em recusar a prenda ao leilão da Igreja talvez também possa ser racionalmente justificada, mesmo que se tenha de ser um tanto estreito demais ao considerar as necessidades humanas. O caçador poderá avaliar que para receber o pão espiritual proporcionado pelo sacerdote a ele e sua família é necessário que eles continuem vivos, o que só é possível se tiverem comida. Ninguém podem viver sem alimento. Doar a carne pode significar – pensando de maneira radical e unilateral – o fim da existência física dele e da família. Neste caso, o templo e o serviço religioso seriam de absoluta inutilidade.

Embora algumas situações devam ser desagradáveis a uma ou outra pessoa com uma conduta mais humanitária, todas as situações desenhadas com relação ao agir moral do caçador certamente podem encontrar uma justificação racional. Racionalmente, o caçador pode tanto ser absolvido e ganhar o céu quanto ser condenado ao fogo do inferno. Claro que sempre se destina o caçador ao céu se nele se espelha ou observa-se uma identidade de comportamento com o agir de uma pessoa pela qual se tem algum tipo de afeição e nela se releva as atitudes que possam parecer imoral. Ao inferno destina-se o caçador se nele vê-se outra pessoa, principalmente se por ela tem-se algum tipo de antipatia. As descrições de fatos e situações são meras imagens, mas não é preciso muito esforço reflexivo para dar a elas um estatuto concreto. Esse é um retrato mesmo que impreciso da ética e agir moral do homem atual.

Caracterizada da forma mais objetiva a possibilidade do proceder moral do

caçador, não se quer assumir a posição dessa ou daquela atitude, que em um julgamento pessoal pudesse merecer preferência. Nem se quer dizer que uma possibilidade é mais desejável do que a outra. Aqui não se trata de escolha subjetiva de valor ético e conduta moral, o que não significa que se esteja neutro em relação a esse conflito de procedimento moral, de conduta.

Quando se analisa a vida social – a ética é parte inseparável da vida comunitária – não há meio de posicionar-se apenas como um espectador externo aos fatos humanos dessa sociedade. O pesquisador da natureza e das ciências orgânicas pode se colocar num certo grau de objetividade, observando os acontecimentos, descobrindo as suas leis e produzindo ciência como um ser que vê, reflete e conclui de maneira externa aos seres que são objeto dessa investigação. Talvez nem aqui essa objetividade seja possível, mas debatê-la carece de importância no contexto da presente discussão. Tal possibilidade não existe no campo das ciências sociais.

Aqui não se pretende discutir se é possível ou impossível a liberdade humana, assunto que tanto tem preocupado as pessoas mais identificadas com a filosofia e a maioria dos filósofos. Pretende-se demonstrar que todo o proceder do homem na sociedade moderna, quanto aos assuntos da economia, está assentado em algum tipo de valor ético. O propósito não é discutir a ética liberal e do socialismo, mas delinear que valores éticos as pessoas devem desenvolver para que seja possível viabilizar um empreendimento florestal conduzido em conformidade com os princípios da fraternidade econômica, por meio de associações de produtores.

O mais importante, porém, é indagar se a ética necessária à economia fraternal é possível de ser ao menos pensada. Esta é a conjectura realmente importante. Ambiciona-se também apontar o caminho para a ação moral livre, um ideal que parece possuir todas as pessoas que se insurgem contra a submissão a uma determinada doutrina.

Para alcançar esse objetivo, não há como fugir da questão posta pela filosofia sobre a origem do agir moral. Pela importância que tem no contexto deste estudo, as

idéias de Steiner se impõem porque é nesse autor que se busca conceitos, conteúdo e inspiração para a sustentação teórica do trabalho. Ele é a viga mestra, em termos teóricos e conceituais, para a sustentação desta pesquisa, tendo Popper como um teórico auxiliar.

A idéia da economia fraternal opõe-se inevitavelmente ao sistema de liberdade econômica, bem como às distintas formas de economia estatal. A economia fraternal - um dos pilares da sociedade trimembrada - foi pensada e posta em prática por Steiner. A economia fraternal exige uma mudança interna nas pessoas - 'trabalhar para o outro' - para que seja possível a resolução da chamada questão social da nossa época.

A questão social aqui conceituada abrange tanto a criminalidade, o desemprego, a criança abandonada quanto o problema ambiental. Lógico que não se espera solucionar o problema social apenas estabelecendo uma nova maneira de se organizar a vida econômica. A própria caracterização do homem feita no capítulo I já evidencia que não se cometerá esse equívoco, infelizmente tão comum no pensamento social.

O problema social é um problema criado pelo homem e somente ele mesmo pode encontrar a solução. Não há como imputar a Deus e aos outros seres espirituais as mazelas sociais com as quais se têm que conviver. Da mesma forma, não se pode esperar que a divindade se encarne na terra para que se resolvam os problemas que os homens mesmo criaram. Assim, define-se a questão social como um problema humano e como tal deve-se enfrentá-lo - e solucioná-lo, sempre provisoriamente - no âmbito da vida terrena.

Steiner constrói a sua teoria do conhecimento a partir da observação e do pensar. Essas duas faculdades humanas permitem ao homem produzir um conhecimento das esferas inorgânicas, orgânicas e da realidade do espírito, da vida e prática social. Da mesma forma que se pode descobrir as leis objetivas da física, da matemática e da natureza, pode-se também desenvolver uma conduta social saudável.

A pesquisa científica no âmbito da mecânica, da astronomia, da botânica e da vida animal precisa apenas desvendar as leis existentes no objeto do conhecimento. Quando se trata das leis sociais a investigação do cientista social visa encontrar aquilo que o espírito humano criou. No reino mineral, vegetal e animal descobre-se sempre a idéia do Criador concretizada nos objetos da criação, mas quando se encara aquilo que está relacionado à vida social, tudo o que se descobre é o produto do agir humano.

Limita-se este trabalho em investigar o produto da atividade humana, deixando de lado o conhecimento e as formas de conhecer das ciências que são especializadas no estudo da realidade orgânica e inorgânica. O objeto de interesse é a ciência social e desse ramo do saber focaliza-se tão somente a vida econômica.

Precisa-se, no entanto, discutir a idéia da liberdade, porque o princípio da economia fraternal não é apenas uma forma engenhosa de produzir e distribuir riquezas. É isso, e muito mais. Nela se espera que o homem expresse toda a sua dignidade e possibilidades, enquanto o ser que ocupa o mais alta escala na vida terrena. A sociedade em que se vive é a expressão da vontade humana. Para edificá-la o homem teve que utilizar as faculdades do pensar, sentir e querer.

Se a sociedade da maneira em que se encontra não satisfaz aos homens, está em suas mãos modificá-la. A sociedade poderia ser vista como o melhor dos mundos por uma parte significativa da humanidade – e ela provavelmente seria diferente se não agradasse a pelo menos uma pessoa - ou a imagem do inferno refletida na existência terrena. O que importa aqui é discutir o potencial da vontade humana em produzir uma nova sociedade. Isso depende de que fonte retira-se os motivos para a ação. Quer dizer, dos valores éticos e da moralidade.

Para Steiner, os impulsos da moral exigem a análise dos elementos que compõem a vida individual. Essa exigência decorre do fato objetivo de que aquilo que se pratica em termos morais depende decisivamente da concretização da maneira como se age no mundo. Uma pessoa egoísta terá uma atitude frente aos fatos da vida inteiramente diferente da ação de um indivíduo altruísta. O egoísta procurará satisfazer

os seus desejos pessoais sem pensar nas necessidades e direitos dos demais seres humanos. O altruísta mediará o processo de obtenção das coisas que satisfaçam os seus desejos levando em conta que existem outras pessoas, que também têm necessidades a serem satisfeitas.

Para Steiner, o degrau mais baixo da vida individual é o perceber, particularmente as percepções que o homem obtém através dos sentidos. Sem a intervenção de qualquer conceito e nenhum sentimento, o perceber transforma-se em vontade imediatamente. À vontade surgida dessa maneira, ele denomina de impulso. Pelos impulsos o homem satisfaz as suas necessidades inferiores, de natureza animal: sacia necessidades como a fome, o sexo, a sede entre outras. Por meio dos impulsos, de maneira espontânea, a percepção do indivíduo coloca em funcionamento o seu querer. A ação moral não é mediada pela reflexão.

O querer determinado por impulsos, na origem, próprios da vida sensual inferior, pode estender-se às percepções dos sentidos superiores. Isso ocorre toda a vez que uma percepção de acontecimento determinado do mundo exterior leva o indivíduo a ação, sem que ele reflita sobre o que faz e sem que junte à percepção um sentimento. Isso ocorre no trato convencional do indivíduo com outros homens. Denomina os atos dessa categoria pelo nome de tato ou bom gosto moral. O tato ou bom gosto moral tornar-se-á uma disposição caracterológica, quanto mais freqüentemente ocorrer esta reação imediata a uma percepção.

O sentir é a segunda esfera da vida humana. As percepções do mundo exterior são acompanhadas de sentimentos. Estes sentimentos podem converter-se em impulsos dos atos do indivíduo. Ao ver um homem faminto a sua frente, a compaixão do indivíduo pela situação do seu semelhante pode constituir-se em impulso para sua ação. Os impulsos são o pudor, a dignidade, a humildade, a compaixão, a vingança, a gratidão, a piedade, a lealdade, o amor e o dever, entre outros possíveis exemplos.

O terceiro grau da vida – e o último – é o pensar e o representar. Uma representação, assim como um conceito, pode pela simples reflexão tornar-se motivo

da ação. Certas representações se convertem em motivos para ação pelo fato do indivíduo relacionar a cada passo da vida determinadas metas do seu querer com percepções que se repetem continuamente em forma mais ou menos modificadas. Assim, na mente de certas pessoas não totalmente desprovidas de experiência, ao mesmo tempo em que determinadas percepções, apresentam-se as representações de atos que tenham executado em casos parecidos, ou que tenham visto executar. Estas representações ficam presentes na mente dessas pessoas como modelos determinantes que indicam todas as suas decisões futuras. Então, passam a fazer parte da disposição caracterológica dessas pessoas. Experiência prática é a denominação que Steiner dá ao impulso da vontade assim caracterizado. Gradualmente, a experiência prática se transforma em conduta baseada no tato. A experiência prática torna-se conduta baseada no tato, quando as imagens típicas de ações fixam-se na consciência como representações de determinadas situações da vida e, prescindindo de toda a reflexão baseada na experiência, passa-se da percepção ao querer.

Para Steiner, há um quarto degrau mais elevado da vida individual que é o pensar conceitual não relacionado ao conteúdo de uma determinada percepção, mas que o homem em estado normal de consciência terrena não chega a atingir. Nesse grau, a pessoa determina o conteúdo de um conceito mediante a pura intuição, a partir da esfera mental. De imediato, o conceito não contém em si nenhuma referência a determinadas percepções. Se o querer algo decorre de um conceito referente a uma percepção – uma representação –, então, é a percepção que leva o indivíduo a agir por meio do pensar conceitual. Do contrário, quando atua sob a influência da intuição, o que constitui o impulso da ação é o pensar puro. Ele denomina de razão prática o impulso moral dessa natureza.

Desse impulso não faz parte a disposição caracterológica da pessoa, porque o que atua nela não é um impulso individual, mas o conteúdo ideal – portanto, universal – na sua intuição. Assim que a pessoa considera esse conteúdo como base e ponto de partida para a ação, ela passa a querer. Isto independe do conceito ter estado presente

nela anteriormente ou de penetrar em sua consciência imediatamente antes da sua ação.

A vida individual, como visto acima, é composta de quatro elementos: “1) perceber, 2) sentir, 3) pensar e representar e 4) pensar puro ou razão prática” (STEINER, 1988-a, pp.83-85). O quarto elemento só é atingido de forma excepcional.

A ação moral do homem, os atos de vontade, é detonada por motivos e impulsos. Aquele agir que surge motivado pelo perceber e pelo sentir situa-se no âmbito dos impulsos humanos. Os atos originados pelo pensar e pelo representar da pessoa e pelo pensar puro ou razão prática situam-se na categoria de ações praticadas por motivos. No motivo, o fator conceitual é a causa determinante momentânea do querer. Já o querer surgido por impulso é permanente no indivíduo. Um conceito puro ou um conceito formado pelo conteúdo de uma percepção, ou de uma representação, pode ser motivo do querer. Os conceitos gerais e os conceitos individuais – neste caso, uma representação – tornam-se motivos do querer porque atuam sobre a pessoa humana e determinam sua ação em alguma direção.

Um mesmo conceito e uma mesma representação, contudo, influem diferentemente em indivíduos distintos, induzindo-os a atitudes diferentes. Assim, o querer não é apenas o resultado do conceito ou da representação, mas depende do modo de ser de cada pessoa. O modo de ser de cada pessoa é que constitui a sua disposição caracterológica. A forma como o conceito ou a representação atua sobre a disposição caracterológica do homem dá a sua vida um cunho moral ou ético. (STEINER, 1988-a, p. 82).

Então, representações e conceitos são os motivos da moral. A representação dos interesses pessoais e de terceiros é o motivo do querer. Quem busca pela sua ação a maior quantidade de prazer para si mesmo – alcançar a felicidade individual – é uma pessoa egoísta. Aquele que só pensa em si e procura a felicidade pessoal mesmo que ao custo da felicidade alheia, este é o egoísta puro. Há também o egoísta matizado de generosidade aparente: ajuda ao próximo apenas porque espera que indiretamente o

bem-estar alheio retorne de forma favorável para o seu interesse pessoal. Por fim, existe o tipo de egoísta que pratica ações generosas por estar preocupado com os interesses próprios. Ao buscar a própria felicidade ajuda os demais por temer que o prejuízo dos outros possa colocar em risco o seu próprio interesse: é a moralidade por motivos de prudência (STEINER, 1988-a, p. 85).

O motivo de uma ação moral pode ser também estritamente conceitual. O conteúdo de uma ação dessa natureza não se forma a partir da representação da felicidade pessoal. Este conteúdo surge a partir de um sistema de princípios morais: costume social, leis do Estado, autoridade eclesiástica e revelação divina. Há aqueles que obedecem as normas sem se preocupar como elas se originaram. Outros seguem essas normas não apenas porque elas são impostas por uma autoridade, mas porque intimamente, pela autonomia moral, reconhecem pela voz interior que a elas devem submeter. Age pela consciência que tem da validade desses preceitos morais. O primeiro submete-se às normas porque a lei determina ser essa a atitude correta e o segundo tem uma conduta compatível com os princípios morais porque intimamente sabe da sua importância e verdade. Esta segunda pessoa tem discernimento moral.

Ao alcançar o discernimento moral, o homem passa a indagar quais são as necessidades da vida ética e deixará que o conhecimento dessa verdade determine seus atos. Para Steiner, as necessidades são: 1) o maior bem possível da humanidade em conjunto, somente por causa desse bem; 2) o progresso cultural ou a evolução moral da humanidade em direção a uma perfeição cada vez maior e 3) a realização de fins morais individuais concebidos por pura intuição (STEINER, 1988-a, p. 86).

Na acepção de Steiner, enquanto o homem age movido pelo interesse próprio, egoísmo, ou pela observância das normas externas ele não é um ser moralmente livre. Ele apenas atinge o grau de liberdade quando se conduz pela intuição moral própria. Realisticamente, Steiner reconhece que poucos têm condições de intuir o conteúdo moral da sua ação, mas adverte que se assim não o for o homem não é livre. Ao mesmo tempo, enfatiza que um homem moralmente livre não precisa

necessariamente opor-se ao sistema de princípios morais vigentes. Pelo contrário ele o segue, apenas busca pela intuição formas mais perfeitas de conduta moral. Assim como a moral vigente foi em algum momento intuída por alguém e passou a ser regra para todos, o proceder moral intuído pelo homem livre poderá tornar-se norma para outras pessoas incapazes de por si mesmas irem além daquilo que está estabelecido na sociedade (STEINER, 1988-a, pp. 87-134).

Após a exposição da ética derivada do pensamento de Steiner, pode-se agora repensar o proceder do caçador e o seu dilema, quanto ao que fazer com a caça. Se o caçador for uma pessoa que apenas percebe e age por impulso, ele destinará a caça de acordo com os seus interesses de natureza inferior: destina a caça ao seu consumo exclusivo e poderá dar um pedaço de carne para a amante em troca de sexo. Faça-se o caçador evoluir para o segundo grau, para a esfera do sentir. Nesse ponto, ele pode ser generoso doando a caça ao velho caçador por compaixão ou dever. Repartir com a família e os filhos, por amor e lealdade. À amante, por gratidão. À igreja, por dever. Os motivos do agir moral do caçador nesta esfera podem ser uma combinação de todos os impulsos mencionados, porém, ele age tão somente por sentimento. É um grau mais elevado do perceber. Mas o homem não se revelou por inteiro. No âmbito do terceiro nível, o caçador atinge a esfera do pensar e do representar. Nessa esfera, seu agir pode levar em conta apenas o seu interesse próprio, seguir o que manda o costume, a lei, o sacerdote, ou seguir o que manda a sua consciência.

No interesse próprio, pode dar a carne para o velho caçador porque espera no futuro a comunidade tenha a mesma atitude para com ele. Para os filhos porque se não o fizer não poderá contar com eles na velhice. No fundo ele age assim: meu filho, dou a você um pedaço de carne hoje para que você me retribua mais tarde quando eu precisar. À Igreja, por temer o castigo divino. À amante, porque se não o fizer ela pode lhe recusar sexo. À esposa, para que ela continue exercendo as funções de mãe e de esposa, inclusive fechando os olhos para a amante. Aqui a combinação de situações do agir egoísta pode ser bastante variada.

Se for uma pessoa moralmente mais desenvolvida, o caçador pode distribuir a caça para a Igreja, o velho caçador, a família porque assim determina o costume social e a leis do Estado. A amante fica sem carne, porque isso é uma imoralidade. Melhor dizendo, um caçador que cumprisse os preceitos morais não poderia ter uma amante. Ele poderia fazer tudo isso, porém, não porque existe uma coação externa, mas porque assim determina a sua consciência. No entanto, o caçador não é uma pessoa livre em nenhuma dessas hipóteses.

O caçador só será um indivíduo livre se intuir a sua conduta moral e agir de acordo com essa intuição. Nesse caso não age por interesse próprio, ou porque um sistema de princípios morais assim o determina e por uma questão de consciência. Age porque intui a verdade do seu querer. Quando o caçador age por intuição ele não apenas é um homem que observa os princípios morais, mas faz evoluir a moralidade dos homens. Dessa forma, ao evoluir a si mesmo ele faz o bem para humanidade ao elevar o seu nível moral. É basicamente desse caçador que se tratará neste estudo como meta ideal.

A frase abaixo de Steiner é uma síntese da sua visão do homem enquanto ser capaz de alcançar a liberdade: “a natureza faz do homem um mero ser natural; a sociedade transforma-o em um ser que age conforme leis; só ele pode fazer de si mesmo um ser livre” (STEINER, 1988 -a, p. 94).

Assim, é o homem mesmo quem produz a suas leis. Essas leis são a verdade no campo social. Não há nenhum impedimento para que as pessoas fixem critérios moralmente mais elevados de convivência social e formas de produção de riqueza.

CAPÍTULO IV

A TRIMEMBRAÇÃO SOCIAL E A ECONOMIA COMUNITÁRIA

A vida social pode ser corretamente separada em três ramos distintos: o econômico, o político-jurídico e o cultural-espiritual. Essa separação Steiner a denominou de trimembração social. Nessa conceituação, a vida social deve ser organizada de tal forma que a fraternidade seja atingida no campo da economia, a liberdade no âmbito da existência espiritual e cultural e a igualdade no plano dos direitos entre as pessoas. A idéia da sociedade trimembrada opõe-se ao Estado unitário (STEINER, 1986-b, p. 112).

Assim, na visão de Steiner na comunidade trimembrada tudo o que se relaciona aos assuntos jurídicos e político deverá ser tratado no parlamento, na esfera da democracia. A vida espiritual e cultural terá que ser desmembrada da vida política e jurídica e ser administrada de forma independente e livre. A vida econômica também seria administrada de forma autônoma, por meio de associações de produtores e consumidores, fundamentada nas habilidades e capacidades profissionais de cada um de seus membros e de acordo com os interesses daqueles para os quais se dirige a produção. Neste estudo, denomina-se economia comunitária esta forma de organização da produção e distribuição de bens e serviços.

Evidentemente que essa divisão tripartite da vida do homem em sociedade não é auto-excludente. Ao contrário, os três ramos são interdependentes, pois acima dessa organização social está o homem, o ser que unifica todas esses três membros da sociedade. Esses três pilares da vida social são uma construção humana.

A idéia da trimembração social foi desenvolvida, no início do século XX, e visava oferecer uma alternativa de organização social que fizesse frente aos graves problemas sociais surgidos com o capitalismo moderno (STEINER, 1986-b, pp.35-36). Ela é uma reação às propostas de organização social feitas pelos partidos políticos de

inspiração marxista, socialista, social-democrata, corporativista e liberal.

Steiner sustenta que os males sociais da nossa época resultam da unificação em um corpo unitário a vida cultural-espiritual, a instância estatal - o jurídico e o político - e a esfera econômica. A única forma de reparação desses problemas, na sua concepção, será a organização da sociedade de tal forma que a igualdade, a liberdade e a fraternidade, os lemas da revolução francesa, tenham condições de se manifestarem concretamente na existência dos homens (STEINER, 1986-b, p. 33).

Nessa nova forma de organização dos assuntos humanos na vida terrena, a sociedade trimembrada, as pessoas serão chamadas a opinar segundo a sua consciência democrática a respeito dos assuntos da vida jurídica, no que se refere ao Estado, enquanto relações políticas. A vida espiritual não é assunto da democracia nem da política. Os assuntos econômicos, tampouco, devem sofrer influência da vida democrática e da intervenção do Estado.

O Parlamento democrático, também, nunca poderá imiscuir-se em assuntos de espiritualidade, das confissões religiosas e demais cosmovisões espirituais. A mesma vedação se impõe ao Estado no campo da cultura, inclusive da educação e do ensino. O mesmo se aplica no que se refere aos assuntos da cultura e da educação. A educação não poderá sofrer nenhum tipo de regulamentação estatal e influência do poder econômico, quanto ao conteúdo e a forma, a pedagogia de ensino. Essa vida cultural e espiritual independente modificará positivamente a vida estatal e a vida econômica.

A economia por sua vez deverá ser colocada em base própria, independente do estado de direito e da vida espiritual. As decisões e julgamentos econômicos só poderão ser feitos por aqueles que estão envolvidos em algum ramo econômico e se educaram para essa atividade, conhecendo a concatenação do seu ramo econômico com as demais entidades, as outras associações de produtores e consumidores. A competência e a capacidade na profissão são as únicas condições pelas quais se consegue realizar algo frutífero na vida econômica.

Para aquele que desenvolveu a idéia da trimembração social, o capitalismo produziu muita riqueza e muitos problemas sociais, que só poderão ser superados, quando em lugar das relações capitalistas for erigida a economia comunitária, que se concretizaria pela organização associativa da produção e demais serviços necessários para a vida material do homem (STEINER, 1986-b, p. 34).

A economia associativa não é uma teoria explicativa dos fatos da economia de mercado. Ela é uma proposta concreta para a resolução dos problemas sociais da humanidade, onde o econômico é uma das suas manifestações. Aqui não se pretende apresentar uma solução teórica para as injustiças sociais, mas indicar um meio prático de organizar-se um projeto econômico que tenha a preocupação com o outro, com os demais membros da comunidade.

Apesar dessa observação, é importante indicar os males sociais da nossa época e a maneira de encarar o problema formulado pelo pensamento radical e pela concepção conservadora. Um dá grande ênfase aos aspectos econômicos como determinantes dos problemas sociais. O outro vê na moralidade e num pretenso excesso de liberdade a causa central que origina a turbulência, que o mundo vive hoje em dia.

Na sociedade manifesta-se uma crescente preocupação com as dificuldades que as pessoas encontram em conviver harmonicamente. Esses problemas de relacionamento e convivência no âmbito da sociedade são genericamente captados por um conceito abrangente e impreciso: a questão social. Há a percepção social de que a vida comunitária fica cada dia mais difícil.

As pessoas autoritárias e que reagem a mudanças em favor de melhores condições de vida e acesso às vantagens econômicas propiciadas pelo progresso material da sociedade culpam a democracia, os direitos humanos e o paternalismo governamental pela pobreza e violência que surge no tecido social. No que se refere as práticas anti-sociais, os conservadores advogam a punição exemplar, o que exigiria a eleição ou indicação de governantes e com pulso forte, mesmo que signifique sacrificar

a democracia.

A prisão perpétua e, mesmo, a aplicação da pena de morte são medidas indicadas para a solução dos problemas sociais. A democracia e os direitos humanos podem ser sacrificados para que o problema social possa ser enfrentado. Para os adeptos dessa solução autoritária, todas as práticas anti-sociais teriam origem na deformação moral das pessoas, decorrência de uma educação permissiva, onde ninguém respeita os valores morais, bem como a autoridade das pessoas que têm a função de educar. O mal se origina, portanto, na ausência de educação e, para suprir essa carência, o que resta a fazer é a repressão. A palmatória, o cárcere e o patíbulo são as técnicas pedagógicas essenciais para o problema social.

No pólo contrário, aparecem aqueles que entendem que a desigualdade econômica é o fator que desencadeia a crise social. O crime decorre da injustiça social, que se expressa no contraste gritante entre a riqueza e a pobreza. A solução é diminuir as diferenças de renda entre as pessoas. Aponta-se a necessidade, então, de políticas públicas que beneficiem as faixas mais pobres da população, por meio da distribuição mais equitativa da renda. Há propostas que propugnam a estatização total da vida econômica.

Na visão da trimembração social, os dois diagnósticos primam pela unilateralidade. A primeira posição tende a desqualificar a democracia e o direito de realização do espírito do indivíduo humano. Tudo se resolveria se as pessoas fossem educadas – na verdade, treinadas – para obedecer a lei e respeitar os costumes. A pedagogia ideal é a repressão. Além disso, desconsidera a relevância das condições econômicas na existência material dos indivíduos e suas famílias. Para essas pessoas, é como se a injustiça social não tivesse nenhuma importância na vida espiritual das pessoas, não interferisse na existência anímica desses seres humanos. Contra o absolutismo dessa posição evidencia-se o fato de que nenhuma sociedade por mais repressora que tenha sido dos desvios das normas socialmente aceitas e opressora das liberdades individuais conseguiu vencer a criminalidade e as atitudes anti-sociais.

A segunda abordagem peca por motivos inversos. Nega a propensão dos seres humanos para o mal, para a prática de atos egoístas. O homem é conduzido para o mundo do crime e do desamor exclusivamente por motivos de natureza econômica. O crime nasce da injustiça social, da pobreza material. Contra esse argumento aflora a evidência de que a maior parte dos pobres é formada por pessoas honestas, trabalhadoras e, que por serem pobres, têm que viver entre bandidos, ao menos daqueles bandidos que moram nas regiões pobres das cidades.

Na acepção da sociedade trimembrada, a questão social é um assunto de natureza jurídico-político, cultural-espiritual e econômico. Esses três aspectos da existência humana na terra precisam ser enfrentados de forma separada, embora tomados de forma unitária. Na visão da economia comunitária reconhece-se "... a questão social como uma questão espiritual, uma questão jurídica e estatal ou política e uma questão econômica" (STEINER, 1986-b, p 24).

Na acepção da sociedade trimembrada, as questões de direitos – universo jurídico e político - só podem ser resolvidas de forma democrática. Somente a democracia pode proporcionar a igualdade de direitos entre as pessoas, que satisfaça a reivindicação da igualdade entre os seres humanos.

Na esfera espiritual-cultural, a educação e a liberdade de credo religioso permitem o desenvolvimento da liberdade humana no plano individual. A religião fará a necessária ligação das pessoas com a divindade. Evidentemente, há aqueles que já se desenvolveram espiritualmente em grau mais elevado e dispensam a necessidade da prática religiosa externa, representada pela Igreja e o sacerdote: o padre, o pastor, o pregador. Mas a existência de individualidades dessa categoria não elimina a necessidade da vida religiosa.

A educação proporciona as condições para que o indivíduo possa expressar toda a riqueza da sua personalidade nas artes, nas ciências, no esporte e no trabalho. A educação é um sagrado direito de todas as pessoas que vivem na terra. A educação deve ensinar o que é socialmente considerado adequado de acordo com a lei e a

tradição. O principal objetivo da educação é propiciar condições plenas para que cada indivíduo possa atuar no mundo de forma livre e possa concretizar todas as potencialidades que trás dentro de si. Quanto ao convívio social, uma pessoa livre, na correta acepção da palavra, não precisa de lei e dos costumes, nem precisa transgredir as normas estabelecidas pela comunidade. Essa pessoa será livre apenas quando intuir do mundo das idéias o que é certo e moralmente correto.

Na esfera econômica, deve prevalecer a fraternidade. Uma vida econômica fraterna só pode existir se no íntimo de cada pessoa houver uma verdadeira preocupação com o interesse dos demais membros da sociedade. Assim, por serem espiritualmente livres e democraticamente iguais, as pessoas desejam e realizam uma vida econômica onde cada um recebe bens materiais de acordo com as suas necessidades individuais e de sua família.

A questão social, portanto, é uma reivindicação ainda que inconsciente das três esferas na vida humana. Se os homens não tiverem atendido essas três reivindicações do espírito para a época moderna terão que enfrentar graves problemas sociais. Os três elementos vitais da sociedade moderna são a vida espiritual, a jurídico-político e a econômica. Então, segundo Steiner (1986-b, p.33) “... descobre-se que as três palavras encerram em si impulsos históricos justificados, elas são os impulsos para liberdade da vida humana, o impulso para a democracia e o impulso para a formação da vida comunitária”.

Pelas considerações antes explicitadas, a economia comunitária é um dos ramos da sociedade tridimensionada e veículo indispensável para a resolução do problema social, que só pode ser resolvido se houver a disposição de enfrentar as reivindicações do homem moderno: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Em conformidade com essa meta, a economia deve sofrer alterações profundas na sua abordagem teórica e nas suas realizações práticas.

A teoria econômica convencional advoga o princípio de que a produção e a distribuição de riqueza realiza-se pela combinação dos chamados fatores de produção:

terra, trabalho e capital. A cada fator de produção é atribuído um valor ou preço de mercado que guarda direta relação com a sua participação quantitativa e contribuição qualitativa na geração de novas mercadorias e serviços. O preço desses fatores forma-se a partir de sua escassez relativa e de sua utilidade marginal no processo de produção.

Para que haja produção, os proprietários dos fatores de produção – terra, capital e trabalho – vendem os seus serviços para uma empresa, que lhes paga renda na forma de lucro, salário e renda fundiária. A empresa por sua vez oferece aos proprietários dos fatores bens e serviços reais, que satisfaçam o desejo de consumo, o qual se concretiza pelo poder de compra que recebem da firma.

Nessa relação econômica cada um dos proprietários de fatores de produção - capitalista, proprietário fundiário e trabalhador -, fixam através de contratos os direitos e as obrigações de cada uma das partes envolvidas no processo produtivo. Nesse contrato, no qual se fixam os direitos e obrigações de cada uma das partes, prevalece o entendimento de que cada um deve tratar do seu interesse próprio. O contrato é dessa forma a resolução de um conflito de interesses, onde o empresário está apenas interessado no lucro e o trabalhador no salário.

O capitalista investe o capital do qual é proprietário apenas porque tem a expectativa de que no final dos ciclos produtivos receberá uma quantidade adicional de riqueza em relação ao que colocou no negócio. O mesmo intuito está cristalizado na mente do trabalhador, que apenas está interessado no salário, e do proprietário da terra ou imóveis que espera receber uma renda pelo uso de sua propriedade.

Essa forma de relação social faz com que os atores da produção vejam nos bens e serviços produzidos apenas uma coisa que precisa encontrar compradores no mercado. Os bens e serviços, assim, são coisas que são trocadas por coisas – dinheiro – que serve para comprar coisas para consumo e para produzir mais coisas, bens de capital e matéria-prima, para produzir outras coisas, que gerará renda para o consumo de novas coisas e para a ampliação da capacidade produção de coisas adicionais.

A economia comunitária tem outra percepção dos fatos econômicos. A sua fundamentação básica é a de que os produtores precisam produzir bens que satisfaçam aos interesses e às necessidades dos consumidores. A formação de associações de produtores e consumidores – a economia comunitária, associativa - foi indicada por Steiner para concretizar uma a vida econômica saudável, onde prevaleça a preocupação com o interesse do outro.

No modo de produção capitalista o trabalhador está apenas interessado no seu salário. A sua preocupação está voltada para si mesmo. Talvez isso seja um dos principais motivos do trabalho ser encarado como uma atividade tão penosa na sociedade moderna. Se fosse perguntado ao trabalhador, que carregava pedras para os alicerces da Igreja de Colônia, o que ele estava fazendo ele provavelmente responderia: “estou construindo uma Catedral”. Se a mesma pergunta for dirigida a um trabalhador moderno, ele com certeza responderá que está empurrando um carrinho de pedras para ganhar um salário.

Da mesma forma, um empresário só colocará capital na obra de uma Catedral caso ele vislumbre a possibilidade de ganhar dinheiro, de valorizar o capital que já possui. Não há nenhuma motivação a mais que não seja a de ganhar dinheiro em benefício próprio. Essa mentalidade empresarial consolidou-se a partir do século XVII e o seu mais consagrado filósofo é Adam Smith, que brilhantemente expôs as vantagens do egoísmo ético, no plano exclusivamente econômico, para a produção de riqueza material.

Em oposição a Smith e Marx, a economia comunitária é uma forma simples das pessoas se entenderem nos assuntos econômicos. Um número de pessoas que reúna as habilidades técnicas necessárias forma uma associação de produtores para atender a uma outra entidade do mesmo tipo constituída de consumidores. Os produtores e os consumidores chegam a um acordo sobre o preço, a qualidade e a quantidade dos bens que se deve produzir. Estabelecido esse entendimento, o que resta é o cumprimento desse contrato, feito sem a interferência do Estado e fora das regras do mercado.

O resultado da produção vendida será distribuído entre os participantes da associação de produtores, de acordo com as decisões que tenham tomado ao constituírem a entidade. O quanto caberá a cada um dos membros da entidade é um critério estrito de seus participantes. Se o gerente vai participar com mais ou menos que o engenheiro e o trabalhador braçal é uma decisão que cabe a eles entrarem em acordo.

Algumas questões econômicas de ordem prática, no entanto, precisam ser solucionadas em termos teóricos para que a idéia da economia comunitária, associativa, seja mais bem explicitada. Assim, é preciso clarificar alguns conceitos econômicos na perspectiva associativa: trabalho, valor, preço, capital, salário, juro são a seguir redefinidos – falseados, na acepção de Popper - para que se possa entender mais facilmente os fundamentos da economia comunitária de acordo com a trimembração social.

4.1 VALOR, PREÇO E LUCRO

A primeira tarefa da economia é desenvolver uma teoria do valor e dos preços. O valor dos bens e serviços, na economia moderna, é atribuído de maneira subjetiva. O valor é a capacidade dos bens e serviços satisfazerem uma necessidade física ou psicológica do consumidor. Na economia clássica e marxista, o valor tem um componente objetivo, e é aferido pela quantidade de trabalho gasto na produção.

Esse conceito foi abandonado desde o surgimento da economia marginalista. Para essa corrente, da teoria econômica, o preço ou o valor é fixado pelo mercado, em conformidade com a chamada lei da oferta e procura. Os preços ou valores dos bens e serviços flutuam de acordo com a maior ou menor oferta das quantidades colocadas à venda. As quantidades levadas ao mercado oscilam de acordo com a variação dos preços. Se os consumidores estiverem dispostos a pagar um preço maior pela mesma unidade de bem ou serviço, o mercado será abastecido em maior quantidade. O mesmo

raciocínio se aplica em situação inversa. Se os consumidores só comprarem bens e adquirirem serviços a preços menores, os produtores reduzirão a oferta. Se a oferta aumentar, os preços caem e haverá maior consumo.

Esse relacionamento de interesses mediados pelo mercado é articulado pelo sistema de liberdade econômica. Nesse ambiente social de liberdade econômica, a única finalidade da atividade econômica é atender os interesses e as demandas individuais. O homem econômico é um ser exclusivamente egoísta.

Na abordagem da economia comunitária, os conceitos de valor e preço são diferentes. O valor surge da avaliação objetiva que o consumidor atribui ao bem, das qualidades características que possui de atender as necessidades do homem apreciadas por ele de forma subjetiva. O valor do bem é objetivo porque é no bem que está contida a qualidade de satisfazer uma necessidade humana, mas também é subjetiva, porque as qualidades que ele contém só podem ser qualificadas pelo ser humano, que desfruta dos benefícios que o produto pode lhe proporcionar. O valor, assim, só existe porque satisfaz uma necessidade humana. "... a vida econômica fornece bens que representam valores porque os homens precisam deles e a cobiça humana é dirigida a eles. O homem tem de atribuir aos bens um determinado valor. Conseqüentemente, os bens possuem também, no âmbito da vida social, um valor objetivo inteiramente relacionado com o valor apreciativo subjetivo atribuído a eles pelo homem" (STEINER, 1986-b, p. 23).

Se o valor atribuído pelo homem está inserido no objeto, o que cria o bem é o trabalho e o espírito, o pensar humano. Sem a atividade humana, trabalho físico e mental, não se produz o objeto que a 'cobiça' humana atribui valor. São essas duas capacidades que produzem os objetos aos quais se dá valor pelas suas características de satisfazer as necessidades criadas pela vida em sociedade. O valor, contudo, só começa a existir quando a natureza transformada pelo homem é inserida no processo econômico. A interação entre a natureza e o trabalho humano é um lado do valor; o outro é a subjetividade apreciativa do consumidor. (STEINER, 1995-a, pp. 30-31)

O trabalho em si, porém, não cria e nem tem valor econômico. Pular corda pode ser importante para a saúde, mas não tem nenhuma importância econômica. A coisa muda de figura se em um balde é amarrada uma corda e com essa ferramenta se retira água de um poço. Se essa água for utilizada em uma fábrica de concreto, o valor econômico terá sido produzido. Da mesma forma, se alguém de posse de algumas cordas montar uma academia de ginástica, onde as pessoas vão fazer exercício sob a orientação de um professor de educação física, a corda passa então a produzir um bem econômico. Nesse caso, então, o espírito, a inteligência humana dirigindo o trabalho passa a produzir valor econômico. (STEINER, 1995-a, pp. 32-33)

Para Steiner (1995-a, p. 33), portanto, os valores econômicos poderão ser produzidos de duas maneiras: pela mudança da natureza pelo trabalho, o algodão em corda, ou alterando o produto do trabalho através do espírito, o pensar, transformando a corda em equipamento de ginástica e componente da ferramenta que irá retirar água do poço.

O preço não guarda nenhuma relação com o valor, pois está relacionado à posse do dinheiro e forma-se pelo poder aquisitivo das pessoas. Um bem rejeitado pelo mercado, pelas pessoas que possuem dinheiro, não terá preço e deixará de ser produzido, mesmo que tenha um imenso valor objetivo e subjetivo para as pessoas que dele necessitam para viver, mas não o podem comprar. Assim, não se produz o que as pessoas precisam, mas o que aqueles que têm dinheiro podem e têm interesse em comprar.

Nada mais enganosa do que a teoria de que o preço é formado pela sua escassez relativa e aferido pelas leis de mercado. O feijão não terá a sua produção aumentada, porque os pobres não têm dinheiro para comprá-lo, apesar deles atribuírem a esse alimento grande valor. Valor e preço, assim, estão dissociados um do outro na sociedade capitalista, o que levou a economia moderna a dar tão pouca importância a investigações mais adequadas à teoria do valor, embora haja grande esforço na formulação de teorias dos preços rivais às da concorrência perfeita.

Uma adequação, uma identidade, entre preços e valores será possível tão logo seja instituídos uma nova ordem econômica e um novo ordenamento social. No plano econômico será a organização da economia comunitária, através de entidades associativas e na esfera social o desenvolvimento da trimembração social: a separação administrativa dos assuntos da política, do espírito, da cultura e da economia.

Em uma sociedade onde prevaleça a idéia da fraternidade, a preocupação das instituições econômicas será estudar necessidades das pessoas e desenvolver formas de reunir as condições necessárias para satisfazê-las. Os preços têm a única finalidade de indicar que uma mercadoria está sendo produzida de acordo com as necessidades das pessoas ou se faltam ou excedem ao desejo de consumo da sociedade. Um preço muito alto ou baixo significa que as pessoas não estão sendo atendidas em conformidade com as suas necessidades, ou se está desperdiçando recursos que deveriam ser deslocados à produção de outros bens.

“Percebemos assim que em lugar do mercado acidental reinará a inteligência, que o preço expressará o resultado dos entendimentos entre as pessoas e o conteúdo dos contratos que as pessoas concluíram por meio das instituições existentes. Vemos aí a transformação do mercado engendrado pela inteligência, que se coloca no lugar do mercado acidental reinante hoje em dia” (STEINER, 1986-b p. 46).

A determinação do preço de um bem, segundo Steiner, assume uma dimensão social e humana, quando cada um dos envolvidos na produção encontra atendidas as suas necessidades:

“... existe um preço correto quando alguém recebe, como recompensa por um produto que elaborou, tanto quanto precise para satisfazer as suas necessidades – a soma de suas necessidades, na qual naturalmente estão incluídas as necessidades das pessoas que dele dependem – até que tenha elaborado um produto idêntico. Tal fórmula, por mais abstrata que seja, nem por isso deixa de ser abrangente e completa” (STEINER, 1995-a, p. 73).

Então de uma maneira simples e objetiva, é possível determinar o preço

correto da madeira produzida por uma associação de produtores, sem que se tenha de prender-se às infundáveis discussões teóricas existentes na literatura econômica. Em lugar das teorias de que o preço é formado pelo custo de produção, pelas livres forças do mercado e pelo “custo total”, o problema se resume em atribuir o preço à madeira, através da negociação entre associações, levando em conta o que os produtores precisam para viver e continuar a produzir e os consumidores podem pagar.

Ao fim do processo histórico de superação do feudalismo pelo capitalismo, que levou séculos para se consolidar, duas mudanças fixaram-se de forma permanente: a servidão foi abolida e em seu lugar foi erigido o sistema de trabalho assalariado e o progresso das ciências propiciou a divisão técnica do trabalho, que extermina também o sistema de trabalho das corporações de ofício. A combinação da decadência da servidão e das corporações de ofícios desembocou no regime de trabalho assalariado.

A monetização da economia, a produção voltada ao mercado e a liberdade de trabalho – regime de trabalho assalariado – são as condições necessárias para um modo de produção voltado para a obtenção do lucro. Mesmo o trabalho torna-se mercadoria, passa a ser comprado no mercado. Passa a ter um preço. Agora, pela primeira vez na história humana, tudo é mercadoria, tem um preço no mercado, pago em dinheiro. A produção é voltada para o mercado com o intuito da geração de lucro.

Para os teóricos do capitalismo, o lucro é um resíduo que sobra para o empresário após ele remunerar os fatores de produção. Para os marxistas, o lucro origina-se no trabalho não pago, na mais-valia apropriada pelo capitalista e ele realiza-se quando a mercadoria é vendida.

Steiner nega o marxismo e os economistas que teorizam o sistema capitalista. Steiner (1986-b, p. 45; 1996-b, p. 122) sustenta que tanto os produtores quanto os produtores obtêm lucros. Aparentemente, a definição do autor está errada. No entendimento corrente, o lucro é o ganho expresso em dinheiro que se obtém da venda de um produto qualquer. Nesse sentido, o ganho é visto apenas pelo lado do dinheiro que o vendedor consegue acima dos custos. O comprador dá dinheiro por uma

mercadoria e, segundo esse raciocínio, não ganhou nada.

O argumento de Steiner é que o vendedor e o comprador ganham, porque um fica com o poder do dinheiro e o outro com a utilidade da mercadoria. Pela definição convencional em teoria econômica, o que o comprador adquiriu foi uma utilidade intrínseca do bem, que pelo consumo transforma a mercadoria em fumaça. Agora o comprador não tem nem o dinheiro, nem a mercadoria, que foi destruída ao ser consumida.

Na verdade Steiner não está preocupado em trabalhar com os conceitos abstratos da economia, mas em indicar que, até mesmo na troca, todas as partes envolvidas no processo econômico ganham, o que ele chama de lucro. Assim, ele está preocupado com coisas reais que satisfazem as necessidades humanas e não com as vantagens egoístas da acumulação de capital.

A troca aqui é vista como um meio das pessoas transacionarem bens reais. Quem pega a mercadoria tem um valor de uso e quem obtém o dinheiro credita-se para a obtenção de objetos que satisfaçam as suas necessidades. Ambas as partes saem ganhando. O dinheiro é apenas meio de pagamento numa economia monetária.

Para Steiner, o sistema de liberdade econômica não é capaz de resolver os males sociais: a fome, a falta de trabalho, o egoísmo econômico das pessoas. Ao contrário, os males sociais só se agravaram no capitalismo, apesar de exaltar a grande revolução que representou a divisão do trabalho para a produção de riqueza. O sistema econômico estatal tende a ser ineficiente e a produzir tirania.

Ele desenvolveu uma proposta de organização social na qual os males sociais podem ser resolvidos, sem nenhum tipo de revolução ou necessidade de qualquer reforma política. Para resolver o problema social basta que as pessoas tenham um entendimento entre si dos ganhos – do lucro – que todos têm quando um trabalha para o outro.

Os membros de uma associação de produtores lucram porque produzem, e vendem, mercadorias para satisfazer as necessidades dos associados de uma associação

de consumidores e os consumidores ganham – lucram – porque recebem mercadorias que contém valor para satisfazer as suas necessidades. Os produtores ao receberem o dinheiro dos consumidores, por sua vez, podem adquirir os bens que as outras associações de produtores estão produzindo para eles.

4.2 TRABALHO E CAPITAL

Para Steiner, o capital só pode aparecer historicamente com a consolidação do direito tal qual se conhece hoje em dia. O direito, nas sociedades antigas, estava incorporado aos mandamentos fixados pela religião. Os mandamentos religiosos determinavam a conduta correta no campo da religião, da vida social e do relacionamento econômico.

Na sociedade moderna os mandamentos estão restritos à vida anímica – aos sentimentos e ao querer - e o direito passa a regular a vida exterior das pessoas e da sociedade. Aqui é que passa a surgir o direito econômico separado da ética religiosa (STEINER, 1995-a, p. 40).

O direito econômico leva à divisão social do trabalho. A divisão social do trabalho, contudo, não é apenas uma divisão técnica das tarefas executadas no processo da produção. Numa economia baseada na divisão do trabalho significa que a produção não está voltada para quem produz, para quem fabrica, mas destina-se às outras pessoas, ao mercado. Por isso, “... a divisão do trabalho, [...] surge pelo fato de várias pessoas colaborarem em um negócio significativo” (STEINER, 1995-a, p.50).

O capital é uma relação de direito, mas a exemplo do trabalho não produz valor. O trabalho produz objetos e neles está incluído o valor somente porque as pessoas atribuem a eles essa qualidade. Assim como o trabalho, a máquina participa da produção de objetos aos quais as pessoas atribuem valor e pagam um preço. Mas além da simples expressão exterior, a sua característica material, a máquina é espírito humano materializado. Antes que a máquina pudesse existir foi preciso que ela fosse

pensada, que existisse no mundo das idéias, para que viesse a ser produzida. Para ser produzida, foi também necessário que o trabalho tivesse a sua atuação. Sem a ação humana que transformou a matéria em estado natural em máquinas, essas ferramentas não poderiam existir.

Para que o trabalho pudesse atuar no mundo material, transformando a natureza, foi preciso a atuação de um ser dotado da capacidade de pensar, de criar, isto é, o homem. O capital, assim, é uma criação do espírito, do pensar. Assim como o bem que contém valor surge da atuação do trabalho na natureza, o capital surge da atuação do espírito humano sobre os objetos produzidos pelo trabalho.

A máquina torna-se capital quando alguém a organiza de forma produtiva para produzir valores, para a produção de bens que as pessoas atribuem valor. A máquina deixada no ponto em que foi construída pelo trabalho, pela ação humana transformando a matéria, a natureza, não pode se constituir em capital. Apenas a partir do momento em que ela é incorporada na vida econômica é que se transforma em capital (STEINER, 1995-a, pp. 35-36; 50-53). O capital surge, então, quando alguém coloca os objetos do trabalho para funcionar economicamente, com a iniciativa propiciada pela inteligência.

4.3 DINHEIRO DE EMPRÉSTIMO E DE DOAÇÃO

O financiamento de empreendimentos econômicos na perspectiva da economia associativa pode ser feito por dinheiro de empréstimo e por recursos doados. Essas duas formas pelas quais o dinheiro aparece na sociedade são ainda acrescidas de uma outra: dinheiro de compra. (LANZ 1990, p. 66).

O dinheiro de compra é a moeda necessária para que os bens e serviços sejam transacionados no mercado e para que associações de consumidores possam efetuar os pagamentos devidos às associações de produtores, no caso da economia associativa.

O dinheiro de empréstimo é o excedente temporário que as pessoas e as instituições podem disponibilizar a terceiros para que dele façam uso e o devolvam no futuro. Essa modalidade de dinheiro constitui-se em capital para aquele que toma emprestado. Assim, a cobrança de juros é legítima, na medida em que sem esses recursos não seria possível tocar um novo empreendimento, mesmo existindo o capital, o trabalho e a capacidade espiritual humana.

Apesar dessas considerações, não é indiferente a quem empresta o recurso o uso que se fará desse dinheiro. Se o tomador do empréstimo aplicar o recurso para financiar a produção de armas e de outras mercadorias destrutivas, quem empresta o recurso tem a mesma responsabilidade, porque objetivamente ajudou colocar esses produtos no mercado. (BRIALT e WARREN, 2000, p. 126, STEINER, 1995-a, p. 115)

Nas palavras do próprio Steiner, o dinheiro de empréstimo tem uma qualidade totalmente diferente do dinheiro usado na troca.

Recebendo um empréstimo em dinheiro, tenho a possibilidade de aplicar meu espírito a esse capital emprestado e torno-me devedor, mas ao mesmo tempo torno-me produtor. O processo de emprestar tem um papel verdadeiramente econômico. Uma pessoa cuja inteligência capacita-a a realizar isso ou aquilo deverá ter a possibilidade de receber um capital de empréstimo, não importa de onde; é imprescindível existir capital de empréstimo, para que a pessoa possa recebê-lo (STEINER, 1995-a, pp. 79-80).

O pagamento de juro é o que caracteriza essa relação econômica financeira. O juro, para Steiner, é preço que se paga pela renúncia à obrigação da reciprocidade. Quem dá dinheiro emprestado espera ser recompensado no futuro, quando vier a precisar da mesma iniciativa – receber emprestado – daquele para o qual está fornecendo suas reservas monetárias, a sua riqueza em forma de dinheiro. Para que não fique obrigado à reciprocidade, o tomador de empréstimo prefere pagar juro, livrando-se da reciprocidade.

O dinheiro, além de servir como meio de pagamento e de capital de empréstimo, assume uma nova função: capital de doação. Na sociedade já existe uma forma de doação compulsória: os impostos (STEINER, 1995-a, p. 80).

A mesma questão é tratada abaixo por autores que têm se dedicado em colocar as indicações de Steiner em prática em várias partes da terra.

O dinheiro de doação tem um caráter especial. Diferente do dinheiro de compra, que é o meio para as pessoas buscarem vantagem mútua, [mútua porque o comprador fica com a utilidade da mercadoria ou serviço e o vendedor com a utilidade do dinheiro. Steiner chama a isso de lucro] ou do dinheiro de empréstimo, que serve para juntar as pessoas em torno de responsabilidades comuns, o dinheiro de doação tem o efeito (se usado de forma adequada) de liberar as pessoas. Assim, uma doação livre a uma Igreja não obriga o clérigo a agradar o doador em serviços ou sermões; a doação livre a uma escola não significa que os professores devam seguir a filosofia educacional preferida pelo doador. Frequentemente ocorre o inverso, mas isto é o correto. O doador tem confiança na Igreja ou escola e segue sua orientação nos assuntos religiosos e educacionais, deixando-as, no entanto livres para desenvolver-se de acordo com sua própria consciência. (Este é justamente o oposto do relacionamento produtor-consumidor, em que a demanda do consumidor determina o que é produzido.) Porém, é mais fácil falar do que fazer uma doação livre, sem amarras – sem nem mesmo expectativas não-expressas –, atreladas. Doações livres acontecem com mais frequência nos casos de herança, mas mesmo assim o herdeiro pode sentir-se obrigado a seguir o desejo de seu benfeitor. Dar e receber livremente não são atributos facilmente adquiridos (BRIALT e ASHE, 2000, pp. 126-127).

A doação também é feita de forma compulsória, por meio de leis aprovadas pelo Parlamento. Essa, contudo não abrange a idéia de doação a que Steiner e seus seguidores se referem: doar deve ser um ato de vontade livre em favor de um projeto que beneficie outras pessoas. Assim, pelo capital de empréstimo e de doação os projetos florestais poderão ser financiados através de associações econômicas inteiramente desvinculadas do Estado. Isso não implica que se deva prescindir de crédito oferecido pelo sistema bancário privado e estatal e de recursos de origem orçamentária, da doação compulsória que a sociedade faz ao Estado.

Assim, a função do dinheiro é pagar, emprestar e doar.

CAPÍTULO V

INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO NA TEORIA ECONÔMICA

A economia de mercado assenta-se na livre iniciativa, o que significa que todo possuidor de capital pode produzir e comercializar sem qualquer restrição, afora aquelas definidas pelo Estado, mas que são extensivas a todos os empreendedores. Em oposição ao planejamento econômico estatal, na livre iniciativa o mercado dita as condições a quem está ou pretende entrar em qualquer uma das indústrias existentes ou por criar.

Há dois momentos claramente definidos para a empresa: a produção e a venda dos bens, separadas por um intervalo de tempo. Tomada a decisão de investir, os empresários precisam reunir recursos, próprios e de terceiros, que satisfaçam as necessidades de capital que requer o empreendimento. Disponibilizados os fatores de produção, o empresário precisa organizar a o negócio propriamente dito.

A decisão de investir é tomada levando em conta uma expectativa positiva em relação ao futuro. O empreendedor firma a convicção de que o negócio gerará receitas para cobrir os custos do projeto e ainda deixará um montante como lucro, durante todos os períodos futuros de vida do empreendimento.

Não há meio seguro de saber se as expectativas vão se concretizar ou frustrar. Quando se trata do futuro, a firma trabalha sob condições de risco e incerteza. Risco e incerteza são dois conceitos que embora caminhem juntos expressam expectativas distintas do empreendedor em relação ao futuro. Mesmo dispondo das mais apropriadas técnicas de cálculo dos riscos de um negócio, os empresários não podem ter certeza de que os bens produzidos serão de fato vendidos.

“[O risco]...abrange tanto a probabilidade de sofrer perdas como o montante provável destas, enquanto incerteza refere-se em primeiro lugar (quando pode ser estimada) à margem de segurança atribuída às expectativas, isto é, ao ‘intervalo de

confiança' correspondente às condições futuras frente às quais não se dispõe de critérios objetivos de estimativas." (POSSAS, 1985, p. 75)

O analista ingênuo, que atribui validade científica aos fatos empíricos do dia-a-dia da vida econômica, assegura que tudo o que é produzido gera a renda necessária para o seu consumo. Ricardo com seu enorme prestígio e sua mente cartesiana tornará a chamada lei de Say a fortaleza contra a tese da possível insuficiência de demanda:

Mostrou Say, de maneira mais satisfatória, que não há nenhum montante de capital que não possa ser empregado em um país, porque a procura é somente limitada pela produção. Ninguém produz a não ser para consumir e vender, e jamais se efetua uma venda a não ser com a intenção de comprar qualquer outra mercadoria que possa ser imediatamente utilizada ou possa contribuir para a produção futura. Produzindo, portanto, um indivíduo torna-se consumidor de seus próprios produtos ou comprador e consumidor dos produtos de outro. Não se deve supor que tal indivíduo permaneça por maior ou menor tempo desinformado sobre as mercadorias que pode produzir mais vantajosamente para alcançar o objetivo que tem em vista, ou seja, a aquisição de outros bens e, portanto, não é provável que ele continuará produzindo uma mercadoria para a qual não exista demanda (RICARDO, 1985, pp. 197-98).

Aceita a explicação de Ricardo, um dos postulados da economia clássica falseados por Keynes na Teoria Geral, seria insensato dar grande importância ao cálculo dos riscos que um empreendedor corre quando entra ou permanece em um determinado negócio. Mais insensato seria supor que os negócios convivem com elevado grau de incerteza, da qual os investidores não podem fazer nenhuma estimativa. A crise econômica indica que Ricardo tinha no mínimo um otimismo exagerado com o perfeito funcionamento da economia de mercado.

Na tese ricardiana, extensiva a todos os clássicos, os salários percebidos pelos trabalhadores serão gastos em consumo e os lucros auferidos pelos capitalistas serão gastos em consumo ou em investimento. Os capitalistas e os trabalhadores produzem com um único objetivo de consumir.

Dessa forma, toda a renda, os lucros e os salários, destina-se à satisfação do anseio de consumo da sociedade. Para investir, é necessário um esforço de poupança,

que é a troca do consumo presente pelo consumo futuro, que será igual ao montante poupado acrescido do juro que se receberá do tomador de empréstimos para a produção. Assim, a poupança não interfere no montante de consumo, mas ao contrário funciona como variável fundamental para que seja ampliada a produção para atender a demanda ampliada futura.

No esquema dedutivo ricardiano, o mercado encarrega-se de estabelecer a demanda para consumo e investimento, o montante dos salários e dos lucros, e da acumulação de capital, sendo que tudo isso ocorre numa situação de perfeito equilíbrio entre a oferta e a demanda. Não há problema de demanda efetiva.

A demanda, porém, origina-se de duas fontes distintas de renda: lucros e salários. A demanda dos trabalhadores pode no máximo atingir o montante dos salários e a remuneração do trabalho, para as empresas, entra na composição dos custos das mercadorias. Assim, a demanda dos trabalhadores não é lucro. Ricardo enfatiza esse aspecto: “Não pode haver um aumento [real] no valor do trabalho sem uma diminuição dos lucros” (RICARDO, 1985, p.55).

O observador ingênuo, que toma a aparência pela essência, aquele que acredita que de fato o sol gira em torno da terra, não aceita tão facilmente a idéia de que o consumo dos trabalhadores entra com sinal negativo na equação dos lucros. A evidência empírica indica ao homem ingênuo que o lucro do dono do mercadinho da esquina vem das vendas efetuadas aos assalariados da serraria localizada nas imediações.

A demonstração, contudo, pode ser feita com simplicidade lógica. Se o quitandeiro obtém o seu lucro do montante das vendas aos operários da serraria, deduzidos os seus custos, a questão inverte-se para o empresário da firma de madeira serrada, pois os salários dos seus trabalhadores inevitavelmente têm que ser contabilizados como custos.

Além da mera aparência, colocar os salários na coluna dos custos ou dos lucros depende do ângulo de visão do observador. Para o quitandeiro, o salário do

operário é fonte de lucro do seu negócio, enquanto para o proprietário da serraria a remuneração do trabalhador é evidentemente custo de produção.

Para quitandeiro é motivo de satisfação algum aumento salarial aos operários da serraria, haja vista que isso incrementa as possibilidades de suas vendas aos trabalhadores. Para o industrial, o preço maior da mão-de-obra significa que está operando com custo mais elevado, podendo reduzir a rentabilidade da serraria, se permanecer a mesma produtividade do trabalho, ou o mercado não sancionar em termos de preços o aumento do custo de produção da madeira serrada. Então, mesmo entre os empresários uma maior ou menor remuneração do trabalho tem efeito diferente aos seus interesses.

Até aqui foi discutida a demanda dos trabalhadores, cujos salários para uma parte dos empresários são lucros, na hipótese de que os trabalhadores não poupam, enquanto para a outra fração das firmas são contabilizados como custos. O trabalhador quando assina um contrato de trabalho o faz em troca de uma quantidade de dinheiro, que para o seu empregador é custo, mas é fonte de lucro, para as firmas que produzem bens de consumo dos trabalhadores, quando recebe o seu salário e passa à condição de consumidor.

A demanda, porém, não se resume aos gastos em consumo dos trabalhadores, mas a ela se somam os dispêndios em investimentos para a ampliação ou implantação de novas plantas industriais. A demanda agora é formada pela somatória dos gastos em consumo dos trabalhadores e investimentos dos empresários. Esta ainda não é a demanda global. Restam os gastos em consumo dos empresários.

Poder-se-ia acrescentar os gastos do governo, mais propriamente o déficit governamental, e o saldo da balança comercial. Para simplificar o raciocínio, supõe-se que a demanda se resume aos gastos dos trabalhadores, levando em conta que eles não poupam, 'gastam tudo o que ganham', e os dispêndios dos capitalistas, em consumo e investimentos.

Na acepção ricardiana, a produção gera a renda suficiente para que seja ela

consumida. Não há possibilidade de desequilíbrio entre a oferta e a demanda a não ser em decorrência de crises comerciais e financeiras ligadas a problemas com a moeda, o crédito e à taxa de juros. Miglioli ironiza essa contradição: “Assim, a ‘lei de Say’ permanece válida; a economia é que de vez em quando vai por maus caminhos” (MIGLIOLI, 1985, p. 38).

Assim como o homem ingênuo acredita que o consumo dos trabalhadores entra com sinal positivo na equação dos lucros, por observar que o quitandeiro é bem sucedido com a venda de suas bananas e batatas aos assalariados da serraria, os economistas clássicos concluem que toda a produção será vendida tão somente por conta da suposição que fazem de que as pessoas trabalham com um único propósito, o de consumir.

Abalada pelo fracasso persistente de suas recomendações para enfrentar a grande crise econômica do final da década de 1920 e início dos anos de 1930, a economia clássica da tradição ricardiana abriu espaço para que dentro da ortodoxia liberal se instalasse com sucesso o pensamento de Keynes.

Keynes iniciará o seu ataque à lei de Say assegurando que em uma sociedade moderna, o consumo é sempre menor do que a renda.

“A lei psicológica fundamental em que podemos basear-nos com inteira confiança, tanto *a priori*, partindo do nosso conhecimento da natureza humana, como a partir dos detalhes dos ensinamentos da experiência, consiste em que os homens estão dispostos, de modo geral e em média, a aumentar o seu consumo à medida que a sua renda cresce, embora não em quantia igual ao aumento de sua renda” (KEYNES, 1985, p.75).

A sua análise é feita, portanto, a partir da renda global. Quanto mais aumenta a renda – lucros e salários – de uma sociedade maior serão os dispêndios em consumo, porém, em proporção menor que o aumento da renda. Dessa ‘lei psicológica fundamental’ chega-se à conclusão lógica e inevitável: a formação da poupança é um fenômeno automático e espontâneo em qualquer sociedade, na medida em que ela se

torna mais rica. Essa conclusão bate de frente com a teoria clássica, negando-a, para a qual a poupança é um sacrifício psicológico que as pessoas fazem, pelo fato de deixarem de consumir hoje para consumir mais no futuro.

Para Keynes, a poupança é função da renda e toda vez que aumenta o rendimento da sociedade, eleva-se também a poupança social. Para os clássicos, a poupança é função da taxa de juros. Se subir a taxa de juros, aumenta também a poupança. No esquema clássico, quanto maior for a taxa de juros, maior será o volume de poupança disponibilizada aos investidores. Quanto maior a taxa de juros, menor será a demanda para empréstimos. Dessa forma, o mercado é que sancionará tanto o montante de poupança, quanto à tomada de empréstimos para investimentos, ambos regulados pela taxa de juros.

Pode-se concluir que para Keynes a poupança é um problema, na medida em que constitui uma redução da demanda, afetando negativamente os negócios. Em oposição, para os clássicos a poupança é fundamental para que se amplie o gasto em investimentos. A crise para Keynes origina-se na persistente insuficiência de demanda para consumo, sem que o montante poupado seja gasto em investimentos.

Aos clássicos, a questão apresenta-se de forma oposta: é preciso aumentar a taxa de juros para incentivar a poupança, o que significa que o dinheiro fica mais caro. A maneira de contrabalançar o preço mais elevado do dinheiro dá-se pelo aumento da produtividade marginal do trabalho, que só pode ocorrer se houver uma redução dos salários nominais, como forma de diminuir o salário real, o preço efetivo do fator trabalho.

Keynes não se opõe de todo a essa receita clássica, na medida em que continua aceitando a chamada lei dos custos marginais crescentes. Toda a vez que a firma decide ampliar a sua produção, os seus custos marginais aumentam. O seu argumento, no caso, é que os trabalhadores não concordam em reduzir os salários nominais, embora não se apercebam da sua redução real como consequência do aumento dos preços.

Além disso, uma redução dos salários deprimirá a demanda global para consumo pelo menor poder aquisitivo dos trabalhadores. A redução da demanda dos bens produzidos aos trabalhadores poderá afetar as expectativas dos empresários, que inseguros com relação ao futuro dos negócios diminuirão os investimentos, levando ao aprofundamento da crise, ao invés de solucioná-la. Evidentemente, Keynes não é um homem ingênuo, que acredita que os salários são um dos componentes dos lucros, embora façam parte do consumo global da sociedade. Entende que uma redução nominal dos salários provocará uma diminuição na demanda, jogando os preços para baixo, o que na prática mantém o salário real (KEYNES, 1985, pp. 181-187).

De outro lado, um aumento dos salários levaria a um aumento dos custos e, portanto, dos preços, neutralizando o aumento do preço nominal da mão-de-obra. Na prática, manterá os salários reais no mesmo patamar. A solução salarial é inócua, então, em qualquer das suas propostas (DILLARD, 1982, p. 198).

Como se vê, para Keynes, os salários é um dos componentes da demanda, mas é parte dos custos da firma e não teria assim como fazer parte dos lucros. A solução para a crise e os estímulos a novos investimentos devem ser dessa forma procurados em outro lugar. Kalecki analisará o funcionamento de uma economia capitalista utilizando-se de método próprio da tradição marxista, embora ele abdique dos conteúdos do materialismo histórico. “Apesar da origem do seu pensamento encontrar-se em Marx, direta e indiretamente, Kalecki se utiliza apenas das categorias propriamente econômicas, abandonando o conteúdo filosófico daquele autor. Conserva, assim, mais a forma do que a substância do marxismo” (JOBIM, 1984, p. 25). De Kalecki apenas far-se-á uso do seu modelo formal, do seu método de investigação da economia capitalista, bem como da sua teoria da concorrência imperfeita, de estruturas oligopolistas de mercado.

Kalecki inicia a sua teoria dos investimentos a partir dos esquemas de reprodução do capital de Marx e da inovação introduzida por Tugan-Baranovski (KALECKI, 1983, pp. 10-18). A exemplo de Tugan-Baranovski, como método, divide

a produção capitalista em três departamentos. O departamento 1, produz bens de capital; o departamento 2, produz bens de consumo aos capitalistas; e o departamento 3, produz bens de consumo para os trabalhadores. Assim, cada departamento produz o necessário para cada um dos três departamentos, ou seja, cada departamento produz para satisfazer as suas necessidades e dos outros dois departamentos. Supondo ainda, que: a) os trabalhadores não poupam; b) a economia é fechada, sem relações comerciais com o exterior; c) não há atividades governamentais, ou o que dá no mesmo, que o orçamento do governo é equilibrado, sem déficit ou superávit; d) que cada departamento produz os seus próprios bens intermediários; e) ausência de acumulação de estoques; f) computação da produção, do lucro e do investimento em seus valores brutos, antes da depreciação. Ainda, denotando-se o lucro, por P ; o salário, por W ; a renda nacional, por Y ; o investimento, por I ; o consumo dos capitalistas, por C_k ; o consumo dos trabalhadores, por C_w ; e 1, 2 e 3 para denotar os respectivos departamentos, tem-se:

QUADRO 1 - COMPUTAÇÃO DA PRODUÇÃO EM VALORES BRUTOS

Dep.I	Dep.II	Dep.III	Total
P_1	P_2	P_3	P
W_1	W_2	W_3	W
I	C_k	C_w	Y

A leitura do quadro na linha horizontal mostra que:

Lucro total	=	$P = P_1 + P_2 + P_3$
Salário total	=	$W = W_1 + W_2 + W_3$
Renda Nacional	=	$Y = I + C_k + C_w$

A leitura do quadro na linha vertical mostra que:

Produção do Dep.I	=	$I = P_1 + W_1$
Produção do Dep.II	=	$C_k = P_2 + W_2$
Produção do Dep.III	=	$C_w = P_3 + W_3$

Pelas duas expressões da renda nacional têm-se que:

$P + W = I + C_k + C_w$

Se os trabalhadores gastam todo o salário em consumo, W e C_w anulam-se, e tem-se:

$P = I + C_k$

Fica assim demonstrado que o lucro depende dos gastos em investimento e

consumo dos capitalistas. Os salários são um componente da demanda global, mas não fazem parte dos lucros. Evidentemente, o lucro dos capitalistas do departamento III é a somatória dos salários dos trabalhadores dos departamentos I e II. O lucro dos capitalistas do departamento I é igual à acumulação de capital. O lucro do departamento II é igual ao montante do consumo da classe capitalista. Assim, o lucro da classe capitalista iguala-se aos seus gastos em consumo e investimento. O lucro dos capitalistas do departamento III é igual ao montante dos salários dos departamentos I e II (KALECKI, 1983, pp.01-09).

Keynes explica a formação da poupança pelo conceito psicológico e subjetivo de que as pessoas dispõem-se a gastar proporcionalmente menos em consumo na medida que os seus ganhos aumentam, surgindo um excedente de bens de consumo e de capital sem uso. Ao contrário, Kalecki parte do conceito de mais-valia de Marx para chegar à mesma conclusão: há um desequilíbrio entre a oferta e demanda de mercadorias e de capital na sociedade.

Embora em Kalecki a poupança surja da mais-valia e para Keynes seja uma “lei psicológica” e, assim, ideológica e eticamente se oponham, para raciocinar, o conceito de poupança é semelhante do ponto de vista formal entre os autores.

Mesmo que para Kalecki o conceito de mais-valia tenha mais um significado lógico do que político, é importante descrever a explicação de Marx que argumenta que a fonte do lucro é o trabalho não pago. Marx afirma que ao final de um tempo de trabalho estabelecido de forma contratualmente livre, em sentido jurídico, entre o empregador e o empregado, o trabalhador produziu valores que cobrem o preço da mão-de-obra e ainda deixa um excedente, a mais-valia, em mercadorias ao capitalista.

Marx só pode chegar a essa explicação, porque considera que apenas o trabalho produz novos valores. O trabalho morto, cristalizado, enfim o capital não produz valor, nem o capitalista trabalha produtivamente.

Em modelo semelhante ao de Kalecki, menos o departamento III, Marx deixa explícito que os trabalhadores só podem consumir até ao montante dos seus salários.

Por isso, os empresários encontram-se diante de um dilema: são os proprietários de mercadorias que contém valor, o trabalho não pago, que produziram com o único propósito de vender. A mais-valia contida na mercadoria, porém, não pode ser vendida aos trabalhadores.

A venda desse montante de mais-valia existente nas mercadorias só pode ser feita pela acumulação de capital. Expandindo a produção, os capitalistas aplicam mais capital na compra de máquinas, insumos e mão-de-obra adicional e, dessa forma, criam a demanda para as mercadorias que precisam vender e cujos compradores passam a ser os próprios capitalistas. Ao contrário de Kalecki, Marx não considera o consumo dos capitalistas como um dos componentes dos lucros. Assim, a teoria dos determinantes dos investimentos passa a ter importância fundamental para Keynes e Kalecki explicarem a crise e a expansão das economias capitalistas.

Na medida em que o sistema capitalista gera um excedente de renda não gasta em consumo, a única solução para o problema da demanda, para Keynes, será criar as condições para que os empresários tomem emprestada a poupança da sociedade e com ela adquiram máquinas e equipamentos, insumos e mão-de-obra e ampliem a produção. Keynes não analisa a economia capitalista em termos de classes sociais, mas apenas em tipos de renda.

A renda não gasta em consumo não é poupança de uma determinada classe social como Marx e Kalecki assumem em seus modelos. Ele parte da renda global da sociedade e sustenta que o consumo é menor do que a renda, sem se preocupar em esclarecer se está falando dos salários ou dos lucros. Para efeitos práticos, contudo, o seu conceito de propensão marginal a poupar é idêntico ao conceito de mais-valia de Marx.

Uma advertência é fundamental que se faça: Marx está interessado com o seu conceito de mais-valia em legitimar e descobrir os meios de derrubar o sistema capitalista. Keynes, ao contrário, luta para evitar que o sistema de livre mercado e de propriedade seja destruído. No seu caminho encontrará dois adversários de grande

peso político, teórico e ideológico: os liberais da escola clássica, e os marxistas.

Para Keynes, a decisão de investir é tomada em função dos retornos esperados do novo empreendimento. O futuro, contudo, é incerto; por isso, os investidores tomam o estado de ânimo presente para formar as suas opiniões sobre os rendimentos futuros que o investimento presente proporcionará. Assim, as expectativas exercem papel importante na decisão de investir. Se as expectativas forem favoráveis, os empresários farão uma comparação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juros.

O conceito de eficiência marginal difere do conceito de lucro. A eficiência marginal do capital é a razão entre as receitas esperadas ao longo da vida útil do empreendimento e o preço de oferta dos bens de capital.

Novamente, o preço de oferta é o preço pelo qual os produtores estariam dispostos a disponibilizar um bem de capital adicional para o investimento. Na medida em que Keynes aceita o princípio dos rendimentos decrescentes, o preço de oferta deverá ser maior do que o preço corrente dos bens de capital, insumos e mão-de-obra.

Enquanto os clássicos defendem que o juro depende da poupança, Keynes postula que a taxa de juros é um fenômeno estritamente monetário, que denomina de preferência pela liquidez. A taxa de juros é preço que se paga pela renúncia à liquidez. Keynes aponta os seguintes motivos principais que levam à retenção da moeda, do proprietário do dinheiro a manter a sua riqueza sob a forma monetária, líquida. Os motivos são: transação, precaução e especulação (KEYNES, 1985, pp. 71-85, e 139-147). Haverá investimentos se a taxa de juros for igual ou menor que a eficiência marginal do capital (KEYNES, 1985, pp 101-107).

Kalecki, ao contrário de Keynes, não atribui grande importância à taxa de juros na determinação dos investimentos. Para ele, existem basicamente duas taxas de juros: a de curto e de longo prazo. A taxa de juros de curto prazo é o preço que se paga pela renúncia à liquidez. A taxa de juros de longo prazo é a taxa de juros de curto prazo que se espera será recebida no futuro, acrescida de um adicional a título de risco.

Como as taxas de juros de curto prazo passadas são mais ou menos constantes, a taxa de juro de longo prazo é conhecida no instante da operação financeira. Assim, a taxa de juros de longo prazo é uma média da taxa de juros de curto prazo (KALECKI, 1985, pp 59-71).

No entanto, não é esse o fator mais importante que leva Kalecki a dar um papel secundário para a taxa de juros na sua teoria sobre os investimentos. Para ele, os empresários tendem a investir preferencialmente recursos próprios - poupança interna das firmas: lucros líquidos retidos e as reservas para depreciação - e o capital próprio dos sócios, os dividendos pagos e que voltam sob a forma de investimento para a firma da qual são acionistas (KALECKI, 1985, pp. 73-88).

A decisão de investir, porém, está associada à poupança interna das empresas, ao crescimento dos lucros no período, a rentabilidade do novo equipamento de capital e de um parâmetro suposto constante no curto prazo. Assim, as decisões de investimento são função crescente da poupança bruta da firma, da taxa de variação dos lucros e função decrescente da taxa de variação da acumulação de capital (JOBIM, 1983, p. 86).

Supondo que a taxa de variação no estoque do capital fixo é constante no curto prazo, para Kalecki “os determinantes dos investimentos em capital fixo ficam reduzidos à poupança passada e às taxas de modificação dos lucros” (JOBIM, 1983, p. 87).

Os determinantes do investimento até aqui delineados – teoria clássica, keynesiana e kaleckiana - expressam o princípio da liberdade econômica.

Na economia comunitária, baseada no princípio ético da fraternidade, a decisão de investir está associada ao interesse em resolver necessidades econômicas de outras pessoas. Os empreendedores estão interessados em um negócio socialmente significativo e só a partir daí passam a calcular a taxa de retorno da iniciativa social. O investimento, portanto, não depende da taxa de lucro esperada, das expectativas empresariais, nem da poupança passada e do estoque de capital que a empresa tenha

acumulado.

Na medida em que não produz para o mercado, mas para atender uma outra associação de consumidores, os produtores não se baseiam em preços presentes ou futuros para projetar os custos e o retorno da iniciativa. Os custos são determinados pelos preços que foram negociados na compra de bens de capital, de matéria-prima e do trabalho, bem como a taxa de remuneração de capital, os juros. As receitas e a rentabilidade também são previamente estabelecidas nos contratos firmados com as associações de produtores. Essa é a teoria dos determinantes do investimento de acordo com a idéia da fraternidade econômica.

5.1 A ORIGEM DO FINANCIAMENTO

Na tese clássica, o financiamento do investimento está na dependência do volume de renda poupada, sendo denominada essa posição de ‘teoria de fundos emprestáveis’ (COSTA, 1999, p. 242; CHICK, 1993, pp. 196-211; CARVALHO et. alli. 2001, pp. 378-389). O sistema bancário só pode emprestar um valor correspondente a poupança global da sociedade. Assim, para haver recurso a ser emprestado, a sociedade deve poupar. Uma maior taxa de investimento implica igualmente em aumento da poupança. Na medida em que o pensamento clássico está centrado na lei dos mercados de Say, o que não for gasto em consumo, que for poupado, será automaticamente gasto em investimento.

Na acepção de Keynes, a teoria clássica está errada. O investimento gera renda – lucros e salários –, tornando a sociedade cada vez mais rica e, de acordo com a ‘lei psicológica fundamental’, o acréscimo da renda leva a um aumento menos que proporcional no consumo. Assim, o aumento da renda gera automaticamente a poupança que será investida, levando-se em conta as expectativas que os homens de negócio têm com relação ao futuro. Se a expectativa for otimista, haverá investimento toda a vez que a eficiência marginal do capital igualar ou superar a taxa de juros

presente.

Na abordagem keynesiana, o investimento é financiado pelo crédito. A firma para investir conta com três fontes de recursos: a) investe os ativos monetários acumulados; b) emite obrigações, pelo mecanismo de securitização, debêntures e ações que podem ser adquiridos por fundos de pensão, de ações, de investimentos; c) tomando dinheiro emprestado em bancos.

Essas três modalidades de financiamento do investimento correspondem aos motivos que levam as pessoas e as empresas a demandar moeda: (a) precaução, (b) funding e (c) finance. Quer dizer, a firma para investir conta com recursos próprios e de terceiros (COSTA, 1999, pp. 238-247; CARVALHO et alli, 2001, pp. 392-405; CHICK, 1993, pp. 191-211).

No caso de Kalecki, o investimento depende do capital próprio da empresa, da riqueza acumulada pela firma e pelos sócios. Assim, quando ele recorre ao mercado financeiro para tomar algum tipo de empréstimo, o que determina a disponibilidade de recurso é a riqueza líquida acumulada. Ninguém tem acesso ao crédito se não for proprietária da riqueza correspondente, embora seja o investimento que gerará a riqueza acumulada agora e no futuro, bem como os níveis de emprego e renda da sociedade em qualquer período econômico (JOBIM, 1984, pp. 81-103).

Mesmo que haja a disposição de tomar dinheiro emprestado em bancos, isso fica limitado pelo que Kalecki conceitua como risco crescente, pois o acesso ao mercado financeiro depende do patrimônio líquido da empresa. Quanto menor for o seu patrimônio líquido mais se reduz a sua capacidade de tomar dinheiro emprestado. A busca de subscrição de ações tem também um limite no risco dos acionistas majoritários perderem o controle da empresa, tendo que compartilhar a administração e as decisões estratégicas dos negócios (JOBIM, 1983, pp 79-90).

As fontes de recursos às quais os investidores se valem para financiar a ampliação ou implantação de novas plantas industriais e comerciais são as poupanças individuais e das firmas. As instituições que captam e emprestam essas poupanças são

os bancos e as bolsas de valores.

O tomador de empréstimo para ter acesso ao crédito necessita de uma instituição que reúna as disponibilidades financeiras das empresas e pessoas financiem os projetos que se quer implantar. O sistema bancário é o mecanismo institucional que organiza e disponibiliza o capital, momentaneamente desocupado, das pessoas e firmas. Na versão keynesiana e kaleckiana, a poupança não está disponível senão em troca de uma taxa juro suficientemente atrativa que leve as pessoas a abrir mão da liquidez.

Seria absolutamente impossível negociar esse montante de capital, na forma de dinheiro, sem a existência de instituições voltadas à captação da poupança de pessoas e empresas e que em seguida transformam esse recurso captado em financiamento aos investidores. Os bancos com várias carteiras de negócios são um intermediário eficiente na transformação de dinheiro ocioso em capital produtivo.

A riqueza mantida na sua forma dinheiro proporciona aos seus proprietários a vantagem psicológica e concreta de gastá-la a qualquer momento. Mantendo-a estocada, porém, os proprietários do dinheiro deixarão de receber uma remuneração, bem como poderão ver diminuída a sua riqueza pela perda de valor do dinheiro, em decorrência da inflação.

O meio de conciliar segurança proporcionada pela liquidez e interesse no ganho decorrente do empréstimo é fazer uma aplicação financeira com retorno no mais curto prazo possível e a mais alta taxa de juros, buscando o máximo de garantias de que a dívida será honrada. Assim, os poupadores procuram um intermediário, o banco, que se compromete a devolver no prazo estabelecido o capital e os rendimentos da aplicação financeira. Logo, o banco assume o risco de repassar esses recursos aos tomadores de empréstimos a uma taxa de juros que cubra os custos de captação e deixe ainda um saldo a título de lucro.

Os proprietários de dinheiro não ignoram que um banco pode quebrar por maior que seja sua solidez e tradição. Dessa forma, em períodos de crise, verifica-se

uma situação inusitada: há estoque de capital, de mercadorias e de mão-de-obra ociosos, que só serão utilizados produtivamente quando a crise de confiança nos negócios for superada.

A sociedade, portanto, precisa de uma outra instituição que garanta a liquidez da riqueza existente nas suas formas física e monetária. Essa instituição é o Governo, que pode oferecer liquidez e aval ao sistema bancário, garantindo os seus compromissos nas crises.

O montante de capital disponível para empréstimos cumpre papel diferente em uma economia de reposição e taxa secular de acumulação de capital e riqueza e uma economia em construção que precisa recuperar o ‘tempo perdido’ em relação aos seus competidores no mercado internacional. O governo cumpre esse papel reunindo o capital necessário e a juros que não comprometam a lucratividade das empresas. Ainda que seja em muitos aspectos um adepto do pensamento liberal, o empresário reconhece docemente constrangido que alguma função econômica precisa ser reservado ao Estado.

Em resumo, para haver investimento, é preciso que exista financiamento, é necessária a atuação direta e indireta do Governo. O governo não é apenas um indutor do investimento pelos instrumentos da administração pública. Ele pode também atuar com foco direcionado pela política monetária – expansão e contração da oferta de moeda – e por meio da política fiscal, financiando gastos na concessão de empréstimos com recursos da tributação e dívida pública. No caso de investimentos e projetos florestais, parece pouco provável que o setor privado abdique de financiamentos públicos, em função do grande prazo de maturação do projeto, além da sua receita dar-se em sua maior parte ao final da colheita.

Os empreendimentos associativos podem vir das seguintes fontes de financiamentos: a) pelos fundos já possuídos pelas associações, que tenham sido colocados em reserva para ampliação das atividades do futuro, ou mantendo-os em banco e emprestados para outras associações; b) pela captação de dinheiro de

empréstimo, junto a empresas, pessoas e bancos; c) captar recursos através de dinheiro de doação.

O financiamento de projetos associativos está na contingência de que a sociedade esteja disposta a emprestar e doar capital para implementar iniciativas sociais. No mais, em nada difere da empresa capitalista no que tange ao financiamento dos projetos econômicos.

CAPÍTULO VI

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ECONOMIA

A controvérsia quanto ao método adequado para a produção de conhecimento dos fatos econômicos é antiga, iniciando-se quando a economia torna-se um ramo especializado das demais ciências, no século XVIII. No âmbito da metodologia da economia, os economistas do século XIX valiam-se de um procedimento denominado de verificacionismo. Para o verificacionismo a abordagem dos fatos econômicos consiste em propor postulados universais e depois buscar a confirmação empírica por meio de fatos singulares. A técnica de verificação se vale exclusivamente da lógica dedutiva para a formulação de teorias (BLAUG, 1993, pp 95-130).

Esse método de investigação da realidade econômica sofreu contestação, ainda no século XIX, da chamada histórica alemã, que defende que apenas a indução poderia propiciar conhecimento econômico. A indução é o único método válido para as ciências, na acepção de Mill, um importante economistas clássico. Para esse autor, a investigação do conhecimento científico deve percorrer o seguinte caminho:

De acordo com a abordagem padrão da ciência em meados do século XIX, as investigações científicas começam com a observação livre e sem preconceitos dos fatos, prossegue por meio de inferência indutiva em direção à formulação de leis universais sobre esses fatos e chegam finalmente, por meio de indução mais ampla, a enunciados de generalidade ainda maiores conhecidos como teorias: tanto as leis como as teorias são finalmente examinadas para que se possa aferir seus conteúdos de verdades por meio de comparação de suas conseqüências empíricas com todos os fatos observados, inclusive aqueles com os quais elas iniciaram. Essa visão indutiva da ciência, perfeitamente resumida no livro *System of Logic, Ratiocinative and Inductive*, de John Stuart Mill (1843)... (BLAUG, 1993, p. 38).

Apesar dessa assertiva, Mill acabou por reconhecer, nesse mesmo livro em que defende a indução como o único método válido para as ciências, que a metodologia indutiva não se aplica às ciências sociais (BLAUG, 1993, 109).

A Escola de Viena veio em socorro da escola clássica de economia e seu método dedutivo e travou-se um caloroso debate acadêmico entre os adeptos dos dois métodos, mas finalmente chegou-se à conclusão de que tanto as abordagens indutivas quanto as dedutivas não podiam ser descartadas para a produção do conhecimento em economia (RAMOS, 1993, pp. 91-93).

A concepção de ciência vigente no século XIX foi inteiramente substituída pelo modelo hipotético-dedutivo de explicação, que está associado ao positivismo lógico em evidência no século XX. O modelo hipotético-dedutivo pode ser apresentado da seguinte forma.

Indagado sobre qual o método mais adequado à construção da ciência econômica, Alfred Marshall teria dito que, assim como a tesoura só está preparada para cortar se tiver duas lâminas, a ciência econômica precisa aparelhar-se tanto com o método indutivo como com o método dedutivo, caso deseje produzir resultados significativos. Com efeito, como o próprio exemplo utilizado acima para caracterizar o método indutivo sugere, a dedução e a indução mostram-se indissociáveis. Esta idéia é capturada pelo chamado modelo hipotético-dedutivo, de acordo com o qual o caminho do particular para o geral (indução: se cada capitalista acumula capital, todos os capitalistas também acumulam) permite que se formule uma lei geral (o investimento agregado é significativo nas economias capitalistas), a qual é submetida ao processo dedutivo e dela são inferidos outros fatos particulares (a regra de que o investimento gera o crescimento econômico) (CALVETE, 2002, p. 19).

A explicitação do modelo hipotético-dedutivo, porém, é mais complexa do que se pode depreender dessa exposição. Segundo Blaug, o modelo hipotético-dedutivo só foi formalizado em 1948, passando a ser então considerado a única explicação válida para as ciências.

Essa versão autorizada apareceu pela primeira vez em um trabalho hoje famoso, escrito por Karl Hempel e Peter Oppenheim, [Aspects of Scientific Explanation, 1965], que argumentava que as explicações verdadeiramente científicas têm uma estrutura lógica comum: envolvem pelo menos uma lei universal, mais uma declaração de condições relevantes iniciais ou de limites que, juntas, constituem a explanans ou premissas a partir das quais uma explanandum, um enunciado sobre algum evento cuja explicação estamos buscando, é deduzida com ajuda das regras da lógica dedutiva (BLAUG, 1993, pp. 38-39).

No modelo hipotético-dedutivo não se emprega nenhuma regra que não seja a dedução. As leis universais não são generalizações indutivas de fatos singulares, mas são hipóteses, conjecturas, que podem ser testadas para a previsão de eventos específicos, mas não são observações desses fatos.

Para Popper, o método por excelência das ciências sociais é o que denominou de análise de situação. A análise situacional parte do individualismo metodológico, que quer dizer que todos os fatos sociais são produtos da ação dos homens enquanto indivíduos. A ação dos homens, porém, depende de condições históricas colocadas no espaço e no tempo.

Popper constrói um modelo com o intuito didático, onde supõe a existência de três mundos. O primeiro mundo é formado pelas condições materiais que oferece o ambiente para que as decisões dos indivíduos sejam tomadas concretamente. Nessa perspectiva, no curto prazo, a decisão de plantar uma floresta está condicionada pela existência de sementes, máquinas, insumos, terras apropriadas, financiamento entre outros itens necessários para que o empreendimento possa ser iniciado. O segundo mundo é constituído pelos estados mentais dos indivíduos, aqui compreendidos os objetivos, expectativas e intenções. Em economia seriam os processos de aprendizagem e a interpretação cognitiva dos agentes econômicos. O terceiro mundo compreende todos os produtos do intelecto humano: o conhecimento, a tecnologia, as instituições sociais, a cultura, a tradição, a legislação e normas de conduta humana (SANTOS, 1.999, pp 47-51, ELIAS, 2.000, pp. 50-55, POPPER, 1.999, pp.108-148).

A partir das condições colocadas pela teoria dos três mundos, as hipóteses, as conjecturas são formuladas as teorias científicas, que são válidas até o instante em que são substituídas por outras melhores e que contemplem conhecimento mais amplo do mundo. Popper desenvolve um método de investigação científica que se caracteriza pela tentativa de demonstrar que uma teoria é falsa, que ela pode estar errada. Nesses termos, apenas as teorias que são falseáveis podem ser consideradas científicas, embora o autor admita que nem todo conhecimento é científico, o que não significa

que deixe de ser uma verdade. Apenas não pode ser colocado no campo da ciência.

A posição popperiana decorre do fato de que para esse filósofo não existe justificativa para que o conhecimento científico seja absoluto, porque dessa forma a possibilidade do conhecer atingiria um limite, bem como a capacidade humana de conhecer chegaria a um fim do qual não se poderia ultrapassar.

Popper desenvolve uma teoria do conhecimento em sentido negativo, na medida em que ele acredita que não se pode provar que uma teoria científica é verdadeira, mas pode-se demonstrar que ela é falsa. O seu método poderia ser resumido no seguinte procedimento: formular teorias arrojadas e submetê-las a testes. Enquanto as teorias resistirem aos testes elas são verdadeiras, mas tão logo as experiências as derrubem, outras melhores, mais adequadas, as substituem, até serem também superadas.

O investigador, no parecer de Popper, deve seguir o procedimento a seguir descrito:

A partir de uma teoria nova, formulada conjecturalmente e ainda não justificada de algum modo – antecipação, hipótese, sistema teórico ou algo análogo – pode-se tirar conclusões por meio de dedução lógica. Essas conclusões são em seguida comparadas entre si e com outros enunciados pertinentes, de modo a descobrir-se que relações lógicas (equivalência, dedutibilidade, compatibilidade ou incompatibilidade) existem no caso.

Poderemos, se quisermos, distinguir quatro diferentes linhas ao longo das quais se pode submeter à prova de uma teoria. Há, em primeiro lugar, a comparação lógica das conclusões umas às outras, com o que se põe à prova a coerência interna do sistema. Há, em segundo lugar, a investigação da forma lógica da teoria, com o objetivo de determinar se ela apresenta o caráter de uma teoria empírica ou científica, ou se é, por exemplo, tautológica. Em terceiro lugar, vem a comparação com outras teorias, com o objetivo, sobretudo de determinar se a teoria representará um avanço de ordem científica, no caso de passar satisfatoriamente as várias provas. Finalmente, há a comprovação da teoria por meio de aplicações empíricas das conclusões que dela se possam deduzir.

A finalidade desta última espécie de prova é verificar até que ponto as novas conseqüências da teoria - quaisquer que sejam os aspectos novos que esta apresente no que assevera – respondem às exigências da prática, suscitada quer por experimentos puramente científicos quer por aplicações práticas.

Aqui também o processo de prova mostra o seu caráter dedutivo. Com o auxílio de outros enunciados previamente aceitos, certos enunciados singulares – que poderíamos denominar “predições” – são deduzidos da teoria; especialmente predições suscetíveis de serem submetidas facilmente à prova ou predições aplicáveis na prática. Dentre os enunciados referidos, selecionam-se os que não sejam dedutíveis da teoria vigente e, em particular, os que essa teoria contradiga. A seguir, procura-se chegar a uma decisão quanto a esses (e outros) enunciados deduzidos, confrontando-os com os resultados das aplicações práticas e dos experimentos. Se a decisão for positiva, isto é, se as conclusões singulares se mostrarem aceitáveis ou comprovadas, a teoria terá, pelo menos provisoriamente, passado pela prova: não se descobriu motivo para rejeitá-la. Contudo, se a decisão for negativa, ou em outras palavras, se as conclusões forem falseadas, esse resultado falseará também a teoria da qual as condições foram logicamente deduzidas (POPPER, 1993, pp.33-34).

A falseabilidade advoga o princípio de que um conhecimento é científico apenas se for passível de ser testado, ampliado ou derrubado. Os conhecimentos que não comportam esses critérios podem ser conhecimento, mas não são conhecimentos científicos. Popper argumenta que a psicanálise, o marxismo e a astrologia não se situam no campo da ciência, pois não são falseáveis (POPPER, 1996, pp.33-65).

Popper recorre a esse procedimento metodológico porque não aceita que o método indutivo tenha capacidade demonstrativa. Na pesquisa indutiva, o cientista observa os fenômenos do mundo e da sociedade e de acordo com o que pode coletar de dados da realidade formula uma teoria científica. Só dessa maneira, segundo a indução, pode-se fazer ciência e avançar o conhecimento.

A questão popperiana nasce da crítica de Hume ao método indutivo.

Todas as inferências derivadas da experiência pressupõem que o futuro será semelhante ao passado e que poderes semelhantes estarão ligados a qualidades sensíveis semelhantes. Se há qualquer suspeita de que o curso da natureza possa mudar e de que o passado talvez não seja uma base para ajuizar o futuro, toda experiência torna-se inútil e não pode dar margem a qualquer inferência ou conclusão. É possível, por conseguinte, que quaisquer argumentos derivados da experiência provem essa semelhança do passado com o futuro, uma vez que todos esses argumentos se baseiam na suposição de tal semelhança. Por mais regular que se admita ter sido até agora o curso das coisas, isso por si só, sem o concurso de algum novo argumento ou inferência, não prova que no futuro continuará a ser assim. É em vão que pretendemos ter apreendido a natureza dos corpos de nossa experiência passada (HUME, 1980, p. 149).

O problema da indução colocado por Hume situa-se no debate científico na demarcação entre os conhecimentos científicos e não-científicos. O critério para essa demarcação entre ciência e não-ciência, no século XIX, era o uso do método da indução. O conhecimento científico começa com a experiência, continua por meio da observação e de experimentos até a descobertas de leis universais com a ajuda das regras da indução. Mas um problema lógico coloca-se à justificação do método indutivo.

Tome-se um exemplo concreto: os homens deduzem a lei universal de que o sol sempre nasce de manhã a partir da experiência passada, que mostra que o sol nasce de manhã; entretanto, isso não pode ser uma dedução logicamente conclusiva, no sentido em que premissas verdadeiras necessariamente implicam em conclusões verdadeiras, pois não há garantia de que aquilo que experimentamos até agora persista no futuro. Argumentar que a lei universal do nascimento do sol está baseada em experiência invariante é, conforme Hume, incorrer em petição de princípio, pois transfere o problema da indução no caso em questão para um outro caso; o problema é o quão lógico se pode deduzir algo sobre a experiência futura em nada, a não ser a experiência passada. Em alguma etapa do argumento, a indução de exemplos específicos até a lei universal requer um salto ilógico no pensamento, um elemento extra que pode levar de premissas verdadeiras a conclusões falsas. Hume não negou que nós constantemente generalizamos a partir de casos individuais por causa do hábito e pela associação espontânea das idéias; o que ele negou foi que tais deduções fossem logicamente justificáveis (BLAUG, 1993, p. 49).

Em lugar do método indutivo, a metodologia falseabilista deve seguir outro caminho para fazer avançar o conhecimento, que consiste em formular hipóteses ousadas, e submete-las a testes lógicos e empíricos (POPPER 1993, p.51 e BLAUG, 1993, p.48).

No caso da economia, não há necessidade da demarcação entre ciência e não-ciência, pois não existe dúvida de que o conhecimento da realidade econômica é científico. Então, as hipóteses, as conjecturas devem passar por testes quanto a sua consistência lógica, ou a sua aderência à realidade, à situação econômica. Neste sentido, é necessário testar de forma lógica se as teorias econômicas clássica, keynesiana e kaleckiana, que explicam os determinantes do investimento e indicam

as fontes de financiamentos numa economia capitalista, impedem que outras formas de organização da atividade florestal possam ser experimentadas no mesmo espaço geográfico e tempo histórico do capitalismo. Assim, explicar-se-á as formas de viabilizar-se projetos associativos, a serem implantados na visão da economia comunitária, visando mostrar através de argumentos lógicos, que esse tipo de atividade é viável. Para explicitar a viabilidade do projeto associativo procura-se testar as idéias da economia associativa pelo confronto dos conteúdos teóricos da economia convencional, tendo em vista que “...uma teoria é corroborada não quando concorda com muitos fatos, porém quando não encontramos fatos que a refutem” (BLAUG, 1993, p. 62).

A teoria clássica, kaleckiana e keynesiana dos determinantes do investimento e das fontes de financiamento dos projetos empresariais serão as hipóteses com as quais vai-se testar as idéias da economia comunitária. Então, não se vai testar as teorias explicativas da racionalidade capitalista, mas submeter a idéia da economia comunitária ao crivo da crítica dessas três correntes do pensamento econômico.

Para que ambas as teorias com as quais se estuda pudessem ter uma mesma referência empírica apresenta-se a estimativa do capital necessário para cobrir os gastos na produção de um hectare de pinus. Estimados os custos e as receitas, ao longo da maturação do projeto, identifica-se o quanto de capital necessita-se para que a atividade florestal possa ser implantada durante o tempo que o dinheiro fica imobilizado na atividade.

As estimativas de custos, receitas e a rentabilidade da produção assumidos neste trabalho foram feitas por outro estudo (WEKERLIN, 2000). Adicionalmente foram corrigidas essas estimativas por uma taxa de juros de seis, dez, onze e doze por cento ao ano com a finalidade de verificar a quantidade de dinheiro que o projeto demanda, na medida em que o custo do capital torna-se mais oneroso.

Além disso, a utilidade dessas estimativas é amplamente diferente nos dois estudos. Wekerlin investiga a viabilidade dessa cultura a partir de uma taxa de

desconto. Neste estudo, procura-se saber o quanto de recurso o empreendimento necessita e como a teoria econômica explica os motivos que levam os empresários a investir e de onde retiram o capital a ser empregado na lavoura, com a finalidade de demonstrar que existe maneira alternativa de produzir e financiar a produção.

A correção do capital imobilizado no investimento implica que os empreendedores necessitam de muito mais dinheiro do que aparentam os custos monetários. Na sequência da discussão dessas estimativas, passa-se a analisar as teorias clássica, keynesiana e kaleckiana quanto à consistência lógica para explicar os motivos que levam o empresário a investir capital nesse negócio e a validade das hipóteses das fontes de financiamento que as empresas teriam acesso para bancar a iniciativa. Esse teste é feito diretamente nos argumentos das três teorias.

No que se refere aos projetos associativos, é indicada a maneira pela qual o empreendimento pode ser materializado. Isso implica em demonstrar que tudo depende da decisão das pessoas. A decisão está condicionada pela teoria dos três mundos de Popper e pela liberdade da vontade de Steiner, em iniciar a produção florestal voltada para atender os interesses individuais das pessoas envolvidas na iniciativa associativa do projeto e as necessidades da comunidade.

Para indicar a viabilidade da iniciativa associativa, descreve-se de forma detalhada todas as fases do projeto, da concepção teórica até as formas de concretizá-lo na prática. Nesse âmbito, os fundamentos da idéia do projeto associativo são testados pela capacidade da teoria economia comunitária resistir ao ataque das teorias clássica, keynesiana e kaleckiana.

CAPÍTULO VII

O NEGÓCIO FLORESTAL

Inicialmente, neste capítulo, apresenta-se o quanto se demanda de capital para o cultivo de um hectare de pinus em termos monetários, o qual é depois capitalizado a diferentes taxas de juros ao ano com o intuito de evidenciar o montante de fundos que o empreendimento carece entre o plantio e a colheita da madeira. Nesse sentido, a finalidade é levantar a quantia de recursos que a atividade reclama e não estimar a viabilidade do empreendimento descontada a uma taxa de retorno que o empresário desejasse auferir.

O investimento florestal implica na demanda de um montante não desprezível de capital, sendo que o dinheiro alocado na atividade fica imobilizado por muito tempo, haja vista que a maturação do negócio é assaz longa. Essas duas variáveis, o montante de recurso a ser aplicado e o tempo que fica imobilizado, são as mais importantes na tomada de decisão de investir em um empreendimento florestal, seja ele financiado com capitais próprios ou de terceiros. Essas duas variáveis têm influência decisiva nas expectativas de quem está investindo dinheiro próprio ou emprestado e de quem está concedendo o crédito para financiar o empreendimento florestal.

No caso de plantios de pinus, estima-se que o negócio florestal é viável, pois a receita teria a capacidade de pagar financiamento que se viesse a obter, dependendo da taxa de juros que remunera o capital próprio ou emprestado, e ainda deixaria um montante razoável a título de lucro para o empresário (WEKERLIN, 2000).

A partir das estimativas da produção física de madeira por hectare, de acordo com um regime de manejo específico, do custo de produção e da receita a ser obtida em quatro épocas – três desbastes aos oito, doze e dezesseis anos – e um corte raso aos vinte e dois anos, quando é colhida toda a madeira, o autor pôde demonstrar que o negócio é rentável. Esse estudo demonstra que a única restrição ao investimento à

cultura do pinus seria a existência de financiamento a uma taxa de juros que não fosse inferior à taxa esperada de lucro, a eficiência marginal do capital.

No referido estudo, Wekerlin elaborou uma estimativa de custos e receitas em quatro períodos de tempo e pôde determinar a viabilidade do empreendimento. A seguir, esses dados são tomados para estimar um resultado diferente: a quantia de capital que o projeto demanda em termos monetário e capitalizado.

No início do projeto, ano zero, o empreendedor florestal terá que ter disponível em caixa US\$ 730,84 [636,36 + 94,48] para dar conta das seguintes despesas: US\$636,36 necessários à implantação do projeto, mais US\$ 18,18, US\$75,11 e US\$1,19 para custear, respectivamente, gastos administrativos, prevenção de incêndios e manutenção, perfazendo um total de US\$94.48. (WEKERLIN, 2000, p. 29, quadro 10)

Entre os anos primeiro e oitavo, o empresário terá que arcar com gastos administrativos, prevenção de incêndios e manutenção num montante de US\$145,44, US\$75,11 e 191,35, respectivamente, o que atinge uma quantia de US\$411,90. Assim, da implantação até o primeiro corte são gastos em execução US\$506,98 (94,48 + 411,90). Somando-se esse valor à outra despesa inicial requerida pelo investimento de US\$ 636,36 chega-se ao ano do primeiro corte com um gasto de implantação acumulado, tabela I desta seção, de US\$ 1.142,74. O investidor teve uma necessidade de capital crescente, o que demanda empréstimos ou aplicação de recursos próprios.

No oitavo ano, quando ocorre a primeira exploração, são acrescidas outras despesas ligadas à colheita da madeira, num total de US\$474,00, assim distribuídos: US\$77,42, corte das árvores; US\$14,22, desgalhamento; US\$79,00, extração; US\$12,64, traçamento; US\$56,09, carregamento; US\$181,70, transporte e US\$52,93, descarregamento.

Dessa forma entre o ano zero e o oitavo são necessários US\$1.142.74 para arcar com os custos de produção, além de US\$ 474,00 para pagar os serviços de colheita, o que dá um total estimado de US\$1.616,74 [1.142,74 + 474,00] de necessidade de

capital dinheiro para o projeto. Nesse volume de recurso não estão computados o preço da terra e a amortização de juros de empréstimos, eventualmente existentes.

No tocante à receita, no oitavo ano o projeto produz um montante bruto de US\$841,26, assim distribuídos: US\$271,05, serraria; US\$463,42, celulose e US\$106,79, energia. Assim, a receita é suficiente para cobrir o custo de exploração, US\$474,00 e ainda sobram US\$367,26 [841,26 - 474,00] para amortizar o investimento. Dessa forma, o capital imobilizado reduz-se US\$1.142,74 para US\$775,48 [1.142,74 - 367,26] (WEKERLIN, 2000, p. 31, quadro 11). Os dados estão também distribuídos na tabela I.

Considerando que a despesa de colheita dá-se juntamente com a geração da receita, pode-se esperar que o empresário não tenha necessidade de uma linha de financiamento de longo prazo para cobrir essa despesa, mas de crédito perfeitamente negociável no mercado bancário de varejo. O que ele carrega mesmo é um investimento razoavelmente alto e de longo prazo, pois só gerará receita para amortização em período futuro. (WEKERLIN, 2000, p. 29, quadro 10). A implicação disso é que transcorridos oito anos, o investidor ainda tem que carregar para o futuro um valor imobilizado de US\$775,48 acima do investimento inicial em US\$44,63 [775,48 - 730,84].

No período que vai do nono ao décimo-segundo ano, os gastos de exploração atingem US\$388,37, distribuídos nas seguintes despesas: corte de árvores, US\$63,43; desgalhamento, US\$11,65; extração, US\$64,73; traçamento, US\$10,36; carregamento, US\$ 45,96; transporte, US\$148,87 e descarregamento, US\$43,37. No mesmo período, foram gastos US\$72,72, em administração e US\$41,13 em manutenção, perfazendo US\$113,85. Isso dá um total de gastos de US\$ 502,22 [388,37 + 113,85]. (WEKERLIN, 2000, p. 29, quadro 10).

Na coluna da receita, o projeto produziria um valor de venda de US\$20,88 para laminação, US\$321,09 para serraria; US\$ 386,34 para celulose e US\$35,99 para energia. A receita seria de US\$764,30. (WEKERLIN, 2000, p. 31, quadro, 11)

Neste segundo período, haveria uma sobra de caixa de US\$262,08 [764,30 – 502,22]. Assim, do saldo de despesa existente no período anterior, US\$775,48, deduzindo a sobra de US\$262,08, restaria para ser amortizado do gastos feitos até aqui a quantia de US\$513,40 [775,48 – 262,08]. Assim, ao final do décimo-segundo ano de implantação do projeto ainda resta um saldo a ser amortizado de US\$513,40.

Do décimo-terceiro ao décimo-sexto período, as despesas de exploração atingem um montante de US\$410,19, assim distribuídos: US\$67,00, corte das árvores; US\$12,31, desgalhamento; US\$68,36, extração; US\$10,94, traçamento; US\$48,54, carregamento; US\$157,24, transporte e US\$45,80, descarregamento. A essa despesa acrescenta-se mais US\$72,72, administração e US\$4,76, manutenção, perfazendo US\$ 77,48. O total dos custos então atinge a cifra de US\$487,67 [410,19 + 77,48]. (WEKERLIN, 2000, p. 29, quadro 10)

No mesmo período, foram estimadas as seguintes receitas: US\$187,92, laminação; US\$658,86, serraria; US\$164,50, celulose e US\$12,98, energia, perfazendo um total de US\$1.024,26. (WEKERLIN, 2000, p. 31, quadro 11)

Descontados os custos havidos no período de US\$487,67 da receita, US\$1.024,26, restou um montante de US\$537,08. Os dois períodos anteriores deixaram uma quantia de US\$513,40 a ser amortizada, exclusive juros, mas que se modifica agora para um saldo positivo de US\$23,19 [536,59 – 513,40]. Então, ao final do décimo-sexto período, o empreendimento gerou uma receita positiva de US\$23,19 em relação a todos os gastos efetuados. Depois de transcorridos 16 anos e três cortes da madeira, o empresário teria esse ganho nominal insignificante.

Na última fase, do décimo-sexto ao vigésimo-segundo ano, o projeto demandou recursos da ordem de US\$2.934,00 para exploração, assim discriminados: US\$479,22 corte das árvores; US\$88,02, desgalhamento; US\$489,00, extração; US\$78,24, traçamento; US\$347,19, carregamento; US\$1.124,70, transporte e US\$327,63, descarregamento. Além dessas despesas soma-se aquelas decorrentes de administração, US\$109,08, e manutenção, US\$7,14, atingindo US\$116,22. Então, os custos somam

US\$3.050,22 [2.934,00 + 116,22]. (WEKERLIN, 2000, p. 29, quadro 10)

A receita do décimo-sexto ao vigésimo-segundo ano, corte final, é de US\$11.958, 87, assim distribuída: US\$4.160.78, laminação especial; US\$5.565,68, laminação; US\$1.877,89, serraria; US\$321,48, celulose e US\$33,04, energia.(WEKERLIN, 2000, p. 31, quadro 11)

Deduzindo-se as despesas do período, US\$3.050,22, das receitas obtidas no último ano, o vigésimo segundo, US\$11.958,87, há um resultado positivo de US\$8.908,65 [11.958,87 – 3.050,22]. Tendo havido um saldo positivo de US\$23,19, no corte do décimo sexto ano, o empreendimento dá uma receita total nominal de US\$ 8.931,84[8.908,65 + 23,19]. Essas considerações estão expressas na tabela I abaixo.

TABELA I - INVESTIMENTO, CUSTO DE PRODUÇÃO, RECEITAS E RESULTADOS PREVISTOS

Anos	Despesas					Receitas	Resultados
	Invest.	Exec.	Total A	Colheita B	A + B		
0	(636,36)	(94,48)	(730,84)				
1	(730,84)	(155,74)	(886,58)				
2	(886,58)	(19,37)	(905,95)				
3	(905,95)	(94,48)	(1.000,43)				
4	(1.000,43)	(64,83)	(1.065,26)				
5	(1.065,26)	(19,37)	(1.084,63)				
6	(1.084,63)	(19,37)	(1.104,00)				
7	(1.104,00)	(19,37)	(1.123,37)				
8	(1.123,37)	(19,37)	(1.142,74)	(474,00)	(1.616,74)	841,26	(775,48)
9	(775,48)	(55,74)	(831,22)				
10	(831,22)	(19,37)	(850,59)				
11	(850,59)	(19,37)	(869,96)				
12	(869,96)	(19,37)	(889,33)	(388,37)	(1.277,70)	764,30	(513,40)
13	(513,40)	(19,37)	(532,77)				
14	(532,77)	(19,37)	(552,14)				
15	(552,14)	(19,37)	(571,51)				
16	(571,51)	(19,37)	(590,88)	(410,19)	(1.001,07)	1.024,26	23,19
17	23,19	(19,37)	3,82				
18	3,82	(19,37)	(15,55)				
19	(15,55)	(19,37)	(34,92)				
20	(34,92)	(19,37)	(54,29)				
21	(54,29)	(19,37)	(73,66)				
22	(73,66)	(19,37)	(93,03)	(2.934,00)	(3.027,03)	11.958,87	8.931,84

Fonte: WEKERLIN, 2000, pp. 29 e 31; Quadros 10 e 11.

A tabela acima é uma síntese a que se chega ao se estimar os gastos com os custos de produção, as despesas de custeio deduzidas as receitas em quatro colheitas. Nessa tabela está descrito o resultado bruto, antes do pagamento de impostos, que o

projeto proporcionaria ao empresário: U\$8.931,84. O resultado expressivo ocorre somente após o capital ficar imobilizado por vinte e dois anos do plantio à colheita final da madeira, ressalte-se.

Dois aspectos ficam evidentes nessas projeções: a) o empreendedor terá que dispor de uma riqueza real significativa para poder entrar no negócio florestal. Precisa dispor de capital próprio na forma líquida e capacidade de endividamento para ter acesso ao mercado financeiro, público e privado. A capacidade de investimento está, assim, previamente determinada pela riqueza acumulada pela empresa e o pelo capital pessoal que o empresário pode alocar no empreendimento e b) vê-se na tabela I que na terceira colheita, ocorrida no décimo-sexto ano, o projeto deixa um valor residual insignificante, o lucro nominal, quando analisado em termos monetários. Embora ainda não tenha sido considerada, a taxa de juros é uma variável fundamental na lucratividade e na necessidade de capital para o negócio.

Por fim, na tabela I, fica explanada a quantia de capital necessária para cobrir as despesas do projeto ao longo da sua maturação. Os valores imobilizados a cada ano indicam a necessidade de capital, em valores nominais, que o empresário precisa reunir para tocar o projeto. O projeto vai perdendo viabilidade, na medida que o financiador eleva a taxa de juros para o empreendedor, ou o próprio empreendedor florestal atribui uma taxa de juros que remuneraria o dinheiro investido na atividade florestal. Essa questão será abordada na próxima seção.

7.1 O IMPACTO DOS JUROS NO RESULTADO DO PROJETO

Até aqui, a discussão não considerou o impacto dos juros nos custos do projeto e na quantidade necessária de capital que o investidor terá que manter imobilizado durante o período que vai do plantio à colheita da madeira, do ano zero ao vigésimo-segundo. Para demonstrar a importância dos juros no investimento, os dados nominais serão corrigidos às taxas de juros de seis, dez, onze e doze por cento ao ano.

A escolha dessas taxas de juros visa encontrar o quanto custaria o investimento florestal se ele fosse financiado em uma instituição bancária. O mesmo raciocínio é válido quando se supõe que o investidor florestal dispõe do capital necessário e poderia optar pela compra de títulos que lhe rendessem as mesmas taxas de remuneração.

Dessa forma, caso decidisse financiar o projeto no mercado financeiro somente encontraria crédito em uma instituição bancária pública e privada quando estivesse disposto a pagar uma taxa percentualmente maior à remuneração que pudesse encontrar caso quisesse adquirir um título. Essa constatação se deve ao fato de que a instituição bancária capta recursos a serem emprestados a uma determinada taxa, mas precisa emprestar a uma taxa maior para cobrir os seus custos e deixar um percentual a título de lucro na intermediação financeira.

A importância da taxa de juros, porém, não tem apenas esse significado. Ela altera totalmente a quantia de capital que fica imobilizado durante o tempo necessário para maturação do projeto. Assim, a necessidade de capital é muito maior do que parece quando se leva em conta o preço do capital, a taxa de juros. A seguir, essas considerações ficam evidenciadas.

O projeto gera receitas em quatro períodos. As receitas líquidas que constam das tabelas II, III, IV e V são encontradas deduzindo-se o valor da produção dos custos de colheita dos respectivos períodos. No oitavo período a receita líquida é de US\$367,26 (841,26 – 474,00). No décimo-segundo período, a receita líquida é de US\$375,93 (764,30 – 388,37). Na terceira colheita no décimo-sexto período a receita líquida é de US\$ 614,07 (1.024,26 – 410,19). No último período, no vigésimo-segundo ano, a receita líquida é de 9.024,87 (11.958,87 – 2.934,00). Esses dados podem ser confirmados na tabela I.

Quando o investimento inicial e as despesas de custeio são corrigidos à taxa de seis por cento ao ano, o capital imobilizado atinge o montante de US\$2.260,00. Em razão disso, US\$6.764,87 é o que sobra para o empreendedor. Na tabela II abaixo está

descrito esse resultado.

TABELA II – RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOCIO REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 6% AO ANO

Anos	Despesas					Receitas	Resultados
	Invest.	Admin.	Soma 1	Juros	Soma 2		
0	(636,36)	(94,48)	(730,84)	(43,85)	(774,69)		
1	(774,69)	(155,74)	(930,43)	(55,83)	(986,26)		
2	(986,26)	(19,37)	(1.005,63)	(60,34)	(1.065,96)		
3	(1.065,96)	(94,48)	(1.160,44)	(69,63)	(1.230,07)		
4	(1.230,07)	(64,83)	(1.294,90)	(77,69)	(1.372,59)		
5	(1.372,59)	(19,37)	(1.391,96)	(83,52)	(1.475,48)		
6	(1.475,48)	(19,37)	(1.494,85)	(89,69)	(1.584,54)		
7	(1.584,54)	(19,37)	(1.603,91)	(96,23)	(1.700,15)		
8	(1.700,15)	(19,37)	(1.719,52)	(103,17)	(1.822,69)	367,26	(1.455,43)
9	(1.455,43)	(55,74)	(1.511,17)	(90,67)	(1.601,84)		
10	(1.601,84)	(19,37)	(1.621,21)	(97,27)	(1.718,48)		
11	(1.718,48)	(19,37)	(1.737,85)	(104,27)	(1.842,12)		
12	(1.842,12)	(19,37)	(1.861,49)	(111,69)	(1.973,18)	375,93	(1.597,25)
13	(1.597,25)	(19,37)	(1.616,62)	(97,00)	(1.713,62)		
14	(1.713,62)	(19,37)	(1.732,99)	(103,98)	(1.836,97)		
15	(1.836,97)	(19,37)	(1.856,34)	(111,38)	(1.967,72)		
16	(1.967,72)	(19,37)	(1.987,09)	(119,23)	(2.106,32)	614,07	(1.492,25)
17	(1.492,25)	(19,37)	(1.511,62)	(90,70)	(1.602,31)		
18	(1.602,31)	(19,37)	(1.621,68)	(97,30)	(1.718,98)		
19	(1.718,98)	(19,37)	(1.738,35)	(104,30)	(1.842,65)		
20	(1.842,65)	(19,37)	(1.862,02)	(111,72)	(1.973,75)		
21	(1.973,75)	(19,37)	(1.993,12)	(119,59)	(2.112,70)		
22	(2.112,70)	(19,37)	(2.132,07)	(127,92)	(2.260,00)	9.024,87	6.764,87

Fonte: Tabela I

Quando se corrigem os gastos à taxa de dez por cento ao ano, o projeto apresenta um resultado bastante diferente, ainda que deixe um montante significativo de US\$ 2.385,39 a título de lucro. No entanto, o montante pago como remuneração ao dinheiro elevaria o capital imobilizado para um patamar bastante alto: US\$6.639,48. Nesse caso, se o empresário viesse a utilizar-se de capital de terceiros a esse custo de dez por cento ao ano estaria passando ao intermediário financeiro quase que todo o resultado do negócio. A tabela III sintetiza essa situação.

TABELA III – RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 10% AO ANO

Anos	Despesas					Receitas	Resultados
	Invest.	Admin.	Soma 1	Juros	Soma 2		
0	(636,36)	(94,48)	(730,84)	(73,08)	(803,92)		
1	(803,92)	(155,74)	(959,66)	(95,97)	(1.055,63)		
2	(1.055,63)	(19,37)	(1.075,00)	(107,50)	(1.182,50)		
3	(1.182,50)	(94,48)	(1.276,98)	(127,70)	(1.404,68)		
4	(1.404,68)	(64,83)	(1.469,51)	(146,95)	(1.616,46)		
5	(1.616,46)	(19,37)	(1.635,83)	(163,58)	(1.799,41)		
6	(1.799,41)	(19,37)	(1.818,78)	(181,88)	(2.000,66)		
7	(2.000,66)	(19,37)	(2.020,03)	(202,00)	(2.222,03)		
8	(2.222,03)	(19,37)	(2.241,40)	(224,14)	(2.465,54)	367,26	(2.098,28)
9	(2.098,28)	(55,74)	(2.154,02)	(215,40)	(2.369,43)		
10	(2.369,43)	(19,37)	(2.388,80)	(238,88)	(2.627,68)		
11	(2.627,68)	(19,37)	(2.647,05)	(264,70)	(2.911,75)		
12	(2.911,75)	(19,37)	(2.931,12)	(293,11)	(3.224,23)	375,93	(2.848,30)
13	(2.848,30)	(19,37)	(2.867,67)	(286,77)	(3.154,44)		
14	(3.154,44)	(19,37)	(3.173,81)	(317,38)	(3.491,19)		
15	(3.491,19)	(19,37)	(3.510,56)	(351,06)	(3.861,62)		
16	(3.861,62)	(19,37)	(3.880,99)	(388,10)	(4.269,09)	614,07	(3.655,02)
17	(3.655,02)	(19,37)	(3.674,39)	(367,44)	(4.041,82)		
18	(4.041,82)	(19,37)	(4.061,19)	(406,12)	(4.467,31)		
19	(4.467,31)	(19,37)	(4.486,68)	(448,67)	(4.935,35)		
20	(4.935,35)	(19,37)	(4.954,72)	(495,47)	(5.450,19)		
21	(5.450,19)	(19,37)	(5.469,56)	(546,96)	(6.016,52)		
22	(6.016,52)	(19,37)	(6.035,89)	(603,59)	(6.639,48)	9.024,87	2.385,39

Fonte: Tabela I

O resultado seria ainda positivo, na hipótese de que o empresário viesse a contrair um empréstimo no mercado bancário para bancar os gastos com investimento e custeio do empreendimento e tivesse que remunerar o intermediário financeiro em onze por cento ao ano. A essa taxa, o empreendedor florestal teria um lucro de US\$572,15. Quando corrigido à taxa de onze por cento ao ano, o capital imobilizado gasto com as despesas de implantação e custeio, ao longo da maturação do projeto, chegaria a US\$8.452,72. O intermediário financeiro ficaria com a maior parte do resultado da produção. Essa conclusão pode ser observada mais detalhadamente na tabela IV, abaixo transcrita.

TABELA IV - RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOcio REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 11% AO ANO

Anos	Despesas					Receitas	Resultados
	Invest.	Admin.	Soma 1	Juros	Soma 2		
0	(636,36)	(94,48)	(730,84)	(80,39)	(811,23)		
1	(811,23)	(155,74)	(966,97)	(106,37)	(1.073,34)		
2	(1.073,34)	(19,37)	(1.092,71)	(120,20)	(1.212,91)		
3	(1.212,91)	(94,48)	(1.307,39)	(143,81)	(1.451,20)		
4	(1.451,20)	(64,83)	(1.516,03)	(166,76)	(1.682,79)		
5	(1.682,79)	(19,37)	(1.702,16)	(187,24)	(1.889,40)		
6	(1.889,40)	(19,37)	(1.908,77)	(209,96)	(2.118,74)		
7	(2.118,74)	(19,37)	(2.138,11)	(235,19)	(2.373,30)		
8	(2.373,30)	(19,37)	(2.392,67)	(263,19)	(2.655,86)	367,26	(2.288,60)
9	(2.288,60)	(55,74)	(2.344,34)	(257,88)	(2.602,22)		
10	(2.602,22)	(19,37)	(2.621,59)	(288,37)	(2.909,96)		
11	(2.909,96)	(19,37)	(2.929,33)	(322,23)	(3.251,56)		
12	(3.251,56)	(19,37)	(3.270,93)	(359,80)	(3.630,73)	375,93	(3.254,80)
13	(3.254,80)	(19,37)	(3.274,17)	(360,16)	(3.634,33)		
14	(3.634,33)	(19,37)	(3.653,70)	(401,91)	(4.055,61)		
15	(4.055,61)	(19,37)	(4.074,98)	(448,25)	(4.523,23)		
16	(4.523,23)	(19,37)	(4.542,60)	(499,69)	(5.042,28)	614,07	(4.428,21)
17	(4.428,21)	(19,37)	(4.447,58)	(489,23)	(4.936,82)		
18	(4.936,82)	(19,37)	(4.956,19)	(545,18)	(5.501,37)		
19	(5.501,37)	(19,37)	(5.520,74)	(607,28)	(6.128,02)		
20	(6.128,02)	(19,37)	(6.147,39)	(676,21)	(6.823,60)		
21	(6.823,60)	(19,37)	(6.842,97)	(752,73)	(7.595,70)		
22	(7.595,70)	(19,37)	(7.615,07)	(837,66)	(8.452,72)	9.024,87	572,15

Fonte: Tabela I

Se o empresário viesse a contrair empréstimos para financiar a produção à taxa de doze por cento ao ano, o resultado do empreendimento seria negativo: a receita final não cobriria os custos de produção corrigidos a esse percentual de remuneração do capital dinheiro. O resultado seria insuficiente para pagar o financiamento. O capital imobilizado no projeto atingiria a quantia de US\$10.680,83, quando o investimento para implantação e as despesas de custeio são corrigidas a uma taxa de doze por cento ao ano. Na medida que a produção no vigésimo-segundo ano proporcionou uma receita de US\$9.024,87, tornando o empreendimento negativo em US\$1.655,96, o que pode ser confirmado pelos números da tabela V abaixo.

TABELA V - RESULTADO ESTIMADO DO NÉGOCIO REMUNERANDO-SE O CAPITAL A 12% AO ANO

Anos	Despesas					Receitas	Resultados
	Invest.	Admin.	Soma 1	Juros	Soma 2		
0	(636,36)	(94,48)	(730,84)	(87,70)	(818,54)		
1	(818,54)	(155,74)	(974,28)	(116,91)	(1.091,19)		
2	(1.091,19)	(19,37)	(1.110,56)	(133,27)	(1.243,83)		
3	(1.243,83)	(94,48)	(1.338,31)	(160,60)	(1.498,91)		
4	(1.498,91)	(64,83)	(1.563,74)	(187,65)	(1.751,39)		
5	(1.751,39)	(19,37)	(1.770,76)	(212,49)	(1.983,25)		
6	(1.983,25)	(19,37)	(2.002,62)	(240,31)	(2.242,93)		
7	(2.242,93)	(19,37)	(2.262,30)	(271,48)	(2.533,78)		
8	(2.533,78)	(19,37)	(2.553,15)	(306,38)	(2.859,53)	367,26	(2.492,27)
9	(2.492,27)	(55,74)	(2.548,01)	(305,76)	(2.853,77)		
10	(2.853,77)	(19,37)	(2.873,14)	(344,78)	(3.217,92)		
11	(3.217,92)	(19,37)	(3.237,29)	(388,47)	(3.625,76)		
12	(3.625,76)	(19,37)	(3.645,13)	(437,42)	(4.082,55)	375,93	(3.706,62)
13	(3.706,62)	(19,37)	(3.725,99)	(447,12)	(4.173,10)		
14	(4.173,10)	(19,37)	(4.192,47)	(503,10)	(4.695,57)		
15	(4.695,57)	(19,37)	(4.714,94)	(565,79)	(5.280,73)		
16	(5.280,73)	(19,37)	(5.300,10)	(636,01)	(5.936,12)	614,07	(5.322,05)
17	(5.322,05)	(19,37)	(5.341,42)	(640,97)	(5.982,39)		
18	(5.982,39)	(19,37)	(6.001,76)	(720,21)	(6.721,97)		
19	(6.721,97)	(19,37)	(6.741,34)	(808,96)	(7.550,30)		
20	(7.550,30)	(19,37)	(7.569,67)	(908,36)	(8.478,03)		
21	(8.478,03)	(19,37)	(8.497,40)	(1.019,69)	(9.517,09)		
22	(9.517,09)	(19,37)	(9.536,46)	(1.144,37)	(10.680,83)	9.024,87	(1.655,96)

Fonte: Tabela I

Mesmo considerando-se o juro na análise, o projeto mostra-se lucrativo até uma taxa acima de onze por cento ao ano. O projeto deixa de ser lucrativo a uma taxa de juros entre onze e doze por cento. Os obstáculos para o investimento seriam as fontes de financiamento e o fato do investimento somente dar retorno no longo prazo, após 22 anos.

O juro do capital pago no período elevaria o custo de produção e, portanto, quantidade de capital imobilizado. Assim, quanto maior for a taxa de juros paga, menos sobra para o investidor florestal a título de lucro, o que pode ser observado nas tabelas II, III e IV acima. A uma taxa de doze por cento ao ano, conforme tabela V, o projeto não seria tocado, pois daria ao empreendedor um prejuízo alto.

Na tabela VI abaixo, o investimento e as despesas de custeio estão corrigidos a diferentes taxas de juros: seis, dez, onze e doze por cento. A tabela apresenta o

capital imobilizado ano a ano, descontada as receitas líquidas – o valor obtido com a venda produção e deduzida os gastos com as colheitas - obtidas nos oitavo, décimo-segundo e décimo-sexto anos. Essa tabela mostra dois aspectos importantes: na medida que sobe a taxa de juros que se pagaria por um empréstimo no mercado financeiro, a quantidade de capital imobilizado tende a comprometer o resultado do negócio e aumenta o montante de financiamento necessário. Assim, o preço do capital, a taxa de juros a ser cobrada pelo empréstimo, é uma variável que não pode ser desconsiderada na decisão de investir, pois na medida que juro sobe, o resultado do empreendimento passa a ser cada vez mais absorvido para o pagamento do empréstimo ao agente financeiro.

Então, embora uma taxa de juros de seis e, mesmo, dez por cento ao ano pudesse ser consideradas atrativas, elas tornam pequeno o lucro da atividade florestal, depois de pagar a remuneração do dinheiro. Se ele pudesse obter capital a custo zero, o negócio proporcionaria uma renda de US\$8.931,84, conforme a tabela I. Remunerando o capital investido a seis por cento ao ano, restaria a título de lucro a quantia de US\$ 6.764,87, o que pode ser verificado na tabela II. Elevando a taxa de juros que remunera o capital investido na produção florestal para 10 por cento ao ano, o lucro reduz-se para US\$2.385,39, o que pode ser observado na tabela III. Quando o capital investido na produção é corrigido a uma taxa de 11 por cento ao ano, o lucro cai para US\$572,15, de acordo com a tabela IV. Se o empreendedor contraísse um empréstimo a taxa de 12%, o resultado final do negócio seria um prejuízo de US\$1.655,96, o que pode ser confirmado na tabela V.

Na medida em que os custos de produção, o investimento e as despesas de execução do projeto são capitalizados a taxas de juros maiores, o capital imobilizado vai crescendo de forma acelerada. Isso pode ser observado na tabela VI abaixo. A mesma tabela sugere uma interpretação diferente.

O empresário poderia dispor do dinheiro e não depender do financiamento bancário para implementar o projeto florestal. Também, destinar o seu capital para

adquirir títulos que rendessem juros e até manter a sua riqueza monetária em caixa ou em depósito a vista em um banco comercial. Se optasse pela manutenção do dinheiro sem ganhar juros, estaria perdendo uma excelente oportunidade de obter um lucro expressivo com o projeto florestal. No entanto, ao tomar essa decisão estaria imobilizando o capital por dezesseis anos, período no qual é feita a terceira colheita e cuja produção paga os custos em termos monetários e deixa um valor simbólico a título de lucro. Nesta situação, o tempo é a variável restritiva para o investimento.

Na realidade não se espera que um empresário tome a decisão de entesourar moeda por tanto tempo. Esse empresário poderia adquirir um título que pague juros. Para facilitar o raciocínio, supõe-se que ele pudesse compor uma carteira com títulos que remunerassem a taxas de seis, dez, onze e doze por cento ao ano. Para evitar a confecção de mais uma tabela, supõe-se que ele vende títulos de seu portfólio no mesmo valor da receita líquida nos anos oitavo, décimo-segundo, décimo-sexto e vigésimo-segundo anos. Supõe-se também que ele faça aplicações adicionais durante todos os anos em igual valor das despesas de execução do projeto. Assim, o valor da sua carteira corresponderia aos dados que constam da tabela VI. Esses dados são transcritos das tabelas I, II, III, IV e V.

Dessa forma, ao passar dos anos, cresce o valor dos seus ativos. Provavelmente, tendo essa opção o empresário não achará atrativo investir em plantios florestais se não obtiver capital de empréstimo abaixo de dez por cento, pois do contrário estaria trabalhando exclusivamente para o banco.

Além disso, há que se considerar o risco, estritamente econômico e não o da floresta pegar fogo, por exemplo, e a liquidez do negócio. Se vier a comprar um título da dívida pública, que remunere até a taxa de onze por cento, não estaria incorrendo em risco e dado que esse papel é quase-moeda, estaria em uma situação de liquidez virtualmente plena. O retorno nominal do capital investido ao longo dos anos só se concretiza no décimo-sexto ano. Capitalizado, o empresário tem o retorno do capital somente no vigésimo-segundo ano. O empresário certamente vai ponderar as vantagens

das duas oportunidades: juros e liquidez no curto prazo e lucro e retorno de longo prazo.

Além disso, a aplicação financeira poderia ser caracterizada como uma decisão sem ou quase nenhum risco, enquanto para o investimento em floresta ele seria maior. Por risco, admite-se para efeito desse raciocínio a conceituação de Keynes: o risco se dá em situações recorrentes, onde a aleatoriedade pode ser objetivamente quantificada. Quando não pode ser mensurada, o investimento encontra-se em situação de incerteza (SANTOS, 1998, p.78). Embora não se possa imputar ao investimento florestal a condição de incerteza, o seu risco é maior do que quando se adquire um título. A melhor opção talvez seja adquirir títulos, dependendo da taxa de juros e da eficiência marginal do capital, a taxa de lucro esperada, do investimento na produção florestal.

Na mesma tabela ainda pode ser verificada a quantia de capital que o investidor precisa dispor para sustentar a produção, do ano zero ao vigésimo-segundo. Mesmo quando não se corrige o capital, o empresário recebe o seu dinheiro de volta, sem obter lucro, só depois de dezesseis anos. Mesmo assim, até a colheita final precisa manter capital imobilizado, apesar da pequena quantia exigida. A demanda de capital amplia-se dramaticamente quando se corrige o investimento e as despesas de custeio a diferentes taxas de juros. Esse argumento pode parecer desnecessário para os propósitos desta discussão. Nada mais enganoso.

Na verdade, se o empresário investir recurso próprio ele estará imobilizando o seu capital, que poderia estar colocado em uma aplicação financeira. Isso poderia ser desconsiderado pelo empresário na medida que está disposto e precisa produzir madeira. Esse voluntarismo, porém, carece de sentido quando se espera que um banco venha a financiar o projeto. O banco terá que captar recursos para fazer frente não apenas ao empréstimo que concedeu ao empresário florestal, mas precisa também arrumar recursos para financiar o custo financeiro do projeto, que fica cada vez maior na medida em que sobe a taxa de juros. Dessa forma, não é surpresa que haja escassez

de crédito para o setor florestal e, quando há linhas de financiamentos, exige-se que o empréstimo seja devolvido com os juros devidos muito antes que a floresta tenha produzido mercadorias para quitar os débitos do empresário.

TABELA VI - CAPITAL IMOBILIZADO PREVISTO QUANDO SE REMUNERA OS RECURSOS INVESTIDOS

Anos	0%	6%	10%	11%	12%
0	(730,84)	(774,69)	(803,92)	(811,23)	(818,54)
1	(886,58)	(986,26)	(1.055,63)	(1.073,34)	(1.091,19)
2	(905,95)	(1.065,96)	(1.182,50)	(1.212,91)	(1.243,83)
3	(1.000,43)	(1.230,07)	(1.404,68)	(1.451,20)	(1.498,91)
4	(1.065,26)	(1.372,59)	(1.616,46)	(1.682,79)	(1.751,39)
5	(1.084,63)	(1.475,48)	(1.799,41)	(1.889,40)	(1.983,25)
6	(1.104,00)	(1.584,54)	(2.000,66)	(2.118,74)	(2.242,93)
7	(1.123,37)	(1.700,15)	(2.222,03)	(2.373,30)	(2.533,78)
8	(1.142,74)	(1.822,69)	(2.465,54)	(2.655,86)	(2.859,53)
9	(831,22)	(1.601,84)	(2.369,43)	(2.602,22)	(2.853,77)
10	(850,59)	(1.718,48)	(2.627,68)	(2.909,96)	(3.217,92)
11	(869,96)	(1.842,12)	(2.911,75)	(3.251,56)	(3.625,76)
12	(889,33)	(1.973,18)	(3.224,23)	(3.630,73)	(4.082,55)
13	(532,77)	(1.713,62)	(3.154,44)	(3.634,33)	(4.173,10)
14	(552,14)	(1.836,97)	(3.491,19)	(4.055,61)	(4.695,57)
15	(571,51)	(1.967,72)	(3.861,62)	(4.523,23)	(5.280,73)
16	(590,88)	(2.106,32)	(4.269,09)	(5.042,28)	(5.936,12)
17	3,82	(1.602,31)	(4.041,82)	(4.936,82)	(5.982,39)
18	(15,55)	(1.718,98)	(4.467,31)	(5.501,37)	(6.721,97)
19	(34,92)	(1.842,65)	(4.935,35)	(6.128,02)	(7.550,30)
20	(54,29)	(1.973,75)	(5.450,19)	(6.823,60)	(8.478,03)
21	(73,66)	(2.112,70)	(6.016,52)	(7.595,70)	(9.517,09)
22	(93,03)	(2.260,00)	(6.639,48)	(8.452,72)	(10.680,83)

Fonte: Tabelas I, II, III, IV e V

A partir da tabela VI, acima, um resumo das anteriores, pode-se ter uma imagem do dilema em que o empresário florestal encontra-se no momento da tomada de decisão de investir.

Na hipótese de que o empresário tenha o recurso disponível para fazer frente aos gastos necessários para a implantação do projeto, a situação é aparentemente mais favorável. As colheitas do oitavo e décimo-segundo ano já fazem declinar a quantia de capital que está imobilizada na lavoura. No décimo-sexto ano, o empresário tem de volta todo o dinheiro que aplicou, em termos nominais.

O empresário, contudo, terá que esperar a última colheita para ter o retorno do investimento, a remuneração do capital: o juro e o lucro. A utilização desses dois

conceitos para definir a remuneração do capital é importante, porque o juro é o que o empresário obteria de uma aplicação financeira e o lucro é o retorno que o capital proporciona quando é investido em uma atividade produtiva, no caso na produção de madeira.

A vantagem do juro sobre o lucro torna-se imediatamente evidente: o empresário pode adquirir títulos de curto prazo e ter rapidamente de volta às suas mãos o dinheiro aplicado mais o juro conseguido. No caso do investimento, o capital investido acrescido do lucro só vai ocorrer no vigésimo-segundo ano. O que levaria então o empresário a preferir o investimento em lugar da aplicação financeira será discutido no capítulo seguinte na visão das teorias econômicas clássica, keynesiana e kaleckiana.

Na hipótese de que o empresário não tenha todo o capital para investir, o juro a ser pago assume uma dimensão muito mais importante, porque ele terá que encontrar financiamento a uma taxa que não comprometa a eficiência marginal do capital, que não a torne muito próxima da taxa de juros que será paga ao agente financiador.

O prazo amortização do empréstimo também assume importância estratégica na decisão de investir. Quando as despesas do investimento são corrigidas a diferentes taxas de juros, conforme tabela VI, a demanda de capital torna-se crescente ao longo de todos os anos de maturação do projeto. Somente no último ano, no corte final da madeira, é que o empresário teria recursos originados do empreendimento para quitar os compromissos bancários. Exceto se quisesse ou pagasse uma taxa de juros de doze por cento ao ano.

Não se espera que algum banco, público ou privado, esteja disposto a conceder empréstimos para ser pago em tão longo prazo e a uma taxa juro muito inferior a doze por cento ao ano, haja vista o custo da captação e a necessidade de remunerar a atividade bancária.

Assim, a atividade florestal precisaria de recursos que tivessem origem e apoio institucional, capitais que surjam da capacidade do Estado atuar como indutor do

investimento.

Nos dois capítulos finais serão abordados como as associações de produtores poderiam financiar esse investimento, mesmo pagando uma remuneração para o capital a título de juros, tomando dinheiro emprestado das pessoas e de bancos e de fundos públicos e dinheiro de doação.

CAPÍTULO VIII

O JURO E O CAPITAL NA TEORIA ECONÔMICA

Neste capítulo discute-se a explicação das teorias clássica, keynesiana e kaleckiana, no que se refere a formação de fundos para financiar projetos florestais. A perspectiva dessa discussão teórica não é apenas explicitar a lógica do investimento da iniciativa empresarial, mas demonstrar que o arsenal teórico dessas teorias não falseia, não derruba a idéia da economia comunitária.

Nesse sentido, foge-se da preocupação que se tem na elaboração de projetos, quando se procura investigar a sua capacidade de gerar receitas para pagar o financiamento da lavoura e ainda deixar um resíduo a título de lucro. Aqui se procura verificar como a teoria econômica tem ao longo do tempo procurado entender os motivos que levam os empresários a investir e identificar as formas de financiamento que as empresas têm disponíveis para cobrir o capital alocado nas inversões necessárias para a implantação e custeio dos projetos florestais.

No capítulo anterior ficou claro que a atividade voltada à produção de pinus seria recomendável, desde que houvesse financiamentos a taxa de juros que não ultrapasse certos patamares, ou que o empresário tivesse o capital necessário exigido pelo empreendimento.

A questão que se procura resolver, a seguir, é outra. Procura-se evidenciar quais são as condicionantes dos investimentos e as formas de financiamentos em conformidade com as três teorias acima citadas. Enfim, a questão respondida é de onde vêm e para onde vão recursos disponíveis para investimentos a qualquer tempo em uma sociedade capitalista.

8.1 A PERSPECTIVA CLASSICA

Na abordagem clássica, os fundos financeiros são constituídos pela poupança dos recebedores de renda: lucro e salários. Os motivos que levam os proprietários de renda a não consumir toda ela é a remuneração que podem receber ao comprarem um título que paga uma determinada taxa de juros. Quanto maior for a taxa de juros, maior tende a ser o montante da renda poupada e disponibilizada aos tomadores de empréstimos para investimentos. Denomina-se essa abordagem de teoria de fundos de empréstimos.

Na visão clássica os bancos devem limitar-se a conceder crédito até o limite máximo da poupança real da sociedade, medida em termos monetários. Qualquer empréstimo concedido acima da poupança será uma oferta de moeda que não tem contrapartida no produto real e, portanto, apenas vai gerar inflação.

Haverá investimento toda vez que a taxa de juros for menor da que a taxa de lucro projetada, a eficiência marginal do capital. A taxa de juros deve ser suficientemente alta para que os poupadores emprestem os seus fundos, pois do contrário, a renda poupada – das empresas e das famílias – serão deslocadas para a aquisição de títulos e gastas em consumo.

Se a demanda para investimentos reduzir a ponto de deprimir a taxa de juros, as famílias tendem a aumentar o consumo, de tal forma que isso estimula as inversões, haja vista que maior consumo eleva os preços e, por essa razão, a lucratividade dos negócios.

Há que se registrar que dentro do fundamentalismo clássico o governo deve ser mantido distante das atividades econômicas, exceto regulamentando as regras de mercado, que garantam a livre concorrência. Prevalece a idéia da “mão invisível” de Smith.

O empresário, na perspectiva clássica, necessita de fundos emprestáveis, que são constituídos pela poupança. Na medida em que a poupança é função da taxa de

juros, o investidor só terá acesso aos capitais necessários ao investimento se estiver disposto a pagar taxas de juros que estimulem a poupança. Para poder pagar taxas de juros maiores terá que esperar que a taxa de lucro seja também crescente, ou estar disposto a sacrificar as margens esperadas do negócio.

Essa premissa é problemática quando se analisa o investimento na ótica clássica, porque é uma teoria de formação dos preços de curto prazo, dados pelo mercado, e a madeira será vendida somente após ter transcorrido vinte e dois anos. Na medida em que o preço só vai ser formado pela oferta e procura no futuro, pelo mercado, faz-se cálculos de rentabilidade a partir de preços presentes e espera-se que eles se confirmem na data da colheita da madeira. Assim, a incerteza desaparece, porque se espera que o futuro seja uma repetição do passado.

A técnica de projetar o valor futuro da madeira a partir de preços praticados no passado e no presente embute dificuldades no modelo de análise que a teoria não pode resolver, pois eles são dados pelas livres forças do mercado, pela oferta e procura. Se a projeção do mercado for a de que haverá mais compradores do que vendedores de madeira no futuro, os cálculos indicariam que os preços subiriam e aumentaria a taxa de lucros. Assim, os empresários estariam propensos a investir na produção de madeira.

Esses cálculos revelam-se infundados tão logo se leva em conta todo o rigor da própria lógica econômica clássica: a expectativa de que faltará madeira no futuro estimularia os empresários a investir na produção de madeira, o que levará ao aumento da oferta e, por essa razão, à queda dos preços e à diminuição dos lucros.

Resta então supor que os preços futuros serão semelhantes aos do passado e do presente. Essa hipótese é facilmente falseada, pois de acordo com Hume, Popper e Blaug, capítulo VI, a indução não é logicamente justificável. Nesse sentido, essa teoria para ser derrubada nem precisa de testes empíricos. Apenas a discussão das suas premissas já a torna injustificada para orientar a decisão de investimento de acordo com o seu modelo lógico.

Embora a teoria clássica seja formalmente irrepreensível e elegante os modelos construídos a partir dela, os seus postulados anulam o que deles se pode deduzir. A teoria clássica tem a formidável capacidade de ensinar a pensar com clareza e lógica, mas não oferece nenhuma segurança para que o empresário possa, a partir das suas conclusões, decidir quando se trata investir capital na atividade florestal. Na verdade, a decisão não é tomada apenas a partir de duas variáveis, sendo uma de curto prazo, a taxa de juros, e a outra uma estimativa de lucros só vai concretizar depois de vinte e dois anos do investimento na atividade florestal.

8.2 A TESE KEYNESIANA

Na abordagem keynesiana, existe disponível para investimento a poupança da sociedade, cujo montante é uma função da renda. A poupança formada não guarda nenhuma relação com a taxa de juros. A poupança é um resultado natural da psicologia daquele que recebe renda, pois o consumo é sempre menor do que a soma de lucros e salários. A poupança é uma riqueza e, enquanto tal, as pessoas preferem mantê-la sob a forma monetária. O preço para o uso da poupança social é a taxa de juros, que é uma remuneração da renúncia psicológica à liquidez.

Keynes supõe que as pessoas manterão parte da renda sob a forma líquida, em moeda e em depósitos a vista, para poderem pagar os seus gastos correntes e para precaverem-se de despesas imprevistas. A poupança em sua forma monetária será aplicada em títulos e outros ativos financeiros desde que a taxa de juros satisfaça a psicologia e a expectativa de seu possuidor com relação à tendência futura da economia. Haverá maior demanda por moeda quando a renda aumenta – pelos motivos transação e precaução – e a taxa de juros cai – motivo especulação. Assim, a oferta monetária tem um papel importante na definição da taxa de juros, sendo ela um parâmetro para que projetos de investimentos saiam do papel.

A suposição keynesiana é que aplicador poderá comprar um título perpétuo

que paga uma taxa de juros fixa. Quando a taxa de juros é insatisfatória, a pessoa mantém toda a poupança sob a forma líquida, encaixada em moeda e depósitos em conta corrente nas instituições de crédito na expectativa de aumento da remuneração do capital dinheiro. O aumento da taxa de juros estimula as pessoas a comprar títulos; a queda do retorno das aplicações reflui essa disposição até um limite em que toda a renda ou riqueza financeira seria mantida em sua forma líquida. Não emprestam esperando racionalmente que os juros voltem a subir.

Esse ganho, porém, não é com certeza o melhor nem o pior que o aplicador pode conseguir ou o que oferece o empréstimo pode obter. Esse ganho é absolutamente incerto, quando se trata do futuro. Um aumento na taxa de juros provoca uma perda patrimonial aos detentores de títulos de emissão passada, que remuneraram a taxas mais baixas do que as vigentes no mercado atualmente. A aplicação financeira sofre uma perda de capital. A baixa da taxa de juros tem um efeito contrário para os detentores de títulos velhos. Esses papéis passam a render mais do que uma aplicação de igual valor nominal contratada à taxa de juros presente. Nesse caso, há um ganho de capital. O tempo é assim uma variável fundamental na concessão e obtenção de empréstimos.

A variação da taxa de juros e o valor do título no futuro são absolutamente incertos, e por essa razão os ganhos nominais são conhecidos, mas a remuneração real do título não pode ser previamente conhecida pelo aplicador. Assim, a propensão do aplicador será a de adquirir títulos de curto prazo. Aplicações de longo prazo preferencialmente são feitas em papéis soberanos, emitidos pelo Governo, que oferecem remuneração e segurança mais atrativos a quem venha a adquirir o papel.

Na versão neoclássica da teoria keynesiana, Tobin sugere que no curto prazo é possível calcular o risco. Dado o longo prazo de um empreendimento florestal, a tese tobiana pouca importância teria na oferta de recursos para financiamento de projetos. O empréstimo que financia o investimento será necessariamente de longo prazo. O mesmo dilema enfrenta o empresário quando aplica recursos próprios. O investimento só se justifica na visão do empresário, segundo a teoria keynesiana, se a taxa de lucro

esperada for maior ou igual a taxa de juros presente.

Para financiar o investimento, o empresário contará com ativos monetários previamente acumulados, emissão de obrigações e empréstimos bancários. Para a emissão de obrigações, processo denominado de securitização, e tomar empréstimos nos bancos, o empresário terá que convencer o financiador de que o título e o empréstimo serão honrados dentro do prazo estabelecido.

No caso do financiamento bancário, o banco pode conceder empréstimo simplesmente creditando na conta corrente do cliente o valor contratado. Isso depende do risco da intermediação financeira que o banco esteja disposto a assumir, do grau de alavancagem que ele está disposto a operar e as autoridades monetárias permitirem. Assim, a concessão do empréstimo depende da alavancagem dos bancos – a relação entre depósitos e reservas – que reflete o estado de expectativas dos bancos, da sua preferência pela liquidez. Na hipótese de que o banco tem uma expectativa otimista com relação ao sucesso do seu cliente, ele passa a assumir mais riscos e concede o empréstimo. O empresário sabe, porém, que o crédito bancário é um guarda-chuva que lhe é retirado assim que começa a chover. Nas crises, o banco reduz a sua exposição a risco e o crédito diminuiu, quando mais a empresa necessita de dinheiro emprestado.

O valor creditado na conta do cliente tende a voltar ao próprio banco. O empresário compra bens de capital e matérias-primas de outras empresas e elas pagam salários e ordenados aos trabalhadores. No fim desse processo, o crédito concedido retorna ao banco sob a forma de depósitos. O risco da emissão de moeda bancária, em situações de crise de confiança na solidez do sistema financeiro, é uma corrida aos bancos que não terão dinheiro para devolver os depósitos dos seus correntistas. Esses depósitos tinham sido emprestados e o banco só pode honrá-los, quando os créditos concedidos forem pagos.

O limite para a concessão do crédito bancário é dado pela percepção de risco do banco e a política monetária. O governo pode inibir a concessão de empréstimos regulando a emissão de moeda bancária, elevando o compulsório e a taxa de

redesconto e valendo-se de outros instrumentos que tenha ao seu dispor e outros que podem ser criados.

Assim, o investimento depende da eficiência marginal do capital, das expectativas dos bancos e da política monetária do governo. Nesse sentido, a teoria keynesiana opõe-se à tese dos fundos emprestáveis da teoria clássica. Na abordagem keynesiana, não é a poupança que financia o investimento, mas ao contrário, são inversões dos capitalistas que geram a poupança.

Não importa a forma de financiamento, o crédito não será adiantado apenas porque se espera que o tomador de empréstimo tenha condições de honrar a dívida. A exigência não se limita a essa expectativa. O agente que concede dinheiro por empréstimo exige que quem está tomando dinheiro tenha condições de oferecer garantias reais. O patrimônio líquido da empresa e outros ativos dela e dos sócios são o aval para que se tome dinheiro emprestado.

Assim, embora a teoria keynesiana tenha derrubado os postulados da teoria clássica, falseando os seus argumentos, não há como negar um princípio subjacente a essa teoria: para ter acesso ao crédito, é preciso que a empresa tenha patrimônio previamente acumulado.

8.3 A ABORDAGEM KALECKIANA

Na perspectiva kaleckiana, a empresa dispõe de fundos para investimentos das seguintes origens: a) o capital retido pela firma, o lucro não distribuído; b) as reservas mantidas a título de depreciação dos ativos físicos desgastados no processo produtivo; c) as disponibilidades financeiras dos sócios, que é igual à somatória dos dividendos e dos ordenados recebidos, deduzidos o gasto em consumo e aplicações em outros tipos de negócios. Os sócios podem colocar no negócio, ainda, toda a sua riqueza pessoal que esteja aplicada, no mercado financeiro e de capitais, ou em outros negócios e ativos, na medida em que sejam transformadas em sua forma líquida. d)

pela emissão e venda de ações no mercado de capitais, o capital de risco de outros investidores, que é uma forma indesejável de financiamento na medida em isso pode levar à perda do controle acionário da empresa; e) tomando capital de empréstimo de bancos e outras instituições. Essa forma de financiamento está condicionada ao grau de risco que representa esse empréstimo, que guarda relação direta com o patrimônio líquido da empresa.

Nesse sentido, Kalecki pode demonstrar a pouca ou nenhuma importância da taxa de juros na decisão de investimentos, haja vista que na sua abordagem indutiva os juros de longo prazo são uma projeção da média das taxas de juros de curto prazo, acrescida de spread a título de risco.

O investimento depende da poupança interna da firma – lucros retidos – e de novas aplicações dos sócios, pois assim ela vence as barreiras colocadas pelo mercado de capitais e pelo princípio do ‘risco crescente’, e abre acesso ao mercado financeiro, permitindo o crescimento da empresa.

O investimento depende também do crescimento dos lucros no período. Se o lucro estiver aumentado, os empresários retiram da gaveta projetos antes considerados não lucrativos e os implementam. Na medida em que a variação dos lucros interfere na rentabilidade do negócio, eles devem ser tomados em relação aos preços dos novos equipamentos. Deve-se utilizar um índice de preços dos bens de capital para deflacionar os lucros. O investimento depende ainda do crescimento líquido do equipamento, pois mantidos os lucros constantes, o acréscimo do estoque de capital implica na queda da taxa de retorno do capital imobilizado. Assim, o investimento depende positivamente do aumento da poupança bruta da firma, da variação da taxa de lucro e negativamente da taxa de modificação do equipamento.

Na medida em que a modificação dos equipamentos fixos varia muito pouco ao longo do ciclo econômico, ela pode ser considerada constante no curto prazo, e, então, pode-se dizer que, na teoria kaleckiana, “os determinantes do investimento em capital fixo ficam reduzidos à poupança passada e à taxa de modificação dos lucros”

(JOBIM, 1984, p. 87).

Essas considerações permitem indicar as convergências e divergências das três correntes teóricas a respeito do investimento aqui analisadas: a clássica, a kaleckiana e a keynesiana. Para a economia clássica e keynesiana a taxa de juros cumpre um papel fundamental na tomada de decisão nos investimentos, enquanto na abordagem kaleckiana os juros tem uma importância secundária.

A divergência entre o pensamento keynesiano e o clássico é que para este [Ricardo, por exemplo,] o juro determina o montante de recursos disponibilizados ao investimento – a poupança é determinada pelos juros - e para aquele [Keynes] os juros se formam pela demanda de moeda, sem relação com os recursos potencialmente disponibilizados aos investidores, sendo a poupança apenas determinada pela renda. Maior a renda, maior o volume da poupança.

A falseação da teoria clássica pelo pensamento keynesiano é bem sucedida na medida em que demonstra que a economia moderna é movida a crédito. O crédito por sua vez não guarda relação com o montante de poupança da sociedade. O crédito, conforme Keynes, deriva da expectativa das instituições bancárias com o futuro dos negócios. Se os bancos têm a expectativa de que a economia vai por bons caminhos, eles aumentam a oferta de crédito aos empresários e aos consumidores.

O crédito é, então, a variável fundamental que determina a quantidade de capital disponível para investimento. Essa é uma visão diametralmente oposta à tese clássica, escola de pensamento econômico que limita o montante de crédito para investimento à quantia de dinheiro representativo da poupança existente.

Keynes também tem sucesso em falsear a teoria clássica de que a poupança real – enquanto riqueza – precisa existir previamente para que possam existir recursos para financiar o investimento em novos negócios. Na lógica da análise keynesiana, o investimento é a variável que determina os níveis de renda e de emprego. Quando os capitalistas investem, as empresas geram os recursos que financiam os investimentos, na medida em que há sempre uma poupança automática como decorrência do fato de

que o consumo é, no curto prazo, sempre menor do que os rendimentos da sociedade.

Mas Keynes não demonstra que os não proprietários de riqueza possam pegar dinheiro emprestado para financiar investimentos. Vale dizer, os clássicos estão certos quando afirmam que é necessária uma riqueza prévia que suporte e dê garantias aos investimentos, a qual só será disponibilizada havendo a disposição de pagamento de uma determinada taxa de juros.

Na visão keynesiana, a expectativa empresarial determina o investimento, o que significa que os lucros esperados são maiores do que taxa de juros, levando à renúncia à liquidez dos poupadores e troca de títulos que rendem juros por ações propiciam dividendos. O preço do dinheiro não pode ser tão baixo a ponto de deprimir a oferta de moeda pelos bancos e pelo mercado de capitais, que são os créditos nas formas *funding* e *finance*.

Assim, a oferta monetária precisa guardar uma relação positiva que leve à formação de uma taxa de juros que desestime a especulação com os ativos monetários e crie as condições para a formação de créditos financeiros para atender a demanda pelos motivos *funding* e *finance*. Quanto à importância dos juros para os investimentos, os clássicos e Keynes estão de acordo.

Para Kalecki, a taxa de juros é formada pela oferta e demanda de moeda e os fundos que podem ser alocados aos investimentos surgem não da poupança ou da renda, mas da mais-valia apropriada pelo capital, quando ela é realizada, isto é, os produtos que a contém são vendidos. Kalecki subestima a importância dos juros em uma economia monetária nem tanto pelo fato dela ser razoavelmente conhecida, mas porque os ciclos dos negócios acabam por influir na oferta de crédito.

A taxa de juros de curto prazo é aquela determinada pela remuneração dos títulos privados, resgatáveis em dias e meses: depósitos a prazos fixos, e letras de câmbio e notas do tesouro. A taxa de longo prazo é aquela que remunera os papéis com tempo de retorno mais dilatado, um ou mais anos, representados por papéis privados e públicos como debêntures e obrigações do tesouro.

A taxa de juros de curto prazo é determinada pelo volume das transações e pela oferta de crédito do setor bancário, que guarda relação direta com a política econômica do Governo. Essa taxa tende a variar na mesma direção dos níveis dos negócios. Por isso, nos períodos de prosperidade e de confiança nos negócios, a taxa de curto prazo tende a subir. Kalecki sustenta que o aumento da taxa de juros de curto prazo não tem influência nos investimentos porque eles são decididos levando-se em conta a taxa de juros de longo prazo e esta é relativamente estável ao longo do ciclo dos negócios. Enquanto a taxa de curto prazo é determinada pelo volume de transações, o juro de longo prazo é estabelecido pelas decisões de investimentos dos empresários.

Os agentes bancários que disponibilizam fundos para investimentos baseiam-se nas taxas passadas de curto prazo de anos recentes e acrescem um spread a título de risco. A taxa de juros de longo prazo, enfim, é uma média estatística móvel das taxas de curto prazo de anos passados recentes à qual se adiciona um prêmio pelo risco que envolve esse crédito.

Na fase de expansão dos negócios, a taxa de juros de curto prazo sobe, mas a percepção de risco por parte das instituições que concedem créditos diminui, o que leva ao declínio do spread, do prêmio pela incerteza. Na fase de depressão, a taxa de juros de curto prazo diminui, mas a confiança dos agentes financeiros reduz-se em relação ao sucesso do empreendimento ao qual financiam, o que os levam a exigir um prêmio maior como recompensa ao risco do empréstimo não ser pago. Essa lógica kaleckiana leva à conclusão de que a taxa de juros tem pouca influência nas decisões de investimentos, já que são bastante estáveis e relativamente conhecidas dentro dos ciclos econômicos.

Para Kalecki então o investimento depende dos ciclos dos negócios e da quantia de recurso próprio que a empresa dispõem para fazer investimento, que é a soma das reservas financeiras de que dispõe e da capacidade de tomar capital emprestado e de captar capital de risco. Essa abordagem se complementa na medida

em que ele supõe que as firmas têm condições até certo ponto de estabelecer as margens de lucratividade, fixando os preços de forma oligopolista pelo seu 'custo total' – custo de produção acrescido do mark up – de forma independente, até certo ponto, da demanda.

A diferença essencial entre Kalecki e Keynes está centrada nas expectativas dos empresários com relação à lucratividade do empreendimento. Para Keynes, as expectativas de lucros são formadas a partir de preços de curto prazo, mas na medida em que ele supõe que o preço de oferta dos bens de capital é crescente, a lucratividade em longo prazo é decrescente. Para Kalecki, dado que a firma pode reduzir a oferta e dessa maneira aumentar os preços, ou seja, aumentar os preços em relação aos custos diretos, em razão do grau de monopólio, ela mantém a taxa de lucratividade. Por isso, a taxa de retorno do investimento é de certa forma conhecida ao longo do ciclo econômico.

Apesar das diferenças fundamentais existentes, as três teorias concorrentes descritas estão de acordo que algumas variáveis não podem ser ignoradas quando se pretende fazer investimento: a) a existência de um fundo que financie os investimentos; b) a taxa de juros é um parâmetro para a decisão de investimento; c) só consegue crédito quem têm garantias reais para oferecer ao agente financiador do projeto; d) o lucro é o objetivo do investimento e do fornecedor dos capitais que financiam o empreendimento.

As teorias antes discutidas de uma maneira ou de outra aponta para a mesma conclusão: o investimento em projetos florestas só poderá ser feito por aqueles que sejam proprietários de capital. Mesmo que houvesse um imenso montante de poupança que pudesse ser destinado a investimento e existissem pessoas interessadas em aplicá-las ela não estaria disponível, caso os interessados nesses recursos não tivessem as garantias reais para oferecer ao agente financeiro que concede o empréstimo.

Assim para haver investimento em florestas não basta existir o capital na sociedade, é indispensável que os proprietários desses recursos resolvam investi-lo

nessa atividade. E o motor dessa decisão é o lucro que esperam auferir. A conclusão final a que se chega é que essas teorias procuram explicar o investimento a partir da necessidade do lucro.

Pelos argumentos apresentados, a teoria clássica pode ser descartada pela sua insuficiência e ter sido falseada pela teoria keynesiana. A teoria keynesiana é consistente quando se raciocina no curto prazo e de acordo com os modelos de concorrência perfeita. Assim, ela pode ser muito adequada para explicar decisões investimentos em projetos florestais que não estejam subordinados verticalmente à indústria oligopolizada da madeira. A teoria kaleckiana tem maior força explicativa e realismo quando se pensa em projetos florestais implantados para atender a demanda de madeira dos oligopólios industriais. Os oligopólios determinam o preço da madeira a partir da oferta, levando em conta o ‘custo total’, que remunere os custo de produção mais a margem de lucro estabelecida pela firma.

Pelo que foi descrito, até aqui, é possível declarar que se forem vistas de maneira integrada, as teorias econômicas clássica, kaleckiana e keynesiana propiciam um melhor entendimento das condições que determinam os investimentos na ótica capitalista.

Essa integração era fundamental para que este estudo pudesse alcançar o seu objetivo de mostrar que as teorias mais consagradas de explicação do capitalismo não dão conta da resolução do problema teórico e prático da implantação projetos florestais livres das amarras do pensar empresarial.

CAPÍTULO IX

A ECONOMIA COMUNITÁRIA

A descrição do processo de formação de associações de produtores florestais encontra-se exposta de forma lógica nesta unidade do trabalho, levando-se em conta a viabilidade econômica e alcance social desse tipo de plantio e exploração de madeira para fins industriais e ambientais, bem como a forma de financiamento de projetos florestais dessa natureza.

Até aqui o plantio de madeira foi abordado na visão do empresário: a valorização do capital. Na ótica do capital, o projeto florestal só se concretizará caso haja a expectativa de que ao fim do seu período de sua maturação os empreendedores tenham uma remuneração que julguem satisfatória para dar início à atividade florestal.

Agora, trata-se de descrever e explicar os meios pelos quais se pode implementar um projeto florestal associativo. Inicialmente, apresentam-se os argumentos lógicos e os conceitos da economia comunitária e os contrapõem aos das teorias explicativas da economia de mercado.

Os fundamentos da economia comunitária não se baseiam em critérios de lucratividade, que o empreendimento daria ao investidor, embora o empreendimento precise gerar um excedente líquido para a associação possa ampliar as suas atividades. O objetivo da economia comunitária, enquanto teoria e prática, é propiciar o desenvolvimento de formas alternativas de organizar a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços necessários para a sobrevivência material dos membros da comunidade. Na medida em que a sua base conceitual puder se concretizar no âmbito da sociedade, a chamada questão social será automaticamente resolvida, no que se refere aos seus aspectos de natureza econômica.

Para que possa atingir os objetivos de solucionar os problemas de ordem econômica existentes na sociedade, o empreendimento associativo precisa remunerar corretamente o trabalho, o dinheiro de empréstimo e o capital, o espírito do

empreendedor, além de produzir um excedente para ampliar a riqueza social. Ao atingir essa meta, a questão não está ainda resolvida, nem é suficiente apenas esse resultado. Não basta produzir pão para o estômago se no processo produtivo a alma, o querer, dos produtores é tomada cada vez mais pelo egoísmo, pela ética do interesse próprio, que se atende os propósitos da filosofia econômica smithiana, fere de morte a fraternidade, pedra fundamental do pensamento social de Steiner.

Assim, os propósitos dos projetos florestais associativos concretizam-se, plenamente, apenas quando atendem às necessidades dos produtores, consumidores e, inclusive, das gerações futuras. O que deve estar dentro da alma de cada pessoa envolvida no projeto é o propósito de trabalhar para atender as necessidades de outras pessoas, e quando isso é alcançado na prática, quem atende o interesse dos demais membros da comunidade, na verdade, acaba por beneficiar-se a si próprio.

A argumentação desenvolvida em defesa da economia comunitária, no campo da teoria econômica, inicia-se pela discussão dos conceitos da corrente ortodoxa e marxista, visando testar se esse corpo conceitual derruba as bases da fraternidade econômica. A explanação dos conceitos da economia comunitária apresentados em contraposição aos da economia convencional e marxista, no capítulo IV, possibilita que agora se aprofunde essa discussão no sentido de demonstrar a solidez da base teórica que sustenta o ideal da fraternidade no estrito campo econômico.

Retomando agora a discussão efetuada no capítulo IV, o valor de um bem é atribuído pelo consumidor de forma subjetiva. O trabalho produz um objeto que as pessoas atribuem valor. O trabalho somente produz objetos. O valor dos objetos decorre da apreciação subjetiva das pessoas. O valor, portanto, não é produto do trabalho como defende a tese clássica e marxista, nem é formado pela lei da oferta e da procura, conforme a teoria neoclássica.

O preço é formado pelo poder de compra do consumidor e não pelo valor subjetivo que mercadoria possa ter para uma pessoa. Um quilo de feijão tem um grande valor para alguém que passa fome, mas o produto não lhe será vendido, se ela

não tem o dinheiro necessário para comprá-lo. O preço, enfim, para a economia comunitária é determinado de forma objetiva pelas pessoas que possuem dinheiro. Assim, ainda que reconheça o mercado como um termômetro para o produtor saber se a oferta está adequada à demanda das pessoas, o nível de preço não pode ser tomado como uma medida das necessidades de bens de consumo dos membros da comunidade. O preço de mercado apenas indica se a oferta está adequada em termos quantitativos e qualitativos ao desejo de compra das pessoas que têm dinheiro para gastar.

As receitas para a madeira obtidas dos plantios florestais que foi objeto de discussão e análise no capítulo VII são estimadas a partir de um preço suposto constante ao longo de vinte e dois anos. O preço da madeira projetado para tão longo período de tempo está de acordo com o modelo hipotético-dedutivo, que consiste em fazer hipóteses a partir da indução e de posse desses dados deduzir as consequências prováveis. No caso significa que o preço da madeira ex-post deve ser o preço ex-ante. Não há espaço para a incerteza.

Nada assegura, nem o mais complexo modelo, que o preço passado e presente da madeira será o mesmo no futuro. O futuro é incerto inclusive pela simples razão de que ainda não existe. O preço estimado não será o mesmo no futuro, bastando que haja uma oferta acima da demanda projetada para o mercado consumidor, quando a floresta foi plantada. Lembre-se que o valor dos bens é formado de maneira exógena, mesmo que os preços sejam estabelecidos de forma endógena. Assim, o tamanho do mercado consumidor futuro depende da subjetividade das pessoas no futuro, quanto ao valor que atribuem à madeira e ao preço que estarão dispostas a pagar.

A economia comunitária não padece dessa dificuldade teórica e prática, porque o preço da madeira tem um componente objetivo e subjetivo. O lado objetivo do preço depende do quanto que as pessoas podem pagar pelos produtos derivados da madeira, formada por aquelas que possuem algum tipo de renda. O preço também será determinado objetivamente pela negociação entre os produtores e os consumidores, onde o que estabelece a quantia a ser paga pela madeira será o quanto que os

compradores podem pagar e o montante que os vendedores precisam receber para produzir um novo produto de igual valor. Esse critério de estabelecer preços pode parecer que dispensa dificuldades teóricas, o que não é contraditado pela indispensável discussão dos fundamentos da economia comunitária que vem sendo desenvolvida desde o primeiro capítulo.

Na medida em que a renda no futuro deve ser maior do que a percebida hoje pelas pessoas e que a madeira e aos serviços oferecidos pelas florestas terão valor para a sociedade, é realista supor que esses produtos serão vendidos a preços superiores aos pagos na atualidade. Por essa ótica, os preços futuros da madeira e dos serviços florestais podem ser iguais e até maiores dos que as pessoas poderiam pagar no momento do plantio da floresta. Assim, o projeto associativo não está sujeito a riscos econômicos – a possibilidade de incêndio na floresta, ou ela ser atacada por uma praga nova, entre outras variáveis incertas, permanece em aberto -, além de ser mais seguro do que o empreendimento empresarial.

Os preços da madeira e dos serviços das florestas também podem ser menores do que o praticado na atualidade, dependendo da remuneração que se espera para o capital imobilizado na produção. Na hipótese de que os projetos florestais serão financiados por dinheiro de empréstimo a custo zero, sem cobrança de juros, ou ainda por capital de doação, o preço da madeira poderá ser muito menor do que valor de mercado estimado pela madeira na composição das receitas proporcionadas pelos plantios florestais, conforme pode ser verificado na tabela I, no capítulo VII.

Para que as pessoas possam dar valor à floresta no futuro é preciso que ela seja plantada hoje. Os bens tangíveis e intangíveis da floresta precisam ser vendidos para que possam ser produzidos. A venda dos bens e serviços florestais pode ser feita no transcorrer do período de maturação da produção, ou somente no momento da colheita. A venda da produção pode ser realizada agora ou em qualquer momento futuro. A época na qual a venda vai se realizar depende da decisão das pessoas beneficiadas pelos bens e serviços produzidos pelos plantios florestais.

Assim, se houver compradores para a floresta logo que ela seja plantada, os produtores e compradores terão que negociar o seu preço de venda. O preço será negociado levando em conta o quanto que os produtores precisarão para plantar uma floresta e dar os tratos culturais até que ela atinja o mesmo estágio de desenvolvimento. Levando-se em conta esse método de determinação de preço, os produtores e os consumidores estariam fixando os preços a partir do custo de produção, em um processo semelhante ao que teoriza a economia clássica.

O valor que as pessoas atribuem aos produtos de uma floresta plantada hoje só pode existir em termos físicos em toda a sua magnitude no futuro, quando as árvores atingirem o volume máximo de madeira que a espécie plantada pode alcançar. Para que seja plantada, porém, precisa ser objeto de valoração pelas pessoas hoje. O plantio então remete para a questão do preço que a madeira e os serviços serão vendidos, pois disso depende a remuneração dos produtores e do capital que será alocado na produção.

A alocação de trabalho, conhecimento técnico e capital apenas acontecerá se os produtos florestais atenderem as necessidades físicas e psicológicas das pessoas. As necessidades, no caso, precisam ser vistas em um horizonte de longo prazo, o que implica em preocupar-se com as demais pessoas que precisarão das florestas no futuro. Quem tiver essa preocupação hoje poderá estar morto, quando a floresta produzir todo o seu resultado econômico. O valor aqui tem uma dimensão ética, que se expressa em preocupar-se com o outro, com o destino da humanidade. Enfim, o valor objetivo e subjetivo da floresta no futuro depende da subjetividade e da ética das pessoas que vivem hoje. Ele decorre do agir moral das pessoas. Nos capítulos I, II e III, essa questão foi amplamente discutida.

O preço dos produtos florestais será dado pelas pessoas que possuem dinheiro. As pessoas pobres que precisam dos bens e serviços florestais não dispõem de dinheiro para adquirir esses produtos. O preço da madeira e dos serviços surge de um entendimento econômico entre o consumidor que tem dinheiro e o produtor, para

que a produção possa remunerar de forma correta os membros da associação florestal.

Assim, o preço 'correto' não é um acidente de mercado. O preço 'correto' é aquele que permite o produtor produzir um novo bem do mesmo tipo. Esse preço é dado pelo consumidor e não pelo produtor. O consumidor então em cada fase do desenvolvimento da floresta acerta com o produtor o preço do produto florestal, que é o quanto se gastaria para cultivar a madeira até esse ponto. Esse é o preço 'correto' dos produtos florestais e da floresta em qualquer fase entre o plantio e a colheita. Os produtores cultivam a floresta pensando no bem que ela vai proporcionar às pessoas que compra os seus bens e serviços. Não está pensando em si, mas pensando nos outros. Dessa forma o consumidor e o produtor podem, de forma fraterna, estabelecer o preço correto da floresta em qualquer tempo, e não apenas na época da colheita de acordo com as leis do mercado capitalista. O preço correto é aquele suficiente para pagar a renda terra, o trabalho, o conhecimento técnico e o capital, levando-se em conta as necessidades e capacidade de pagamento da sociedade e dos membros das associações de consumidores.

O trabalho produz bens que as pessoas atribuem valor, porque atende uma necessidade humana. O trabalho, porém, não cria o capital. O capital é criado quando alguém articula os recursos necessários para a implantação de um projeto econômico.

De outro lado, as máquinas, os insumos e demais componentes da produção apenas se tornam capital quando o espírito humano coloca-os no processo de produção, organizando e tornando realidade à produção. O capital nessa abordagem é o espírito humano em funcionamento, é a capacidade de pensar do homem que cria capital. Máquinas e dinheiro não são capitais. Eles transformam-se em capital apenas pela ação empreendedora dos homens.

Assim como o trabalho recebe uma remuneração, na economia capitalista esse pagamento é feito sob a forma de salário, o uso dos instrumentos e insumos usados na produção tem um custo. O juro é o preço que o empreendedor precisa pagar para que alguém lhe empreste o dinheiro necessário adquirir os bens de produção,

insumos e mão-de-obra utilizados na produção. Na acepção de Steiner, o juro é o preço que o tomador de dinheiro emprestado paga para se livrar da reciprocidade. A reciprocidade seria, então, emprestar dinheiro sem cobrar juros para que no futuro seja retribuído na mesma medida. Nesse caso o dinheiro não tem preço; mas tem valor, porque permite que uma iniciativa econômica seja concretizada.

Apesar de legítimo, o acesso ao dinheiro não precisa sempre pagar juro. O dinheiro que recebe juro é um crédito que a associação de produtores obtém para financiar o investimento florestal. A associação de produtores pode ter acesso ao dinheiro pela doação de pessoas físicas e jurídicas sem precisar pagar juro pelo seu uso e, até mesmo, devolver o principal.

Essa forma da associação de produtores obter dinheiro para financiar a produção implica na aceitação de que a economia pode ser organizada em base fraterna. Essa é uma decisão da vontade das pessoas, da verdade ética das pessoas. A verdade na economia é um valor ético e um agir moral no qual as pessoas se colocam em acordo. Apesar da ética da liberdade econômica fundar-se egoísmo, a decisão de abandoná-la está ao alcance da potencialmente livre vontade humana.

A vontade humana pode vencer as manifestações do agir egoísta e erigir uma sociedade fraterna, baseada no altruísmo. Assim, falseia os alicerces da teoria econômica clássica, keynesiana e kaleckiana, que constrói toda as explicações da economia de mercado, levando em conta explícita ou implicitamente a ética egoísta. Na teoria clássica e keynesiana o egoísmo-ético é o motor da vida econômica, e não há maneira de superá-lo. Na acepção kaleckiana, tudo se resolve com a estatização total da economia, da subordinação da vida econômica ao Estado. Por não acreditar na liberdade da vontade, subordina a pessoa humana ao Estado.

9.1 O EMPREENDIMENTO ASSOCIATIVO

A produção associativa, abordada pelo lado da ética, é oposta à economia de mercado. Quando se trata de implementá-la, quando o projeto sai do campo da idéia e do plano da liberdade da vontade, a viabilidade econômica precisa ser demonstrada.

Pensar no outro tem uma realidade prática que não se pode desconsiderar, pois assim como alma não pode ser alimentada de pão, o estômago não pode ser saciado ingerindo-se pedras e oração. Em termos práticos, as pessoas que venham a organizar-se para realizar uma iniciativa associativa precisam enfrentar desafios consideráveis, que não podem ser ignorados.

Elas precisam estar convencidas de que podem realizar o empreendimento e dispõem da força interna suficiente para encarar as dificuldades que possam vir a encontrar pela frente. Sem essa convicção, o projeto não tem a menor chance de prosperar. Quando isso tomar conta da alma das pessoas envolvidas, elas terão dado o passo mais importante e decisivo para tocar um projeto econômico baseado na fraternidade, objetivado nos interesses de outras pessoas. O projeto então pode descer do mundo das idéias e materializar na esfera terrena. Tornar isso realidade é apenas uma decisão humana.

Se a decisão sobreviveu a esses obstáculos iniciais, as pessoas passam a organizar a associação e definir as regras em um estatuto, onde as normas da sociedade expressem a vontade delas. Depois disso, as pessoas podem passar às tarefas práticas para implementar o projeto florestal em conformidade com as idéias da economia fraterna: reunir os recursos financeiros para pagar os custos de produção.

O projeto, que passou por uma criteriosa avaliação de viabilidade, proporcionará aos associados a remuneração pelos diferentes tipos de trabalho que cada um desempenha na associação. As receitas com a venda da madeira e dos serviços tangíveis e intangíveis da floresta, após a remuneração do dinheiro e do trabalho, a atividade gerou também um excedente, um lucro. A associação livremente

dará o destino que julgar mais correto segundo sua ética a esse resultado.

A reunião dos recursos necessários poderá ser feita de duas maneiras: pela obtenção de dinheiro emprestado e doado. Ao obter créditos e doações, a associação levanta o dinheiro necessário para viabilizar o empreendimento. O crédito que aqui se está explanando não está associado a nenhuma das teorias econômicas que explicam o financiamento da empresa capitalista: teoria dos fundos emprestáveis, escola clássica; poupança interna da firma e inversões dos sócios, tese kaleckiana; e dos créditos bancários, na abordagem financeira da escola keynesiana.

O dinheiro de empréstimo pode ser concedido pelo sistema bancário, por empresas e pessoas. Os que concedem dinheiro emprestado certamente esperam que o crédito seja ressarcido e capitalizado a uma taxa de juro pactuada pelas partes envolvidas na negociação. Isso implica que estariam propensos a exigir garantias reais de que os empréstimos serão saldados. Esse assunto terá que ser resolvido em situação de negociação concreta.

A título de demonstração, adianta-se algumas indicações de como pode ser feita a oferta de garantias: a) os membros da associação podem pactuar com os credores que a madeira e as receitas com a venda dos serviços da floresta serão dados como garantia do empréstimo; b) os associados podem dar aval pessoal ao empréstimo, oferecendo bens particulares em garantia.

O empreendimento poderá ser financiado pela doação de empresas, que disponibilizam os recursos em função de aberturas na legislação tributária. Além disso, as associações podem contar com recursos do orçamento público, embora seja necessário enfatizar que esse tipo de financiamento não está de acordo com o que estabelece os princípios da sociedade trimembrada. Afora os recursos provenientes de doação e empréstimo, os membros da associação de produtores podem aplicar as poupanças próprias para financiar o empreendimento. Nesse caso, seria uma inversão de risco, em que uma pessoa alocaria recursos financeiros num projeto associativo e obteria uma participação no resultado final do projeto.

Para articular a obtenção de crédito via dinheiro de empréstimo e de doação será preciso organizar uma associação de natureza financeira, a qual buscará os recursos que constituam os fundos necessários para financiar os investimentos das associações. Fundada essa associação financeira, ela vai captar os recursos nas fontes antes indicadas, além de outras linhas de capital que possa desenvolver para que os projetos florestais sejam implementados. Além disso, pessoas e empresas podem financiar o projeto florestal associativo assumindo uma parte dos ‘riscos’ do negócio, sempre levando em conta a ética da fraternidade econômica.

Dessa forma, as pessoas interessadas deverão fundar uma associação que capte e aplique o dinheiro necessário para o financiamento dos projetos florestais. As regras pela quais essas operações financeiras serão executadas devem ser livremente estabelecidas em estatuto e regimento interno da entidade. Definidas essas regras, os agentes financeiros que concedem empréstimos, as pessoas e as entidades doadoras de dinheiro definem previamente em que projetos querem que os empréstimos e as doações sejam aplicadas.

Os doadores, pessoas e empresas, destinam os recursos de forma consciente para um determinado empreendimento, beneficiando diretamente os produtores, que assim podem colocar o seu projeto em andamento, e indiretamente da comunidade em geral, pois terá disponível a madeira e outros serviços que a floresta proporciona. Isso é o oposto fazer um depósito bancário ou comprar um título no mercado financeiro e deixar o banco emprestar a moeda levando em conta a estrita busca de lucro pela cobrança de juros. O interesse não é meramente financeiro, mas a concretização de uma idéia que é resultado da colaboração de todos para que pudesse existir no mundo.

O projeto florestal precisa ser organizado de forma associativa para ter acesso aos créditos na instituição financeira mencionada. A associação de produtores florestais poderá ser formada por toda pessoa interessada, desde que cumpra os princípios da economia comunitária para ter acesso ao crédito.

Proprietários fundiários podem formar uma associação que produza e venda

madeira e serviços florestais voltados à melhoria do meio ambiente. Eles utilizariam as terras ociosas, as áreas de preservação permanente e reserva legal de suas propriedades para plantios florestais. Os plantios florestais serão uma fonte de renda para os proprietários, à medida que se desenvolva um mercado para os serviços das florestas e pelo manejo florestal dessas áreas, dentro do que a lei o admitir. Assim, uma parte da propriedade que não proporciona nenhuma renda para os proprietários, ainda que gere despesa tributária, passará a ser fonte de riqueza para o proprietário e melhores condições de vida para a comunidade. Para os plantios florestais em áreas de preservação permanente e reserva legal, os recursos devem vir necessariamente de dinheiro de doação livre e compulsória, de recursos do orçamento. Os plantios florestais além dos benefícios já explicitados vai ainda gerar emprego e renda, ao mesmo tempo em que a sociedade será satisfeita em suas necessidades a partir dos bens proporcionados pelas florestas.

Essa primeira idéia de associação, aquela formada pelos proprietários de terras, pode ser complementada por uma segunda. Um grupo de pessoas interessados na questão florestal, tendo em vista a madeira que poderá ser produzida e pelos bens intangíveis proporcionados pelas matas, poderá constituir uma associação de plantadores de florestas.

Os seus membros têm a alternativa de comprar, arrendar e receber em doação terras, cessão de uso e até associar-se aos proprietários fundiários para a produção florestal. Para financiar esses projetos poderão aplicar recursos próprios, buscá-los na associação de provedora de fundos para projetos florestais e recorrer ao mercado financeiro para financiarem os custos do projeto, nas fases de implantação, cultivo e colheita da madeira.

9.2 AS RECEITAS DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

A associação de produtores florestais terá ao final do ciclo de crescimento

das árvores plantadas madeira para vender à indústria e a outros consumidores finais. A colheita da madeira proporcionará uma receita, que deduzidos os custos de produção sobrarão um montante em dinheiro como resultado final do empreendimento aos associados.

No capítulo VII, demonstra-se que o plantio de pinus proporcionará rendimentos que serão menores na medida em que o projeto tenha sido financiado com capitais remunerados a taxas de juros crescentes, o que pode ser observado nas tabelas II, III, IV, V e VI. Nada impede que o empreendimento florestal associativo tenha o mesmo desempenho.

Os retornos que constam daquelas tabelas surgem de estimativas feitas a partir da quantidade de madeira que os plantios florestais venham a produzir e do seu preço de mercado na última colheita. Quanto à quantidade a ser produzida pelo plantio florestal só pode ser uma estimativa feita a partir de dados coletados nas lavouras em fase de colheita e em experimentos de pesquisa florestal. Mantidos constantes o conhecimento científico e a tecnologia a disposição da engenharia florestal, uma floresta plantada de pinus deve produzir a mesma quantidade de madeira, em igual volume e qualidade.

No que tange aos preços, supõe-se que eles serão constantes ao longo do tempo, porém, não há a menor condição de saber se a estimativa será confirmada. O preço só será conhecido, quando a madeira for colocada no mercado nas épocas do corte. A quantidade produzida e os preços são na verdade mera expectativa, por mais refinados que sejam os cálculos técnicos que sejam efetuados pelos empresários.

A receita da associação de produtores não padece dessa incerteza. Mesmo que também a quantidade e qualidade da madeira apenas sejam conhecidas no futuro, a receita da associação não depende dessa contingência no porvir. A receita será definida pelo preço correto, aquele que possibilita que a associação produza um bem do mesmo tipo. Dessa forma, o preço é definido pelo custo de produção: a remuneração do trabalho, espírito e o dinheiro. Na medida em que se estabeleça que a associação

deseje ampliar a área plantada, ela precisa que a atividade gere um excedente. Assim, a receita da associação deve cobrir os custos e ainda proporcionar uma quantidade adicional de dinheiro.

Enfim, a receita da associação dependerá dos custos e do excedente que queira acumular em conformidade com o que os consumidores podem pagar. A receita que ela obterá da atividade não guarda nenhuma relação com os valores estimados a partir de preços que a madeira obterá no mercado no futuro. A produção então será decida em função do sentimento da fraternidade, do *altruísmo comunitário*, em lugar do egoísmo do mercado.

A receita da madeira não é a única que pode ser obtida da floresta. Durante o período de crescimento das árvores haverá a captação de carbono que existe no meio ambiente em decorrência das emissões acontecidas por conta da queima de combustíveis fósseis e outras matérias-primas renováveis, além de processos naturais. Esse seqüestro de carbono tem um preço e tende a ser cada vez mais valorado, na medida em que a sociedade reclama melhor qualidade ambiental.

Os agentes emissores estão sendo pressionados a reduzir a poluição e a limpar a sujeira já colocada no meio ambiente. O serviço das florestas em termos de limpeza ambiental, portanto, podem reivindicar um pagamento. Assim, o proprietário do plantio florestal tem uma receita potencialmente garantida, que representa uma remuneração para o capital que investir no plantio das árvores.

A captação do carbono ainda não está quantificada, porque não se têm estudos definitivos sobre a quantia de carbono que é retirada do meio ambiente pelas espécies vegetais. Aqui se sugere que a associação de produtor cobre dos agentes emissores de carbono o custo do dinheiro, o juro pago a quem empresta capital.

O desenvolvimento dessa modalidade de receita permitirá que a associação de produtores florestais necessite de menos empréstimos dos agentes financeiros: associações, bancos e governo. Isso diminui a necessidade de aplicação de capital, reduzindo o custo de produção, podendo o preço da madeira também ser menor,

beneficiando as pessoas e as firmas que precisam dessa matéria-prima.

O preço do seqüestro do carbono e demais serviços prestados pelo plantio florestal também não precisa passar pela quantificação. Ele será dado pela negociação de acordo com o princípio do preço correto: o quanto o produtor precisa receber em relação ao que o consumidor pode pagar.

9.3 A VIABILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES

O empreendimento associativo terá plenas condições de sucesso, desde que reúna os recursos necessários para bancar os investimentos. A sua dificuldade residiria apenas quando precisa levantar capital de empréstimo no mercado bancário, porque teria dificuldades de oferecer garantias para o agente financeiro, caso seja uma instituição de crédito convencional.

Quando a associação de produtores recorresse a uma entidade associativa formada para financiar projetos florestais, não haveria nenhum problema de viabilidade do negócio. O problema aqui estaria colocado nas mãos da associação de financiadores, que teria que arrumar os recursos para conceder empréstimos.

As restrições que o sistema associativo sofreria na obtenção de crédito em relação a uma empresa capitalista são amplamente compensadas, quando se tratar de financiar os projetos com dinheiro de doação. Nenhuma empresa ou pessoa irá doar recursos para financiar empreendimentos privados cuja finalidade seja a geração de lucro aos acionistas da firma. Assim, os recursos que sociedade viesse a doar seriam totalmente captados pelas associações financiadoras de projetos florestais.

A doação compulsória, o recurso orçamentário decorrente da carga tributária, não é uma forma de financiamento que contemple a idéia da economia comunitária. Nessa visão econômica, o Estado não deve imiscuir-se em assuntos de natureza econômica. No entanto, se tais tributos viessem a ser criados, as associações ainda seriam mais viáveis do que a empresa capitalista, na medida em que não precisa gerar

lucros aos acionistas, mas apenas cobrir os custos de produção, os custos dos serviços dos fatores e gerar um excedente para a acumulação, o plantio de mais florestas.

A idéia da economia comunitária a ser implementada na produção de florestas na modalidade associativa não encontra nenhum obstáculo que não seja a vontade humana. Executá-la depende exclusivamente da decisão livre das pessoas.

Para corroborar a viabilidade do projeto florestal associativo, a experiência concreta das mesmas idéias no mundo evidencia o seu realismo. Mais de 750 escolas Waldorf funcionam no mundo. Na Holanda, 85 estabelecimentos de ensino atendem 13 mil alunos. Em São Paulo funcionam quatro escolas com 1.700 alunos. No Paraná há duas escolas em funcionamento. Instituições médicas atuam na Suíça, desde 1921, Alemanha, Suécia, Inglaterra, Holanda e no Brasil. No ramo farmacêutico destacam-se os laboratórios Wala e Weleda. Na área social, cabe destaque o serviço de medicina social no ambulatório da favela monte azul, em São Paulo, onde se desenvolve uma iniciativa de trabalho com população pobre de melhor resultado conhecido no Brasil. Na área financeira também existem iniciativas de sucesso como o banco Mercury Prevident, na Inglaterra, o banco Bochum, na Alemanha, o Triodosbank, na Holanda, e o Widar Empreendimentos para o Fluir Saudável do Dinheiro, instituição localizada na cidade de São Paulo (MORGENSZTEM, 1999, p.135-60).

CONCLUSÃO

A formação das associações de produtores para a produção de madeira a partir de florestas plantadas, em conformidade com a idéia da trimembração social e a lógica da fraternidade econômica, na forma proposta neste estudo, é uma alternativa de organização econômica que não depende do mercado nem do governo. Apenas essa demonstração já seria suficiente para estimular as pessoas a pensarem as relações entre si de maneira fraterna e humana. A concretização deste tipo de associações econômicas será uma realização de homens livres. Isso não é pouco, quando se constata as enormes dificuldades que milhões de pessoas têm de superar diariamente para sobreviver com um mínimo de dignidade. Este alcance da proposta é suficiente para que se estimule e recomende-se que pessoas lutem pela concretização desta idéia.

O estímulo e a recomendação não decorrem somente da demonstração de que é possível constituir novas formas de relação econômica, sem se estar sujeito exclusivamente ao mercado e ao Estado. Há também um outro lado a ser considerado, mas não menos importante e gratificante: a iniciativa associativa não depende de estimativas de lucratividade para que ela venha a ser implementada, embora tenha também a capacidade de gerar benefícios na forma de excedente econômico aos produtores envolvidos no projeto.

Nessa mesma linha de pensamento, a decisão de investir dos produtores associativos não decorre da estimativa que façam da taxa de retorno do projeto, mas não significa que a propriedade do dinheiro e o seu preço, a taxa de juros, não tenham que ser levadas em conta para a realização do projeto. Estas duas variáveis - o montante de capital e a sua remuneração - têm peso decisivo na concretização também do projeto associativo. Não havendo capital não existe condição dos associados concretizarem a iniciativa social, mesmo que todas as demais condições estejam satisfeitas. Por isso, a doação livre, os recursos que dependem da tributação e o dinheiro de empréstimo representam a formação de capital que financiará os projetos

associativos. A idéia da economia fraterna é então essencial para que os recursos possam estar disponíveis para que a associação de produtores possa implantar o seu projeto florestal.

Além de concretizar no mundo uma nova maneira de seres humanos relacionarem-se no âmbito econômico, o empreendimento associativo visando o plantio florestal supre uma lacuna na oferta de matéria-prima para que projetos industriais, que necessitam da madeira como insumo, possam ser organizados e entrar em produção, sejam iniciativas associativas ou empresariais.

As firmas que não têm plantações florestais próprias poderão ser abastecidas pela produção associações de produtores em condições mais favoráveis que os preços da madeira no mercado para que possam competir com empresas mais poderosas e que tenham algum tipo de controle do mercado, em consequência da disponibilidade de matéria-prima própria. Assim, as pequenas empresas que poderiam vir a encontrar dificuldades em sobreviver por não disporem de matéria-prima na quantidade, qualidade e preço competitivos seriam supridas em insumos de origem florestal pela produção de madeira das associações de produtores.

A dificuldade dessas firmas em produzir a própria madeira em razão da quantidade expressiva de capital que teriam que imobilizar, o qual se amplia na medida em que a taxa de juros vai subindo, seria superada pelo fornecimento das associações de produtores florestais. O investimento florestal mais o capital imobilizado na fábrica requerem uma quantidade de dinheiro em escala crescente, principalmente se toda a madeira a ser utilizada vier de fornecimento do mesmo empreendedor.

Pode-se esperar que o empresário possa financiar a produção em um agente financeiro, mas essa opção encontra limites no capital próprio da firma e do empresário, conforme o que se conclui das teorias econômicas clássica, keynesiana e kaleckiana. A esta limitação de ordem de riqueza, de capital acumulado, soma-se o prazo do retorno do investimento e o preço do capital na sua forma dinheiro. Nesse aspecto, também as associações de produtores podem desempenhar papel significativo

na oferta de madeira para atender a demanda do mercado.

Em síntese, as associações de produtores têm um papel importante a desempenhar na oferta de matéria-prima para que firmas das indústrias da madeira possam ser viáveis, principalmente por não precisarem imobilizar capital em florestas, podendo comprar madeira a preços mais baixos do que provavelmente teriam que pagar para as grandes empresas florestais, que produzem madeira de acordo com a expectativa do lucro máximo.

A oferta de matéria-prima florestal das associações de produtores não poderia, no entanto, suprir toda a demanda de madeira, caso não hajam capitais alocados na atividade florestal pela iniciativa privada tendo ou não o apoio de uma política governamental voltada para o setor. O resultado será a escassez de madeira e o aumento progressivo do seu preço, o que poderá inviabilizar investimentos industriais que dependem da madeira como matéria-prima.

As grandes empresas que usam a madeira como insumo têm condições de investir no setor para atender as suas necessidades de matéria-prima e até mesmo atender a demanda de outras firmas das indústrias da cadeia produtiva da madeira. Mas elas têm um limite financeiro para fazer investimento em florestas: o capital próprio e a sua condição cadastral para tomar dinheiro emprestado dos bancos. Assim, mais uma vez fica clara a importância das associações de produtores florestais para atender a demanda das empresas e outros consumidores. Indica também a necessidade da ação de agentes financeiros privados e públicos financiando plantadores independentes de florestas.

Deixar o mercado regular a oferta pelo sistema de preços seria assumir um risco muito alto, haja vista que a madeira que falta hoje só poderá estar disponível após, no mínimo, oito anos, tomando-se o caso do pinus no qual este estudo baseia na sua base empírica. Uma alternativa será a ação do governo para regular o mercado no médio e longo prazo, por meio de incentivos fiscais e juros subsidiados, mas se essa alternativa tivesse que ser tomada, a política governamental teria mais alcance econômico se fosse

direcionada para financiar as associações de produtores, embora na filosofia da economia comunitária haja uma clara vedação à ação do Estado nos assuntos econômicos.

Essas considerações finais realçam a importância e o realismo econômico da idéia de que as associações de produtores têm uma importância fundamental para a oferta de madeira e a concretização de uma forma em tudo inovadora em relação àquelas que já se conhece para a produção de madeira. A idéia associativa se concretiza na medida em que o altruísmo seja internalizado na alma das pessoas e as levem a agir para atender as necessidades humanas. A iniciativa associativa depende apenas que as pessoas queiram torná-la realidade.

A associação de produtores tem papel decisivo, também, implementando projetos florestais que venham a enfrentar os problemas ambientais e sociais, diminuindo a poluição e gerando emprego e renda para as pessoas que precisam trabalhar, além de atender a demanda de madeira das indústrias e dos demais consumidores.

O projeto associativo pode atrair o interesse de vários setores sociais, que têm diferentes expectativas com a produção florestal. Muitas pessoas e empresas alocarão dinheiro nos projetos associativos por amor à natureza e pela compreensão que têm do problema ambiental que pode e precisa ser enfrentado e resolvido. O resultado que esperam é a ampliação das áreas cobertas por florestas e que áreas degradadas de terras pela ação humana voltem ao estado natural com todo o tipo de vida selvagem que outrora viveu nesse ambiente.

Outros serão seduzidos pelos resultados econômicos que a produção associativa poderá proporcionar aos seus membros. Além da sua importância para o ecossistema, os plantios florestais podem ser fonte de renda complementar à aposentadoria de pessoas carentes, custear a educação e sobrevivência de crianças pobres, proporcionar recursos para a construção e a manutenção de uma Igreja na comunidade, formar a base florestal necessária para um empreendimento industrial futuro.

Todos são projetos viáveis e podem ser financiados por dinheiro de empréstimo, de doação livre e compulsória, recursos públicos de origem tributária. A iniciativa associativa é parte importante na oferta de madeira e resolução dos problemas gerados pela degradação da natureza, mas é principalmente uma forma de seres humanos atuarem livremente na recuperação do mundo natural e construir uma vida social superior.

Embora fique evidente que a propriedade do capital, o preço do dinheiro, a taxa de juros e o tempo de maturação do projeto são as variáveis fundamentais na decisão de investimento, o empreendimento associativo pode ser viabilizado com menos capital se a taxa de juros for nula ou muito baixa, ou receber doações de empresas e pessoas. Quanto ao tempo, não há o que fazer em termos da maturação do projeto até que a ciência florestal venha a desenvolver técnicas que reduzam o ciclo natural das espécies cultivadas nos plantios florestais. No entanto, o problema do tempo, em termos de liquidez do negócio, pode ser superado se for desenvolvido um mercado secundário de papéis lastreados em valor equivalente em madeira e seqüestro de carbono.

Se não há maneira de investir sem um capital prévio, nem que seja apenas a semente da espécie que se quer plantar, a obtenção dos recursos monetários e físicos não está subordinada exclusivamente à forma de acumulação da empresa capitalista. As associações de produtores financiadas por capital de empréstimo e de doação são uma alternativa válida e eficiente de produzir bens florestais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSENZA, Gaudenza, **Beyond the Market: economics for the 21st century**, Bristol-England: New Economy Publications, 1994.

BLAUG, Mark. **A Metodologia da Economia**, São Paulo: Edusp, 1993.

BOS, Alexander. **Desafios para uma Pedagogia Social**, São Paulo: Editora Antroposófica, 1986.

_____. **Doze Dragões em luta contra Iniciativas Sociais**, S. Paulo: Editora Antroposófica, 1994.

BRIALT, Stephen, e ASHE, Warren. **Financiar Iniciativas**, In: Desenvolvimento de Iniciativas Sociais, S. Paulo: editora Antroposófica-Christophorus, 2000.

CALVETE, Cássio, **Investigação Econômica e Ciência Econômica**, In Técnicas de Pesquisa em Economia, Duílio de A. Bêrni, Org, São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. **Economia Monetária e Financeira**, Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHAUÍ, Marilena **Convite à Filosofia**, São Paulo: Editora Ática, 1994.

CHICK, Victoria. **Macroeconomia Após Keynes: Um Reexame da Teoria Geral**, São Paulo: Forense Universitária, 1993.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: uma abordagem Pluralista**, São Paulo: Makron Books, 1999.

DILLARD, Dudley, **A Teoria Econômica de John Maynard Keynes**, São Paulo Editora Pioneira, 1982.

ELIAS, Maria E. V. **Racionalismo Crítico e Sociedade**, São Paulo: Editora Alínea, 2000.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. **Vícios Privados, Benefícios Públicos? A Ética na Riqueza das Nações**, S. Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FREI, Dieter W. **Política com Fundamento Humano: uma Necessidade Social**, Buenos Aires: Epidauro Editora, 1990.

HUME, David. **Investigação sobre o Entendimento Humano**, São Paulo: Victor Civita, 1980.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **Normas para apresentação de Documentos Científicos**. V. 8 – Redação e Editoração. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

JOBIM, Antonio J.G., **A Macrodinâmica de Michal Kalecki**, Rio de Janeiro, Graal, 1984.

KALECKI, Michal, **Teoria da Dinâmica Econômica**, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna**, in **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**, J. Miglioli, Org, São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranowski e Rosa Luxemburgo**, **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**, J.Miglioli, Org, São Paulo: Hucitec, 1993.

KANT, Immanuel, **Prolegômenos**, São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KEYNES, John M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LANZ, Rudolf. **Do Goethianismo à Filosofia da Liberdade**, S. Paulo: Editora Antroposófica, 1985.

_____. **Nem Capitalismo Nem Socialismo: A Organização Social Segundo Rudolf Steiner**, S. Paulo: Editora Antroposófica, 1990.

_____. **Passeios Através da História à Luz da Antroposofia**, S. Paulo: Editora antroposófica, 1995.

LIEVEGOED, Bernard. **The Developing Organization**, California: Celestial Arts, 1979.

_____. **Rumo ao Século XXI**, S. Paulo: Editora Antroposófica: Christophorus, 1997.

LIMA, G.L., SICSÚ, J. e PAULA, L.F (orgs.) **Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea**, São Paulo: Campus, 1999.

MEES, Rudolf. **Money for a better world**, *Stroud, UK: Hawthorn press, 1991.*

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**, São Paulo: T.A.Queiroz, 1985.

MORGENSZTERN, Vito. **Administração Antroposófica: uma Ampliação da Arte de Administrar**, S. Paulo: Editora Gente, 1999.

PHILLIPS, Michael. **The Seven Laws of Money**, New York: Random House, 1974.

POPPER, Karl. **Conhecimento Objetivo**, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1999.

_____. **Conjectures and Refutations: The Growth of Scientific Knowledge**, London: Routledge, 1996.

_____. **A Lógica da Pesquisa Científica**, São Paulo, Cultrix, 1993.

_____. **Lógica das Ciências Sociais**, Brasília: Editora da UNB, 1978.

POPPER E. ECCLES, John C. **The Self and its Brain an Argument for Interactionism**, London: Springer-Verlag, 1985.

POSSAS, Mario L. **Estrutura de Mercado em Oligopólio**, S. Paulo: Hucitec, 1985.

RAMOS, A. A. **Perspectivas Qualitativas e Econômicas da Produção Florestal em Sucessivas Rotações**, Curitiba, Tese de Doutorado em Engenharia Florestal, UFPR, 1993.

RAMOS, José M. R., **Lionel Robbins: Contribuição para a Metodologia da Economia**. São Paulo: Edusp e Instituto Liberal, 1993.

RICARDO, David. **Princípios de Economia e Tributação**, Nova Cultural, 1985.

SANT'ANA, José Antonio. **Economia Monetária**, Brasília: UNB, 1997.

SANTOS, Rita de C. L. F. **A Formação da Realidade Econômica, para além do pensamento linear**, Brasília: UNB, 1998.

SCHAEFER, Christopher. VOORS, Tjyno. **Desenvolvimento de Iniciativas Sociais: da Visão Inspiradora à Ação Transformadora**, S. Paulo: Editora Antroposófica-Christophorus, 2000.

STEINER, Rudolf. **Ensayos de Ética**, Espanha: Editorial Rudolf Steiner, 1998.

_____. **Economics: The World as one Economy**, Bristol-England: New Economy Publications, 1996.

_____. **Economia Viva: O Mundo com o Organismo Econômico Único**, São Paulo: Antroposófica/Widar, 1995-a.

_____. **Los Enigmas de la Filosofía**, Espanha, Editorial Rudolf Steiner, 1995-b.

_____. **A Philosophy of Freedom**, New York: Anthroposophic Press, 1995-c.

_____. **El Nuevo Orden Social**, Buenos Aires: Editorial Kier, 1992.

_____. **Social Issues, Meditative Thinking and the Threefold Social Order**, New York: Anthroposophic Press, 1991-a.

_____. **El Aspecto Interno da la Cuestión Social**, Madrid: Editorial Rudolf Steiner, 1991-b.

_____. **A Filosofia da Liberdade**, São Paulo: Editora Antroposófica, 1988-a.

_____. **Las metamorfoses de la Vida Anímica**, Buenos Aires: 1988-b.

_____. **Necessity and Freedom**, New York: anthroposophic Press, 1988-c.

_____. **Linhas Básicas para uma Teoria do Conhecimento na Cosmovisão de Goethe**, editora Antroposófica, 1986-a.

_____. **O Futuro Social**, São Paulo: Editora Antroposófica, 1986-b.

_____. **Spiritual Science as a Foundation for Social Forms**, New York: anthroposophic Press, 1986-d.

_____. **Verdade e Ciência: Prelúdio a uma Filosofia da Liberdade**, S. Paulo: Editora Antroposófica, 1985-a.

_____. **The Renewal of the Social Organism**, New York-London: Anthroposophic Press – Rudolf Steiner Press, 1985-b.

_____. **A Obra Científica de Goethe**, São Paulo: Editora Antroposófica, 1984.

_____ **Ciência Espiritual e Questão Social**, S. Paulo: Editora Antroposófica, 1983.

_____ **Social Understanding Through Spiritual Scientific Knowledge**, New York: The Anthroposophic Press, 1982.

_____ **Arriere-Plans Spirituels du Problème Social: Impulsions du Passé et d'Avenir dans la Vie Sociale**, Genève/Suisse: Editions Anthroposophiques Romandes, 1977.

_____ **The Social Future**, New York: Anthroposophic Press. Inc. 1972.

STEINER e BUDD, Christopher H. **Rudolf Steiner Economist: articles and Essays**, Kent-England, New Economy Publications, 1996.

WEKERLIN, Jorge E. **A Produção de Pinus spp no Paraná: subsídios para linhas de financiamentos**, Curitiba, Dissertação de Mestrado, UFPR, 2000.